



Ata de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezassete da sessão ordinária assembleia municipal de Tondela

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete reuniu a assembleia municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos publicitada.

Foi apresentada duas credenciais: dos senhores presidentes da junta de freguesia de Lajeosa do Dão e da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, à luz da qual se fez representar por Firmino dos Santos Melo e José Carlos Ferreira, respetivamente, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Verificando-se que o segundo secretário estar a faltar, foi convidado o membro da assembleia Carlos Manuel Silva para ocupar o lugar, que aceitou, dando-se, de seguida início à sessão.

De acordo com a folha de presenças, cerca das nove horas e quinze minutos, constatou-se a falta dos seguintes membros: Sandra Coimbra, Jorge Marques, que justificaram a falta e que foram aceites pela mesa que as considerou relevadas.

1-Período de antes da Ordem do Dia:

1.1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28 de novembro de 2016

Colocada à votação a ata de 28 de novembro de 2016, não houve intervenções. Tendo a mesma sido aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Abílio dos Santos, Marta Coimbra, Joana Coimbra, Eduardo Chaves e João Paulo Tavares. Por não terem estado presentes na referida sessão.



Handwritten signatures and initials:
C. Alves
J. dos
C. dos

1.2. Leitura de expediente

Foram presentes: ofício do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, que solicita documentos sobre o membro Diamantino Fernando Ferreira Costa; relatório das atividades da Comissão da Proteção de Crianças e Jovens de Tondela do ano de 2016; ofício da ERC, relativo ao voto de repúdio ao diretor da publicação periódica Augaciar, aprovado pela Assembleia Municipal de Tondela; Moção, enviada pela Assembleia Municipal de Viseu, pela dignidade do Instituto Politécnico de Viseu e outros, designando-os por universidades politécnicas, ou universidades de estudos avançados, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor; ofício enviado pela Assembleia de Freguesia de Santiago de Besteiros a dar conhecimento de ofício enviado à empresa Nutrofertil a pedir esclarecimentos; carta enviada pelo senhor José Gomes a agradecer voto de mérito pelo resultado obtido no campeonato do mundo de tiro na modalidade TRAP 5-2016; duas cartas enviadas pela Casa Civil do Presidente da República e pelo gabinete do Primeiro Ministro sobre os votos de congratulação aprovados na assembleia municipal; moções aprovadas pela CIM Viseu Dão Lafões, sobre a instalação de uma Unidade de Radioterapia no Centro hospitalar Tondela-Viseu e no âmbito da educação especial; ofício enviado pela Câmara Municipal de Tondela a dar conhecimento de voto de pesar ao Dr. Mário Soares; relatório de atividades da Câmara Municipal de Tondela; jornais da “Voz das Misericórdias”.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Iniciou-se o ponto com a bancada do Partido Socialista, com a intervenção do membro Marta Coimbra, que se transcreve:

“Exmo. Sr. Presidente da AM Tondela

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Caros Deputados

Nos últimos anos tenho procurado dinamizar este Fórum, trazendo à discussão temas que me parecem interessantes para a sociedade civil e que nós, como membros do poder político local, temos um papel particularmente importante no que diz respeito à



Cláudio
Ass
Cados

sensibilização da comunidade.

O tema do equilíbrio de géneros é atualmente reconhecido pela Comissão Europeia como um dos principais aspetos a fortalecer em toda a Europa. Com base nessa iniciativa, fiz parte da organização de um debate Internacional sobre Igualdade de Géneros, que decorreu no Instituto de Medicina Molecular de Lisboa, em que participaram investigadores de diversas áreas da ciência e representantes de agências públicas nacionais, de onde resultaram conclusões muito interessantes que decidi partilhar convosco nesta assembleia. Resolvi enquadrar a intervenção de hoje, com comemoração do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher e desta forma trarei à discussão a igualdade de género e os direitos das mulheres.

Muito embora a Europa tenha progredido gradualmente nos últimos anos, graças a um esforço conjunto, tanto a nível local e nacional como europeu, a igualdade de género continua a ser um desafio. Estamos longe de alcançar a igualdade, em especial em domínios como o mercado laboral, a independência económica, salários e pensões, a igualdade nos cargos de direção. A nível mundial, os direitos fundamentais das mulheres continuam a ser violados, sendo objeto de discriminação no acesso à educação e ao trabalho, à proteção social, aos recursos económicos e fatores de produção, assim como na participação na tomada de decisões e na sociedade em geral.

A revista científica *Science* publicou recentemente um estudo que mostra que de uma amostra de 400 crianças analisadas, entre 5 e 6 anos, conclui-se que é a partir desta idade que os estereótipos de género começam a surgir e é nesta idade que as meninas começam a sentir-se “menos inteligentes e menos capazes que os meninos”. É chocante que esta realidade surja tão cedo e só revela que está intrinsecamente ligada à cultura e educação das crianças. Desta forma, há muito trabalho a fazer na promoção de igualdade que começa logo nas escolas, desde pequeninos.

As mulheres e minorias étnicas ocupam cerca de 31% dos cargos de conselhos de administração em empresas registadas no Índice Fortune 500, segundo um novo estudo citado pelo New York Times. Esta realidade é contraditória, pois sabemos que atualmente há mais mulheres do que homens a sair das universidades com graus académicos.



Mas felizmente nem tudo são más notícias e Portugal é um exemplo.

Dez anos volvidos, após a aplicação da Lei da Paridade, apresentada por um Governo Socialista, e aprovada por largo consenso no Parlamento, alcançámos em 2016 a maior percentagem, em democracia. Fomos líderes, com o maior incremento de mulheres no parlamento entre os países lusófonos, resultado superior à média europeia. O número de mulheres eleitas na Assembleia da República passou de 31,3% em 2014 para 34,8%; no entanto há margem para melhorar, pois Portugal continua na 30.^a posição na lista global. É aqui que nós, membros desta Assembleia podemos também contribuir. Aliás, a realidade aqui não é diferente. Continuamos a ser em baixo número, nesta assembleia. Também sabemos que não há nas mulheres nas Presidências de Junta. O panorama nacional é bem diverso, a percentagem de mulheres, nos órgãos executivos municipais, é de 26%, e apenas 8% de mulheres eleitas para os cargos de Presidentes de Câmara.

O desafio não é apenas de assegurar a igualdade de género ao nível da participação política, mas passa também por reforçar o papel legislativo das mulheres, uma vez eleitas. Estratégias como a formação de grupos multipartidários, tanto a nível parlamentar, como a nível local, promovem seguramente a igualdade e é algo que permite uma série de ganhos sociais.

Desta forma, e sabendo que inevitavelmente se começam a formar as listas para o próximo ato eleitoral desafio aqui os diversos líderes dos partidos a olharem esta temática com outra perspetiva e seguramente reforçaremos a participação das mulheres nas próximas eleições! É essencial que se repudiem velhos paradigmas e se fomente a ideia da igualdade e da liberdade para todos!"

De seguida, tomou da palavra o membro Joaquim Santos com a intervenção que se transcreve:

“Senhor presidente da assembleia municipal

Senhor presidente da câmara municipal

Senhores vereadores

Senhores membros da assembleia municipal



*Cláudio
dos
Andres*

Senhores representantes da comunicação social

Senhoras e senhores,

Dedicarei este tempo de intervenção a um dos maiores vultos da nossa História – Mário Soares.

Nascido em Lisboa em 7 de dezembro de 1924, onde cresceu, licenciou-se em 1951, em Ciências Histórico-Filosóficas, pela Faculdade de Letras de Lisboa e, seis anos mais tarde, licenciou-se em Direito, pela mesma Universidade.

Cedo iniciou a sua vida política, por influência de seu pai, oposicionista e republicano convicto.

Trilhou um caminho infindável de experiências únicas e de participação em movimentos, grupo e candidaturas que, em tempo de ditadura salazarista o levariam, por diversas vezes, à prisão.

Foram doze vezes que foi preso pela PIDE, acumulando quase 3 anos atrás das masmorras do regime, foi deportado para S. Tomé e Príncipe e, por fim, exilado em França.

Uma vida cheia de sobressaltos, lutas e contratempos, resistindo a tudo, até a um casamento que se realizou na prisão.

Em 19 de abril de 1973, na Alemanha, foi co-fundador do Partido Socialista, sendo o seu militante n.º 1.

Meses depois, regressou a Lisboa, no chamado “comboio da Liberdade” – era o dia 28, passaram-se 3 dias da revolução de Abril de 1974.

Quase de imediato, e devido à sua experiência internacional, foi enviado pela Junta de Salvação Nacional às principais capitais europeias, com a missão de obter reconhecimento diplomático do novo regime democrático.

Participou nos I, II e III Governos Provisórios, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, e no IV Governo, foi Ministro sem Pasta, do qual se demitiu em protesto com o conhecido caso do jornal “República” e pela tentativa totalitária de perversão da revolução. Caía o governo e estava aberta a primeira crise governamental, após 25 de abril. Seguiu-se o V Governo, liderado pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves, que acabaria por não resistir à contestação nas ruas do período que ficou conhecido como “verão quente” de 1975.



Carlos
Carlos

Enquanto Secretário-geral do Partido Socialista, vencedor das primeiras eleições legislativas, assumiu a liderança, como Primeiro-ministro do I Governo Constitucional, entre 1976 e 1977 que, em minoria, não resistiu e levando à constituição do II Governo, a que também presidiu, mas esta vez com a garantia de uma maioria parlamentar que, além do PS, contou com o apoio do CDS de Basílio Horta.

Em situação de quase rutura financeira e paralisia económica do país, teve de recorrer a um programa de estabilização e rigor, negociado com o FMI, e voltou a por a economia a funcionar.

Mas não se pode deixar passar em claro o esforço financeiro e social, levado a cabo, sobretudo pelo I Governo, que integrou, com pleno êxito, cerca de um milhão de portugueses regressados das ex-colónias.

Mário Soares e os ministros do II Governo Constitucional foram exonerados no dia 27 de agosto de 1978, tendo sido nomeado primeiro-ministro Alfredo Nobre da Costa a 28 de agosto.

No dia 9 de junho de 1983, e através de um acordo com Mota Pinto, líder do PSD, Mário Soares volta a presidir a um Governo Constitucional (o IX), e que viria a durar pouco mais de 2 anos, aquele que ficou conhecido como “Bloco Central”.

Foi a sua última missão governamental. Em 1986, contra todas as expetativas, e até às do seu próprio partido, Mário Soares é eleito Presidente da República, o primeiro civil, escolhido por sufrágio direto e universal em toda a nossa História, vitória que viria a repetir passados 5 anos, desta vez eleito com a mais alta taxa de votação (70,4%) completando uma década no mais alto cargo do nosso país.

A sua vida política ativa termina em 2004, ao completar um mandato de 5 anos, iniciado em 1999, como deputado no Parlamento Europeu.

Mário Soares faleceu no passado dia 7 de janeiro, tinha 92 anos. O Governo decretou 3 dias de luto nacional.

Recordar um pouco a vida repleta deste Homem, odiado por uns, venerado por outros e respeitado pela maioria dos portugueses não é em vão.

Não queremos que a sua memória se apague, não por ser o primeiro militante socialista, mas porque dedicou toda a sua vida à causa pública.



Cometeu erros, ou não fosse ele um Homem. Mas os portugueses devem-lhe o agradecimento da sua generosidade, de ter abdicado da sua zona de conforto e ter sido preso, torturado e até humilhado na sua condição humana.

Abdicou de alguns princípios em que acreditava, até naquele seu humilde gesto de “meter o socialismo na gaveta” que irritou tantos dos seus correligionários – fê-lo a pensar no seu país.

Não serão os nomes de praças ou de ruas capazes de lhe retribuir o que fez pela nossa Democracia e pela nossa Liberdade.

Nós, socialistas, prestamos-lhe esta homenagem, recordando-o.

A nós, portugueses e tondelenses, compete-nos eternizar a memória de Mário Soares.

Deixemos essa responsabilidade ao executivo municipal.

Viva Mário Soares.”

Seguidamente, foi a vez do membro António Dinis, da bancada do CDS-PP, que iniciou a sua intervenção associando-se à intervenção do membro Joaquim Santos, na mensagem a Mário Soares, reconhecendo-lhe o seu contributo na consolidação da democracia. Continuou com a apresentação da moção de recomendação. (anexo 1)

Continuou os trabalhos, com as intervenções da bancada do PSD, que iniciou o membro Diamantino Costa. (anexos 2 e 3)

O membro Jorge Henriques tomou da palavra. (anexo 4)

O membro Eduardo Chaves interveio. (anexo 5)

O membro Cristiana Ferreira continuou. (anexo 6)

O membro António Dinis interveio, de seguida:

“Como fui visado nas intervenções. Se há alguém que não fez nada na sombra, fui eu. Em todas as assembleias que trouxe esse assunto, estou identificado. Não há sombra nenhuma. Chamo-me António Dinis Ribeiro Marques, membro desta assembleia, que em várias ocasiões vim aqui trazer o assunto das termas. Não sei onde estão as sombras.



*Alcides
Caires*

Perguntaria era que lesse as respetivas atas e visse quantas vezes coloquei aqui a questão. Ouvi a intervenção do colega Diamantino, aqui outra sombra, e não ouvi falar de “Território Natural”. Ouvi falar em “Cooperativa”. Quem assina o contrato é a Território Natural. Não sou de sombras, estou aqui a dizer aquilo que tenho de dizer, sempre. Não há aqui ninguém que possa dizer: “o CDS fez isto ou aquilo escondido”. Alias, basta ir à ultima assembleia em que disse que iria pedir mais informação ao senhor vereador, que me fez chegar parte da informação, outra tive-a, infelizmente, nas redes sociais, que são tão maus, mas afinal até fui buscar informação ao facebook que não me foi enviada. Não é nas sombras, é com clareza que faço as coisas.

Em relação ao papel da oposição, é exatamente este, trazer aqui os assuntos. Trazer, aqui, frontalmente, para discutir convosco os assuntos. Estou aqui eleito pelo CDS/PP, querias que viesse falar aqui em nome de quem? Acho que nesta assembleia, ninguém tem duvidas que estou em representação e que fui eleito pelas listas do CDS/PP e estou aqui nessa qualidade. Defendendo um programa diferente do vosso e essa é a grande questão que venho aqui falar. Tiveram mais votos, nós tivemos menos votos, vocês são poder, nós somos oposição. Acho que isso é claro para toda a gente. Agora nunca deixaremos de defender aquilo que foram as bandeiras que levamos para eleições, há três anos atrás e que iremos levar para eleições daqui mais alguns meses. Não deixaremos de fazer o nosso papel, fomos eleitos para isso. Ninguém pode ficar ofendido. O CDS defende umas coisas diferentes do que defende o PSD ou o PS. Fomos eleitos com programas diferentes e com ideias diferentes. Em relação às Termas, aí estou particularmente à vontade, se há alguém que ao longo destes tempos todos tem trazido a situação das termas e contestado aquilo que tem sido a orientação estratégica seguida, tem sido o CDS. Se alguém tem essa duvida, basta ir ler as atas, está em praticamente todas. Dizer que não temos uma estratégia. Temos sim senhor e apresentámo-la.

Sobre a aplicação de um milhão e meio, defendemos ou não a aplicação desse investimento? Jorge, está esclarecido. Nós defendemos isso. Vocês seguiram outro caminho. É uma opção vossa. Defendemos aqui várias vezes essa aplicação.

Em relação às ETAR's, também temos uma estratégia. Levantamos o problema das ETAR's e ainda bem que o fizemos, porque agora é assumido por toda a gente. Acho



*Alcides
Ferreira
Carvalho*

que é necessário haver um investimento sério, com estudo e investimento a sério, porque genericamente estão todas em mau funcionamento. Não estou aqui a dizer nada de novo. Acho que toda a gente está sintonizado com todas as verdades que foram aqui ditas. Temos essa estratégia e vamos apresentar sugestões nossas para resolver o problema das ETAR's, do saneamento e daquilo que são os problemas ambientais no concelho. Tenham paciência que estará em breve as nossas ideias, as nossas equipas e os nossos projetos.

Relativamente ao movimento associativo e sobre a questão de partidarizar, tive a responsabilidade do pelouro do desporto durante oito anos, estou particularmente à vontade nesse domínio, porque inclusive uma associação que tinha dirigentes socialistas, tive a coragem de lhes atribuir pela primeira vez apoio financeiro à sua atividade desportiva. Fui eu, era eu que tinha essa responsabilidade e assumi-a, com critérios muito transparentes em função da atividade, número de praticantes, tudo muito clarinho. Nunca coloquei o partido A ou B à frente de nada. Essa questão foi sempre, para mim, ponto de honra. Tive sempre boas relações com a Casa do Povo, com o seu dirigente, com todos os dirigentes. Trabalhei assim e acho que tenho o prazer de dizer que arranjei amigos, pessoas que me respeitam, porque trabalhei respeitando-os no movimento associativo. Tive o propósito de lançar um projeto "Saúde em Dia" e ainda bem que o município o manteve, com a otimização de espaços das juntas de freguesias e de associações. Foi um projeto que lancei e tenho esse orgulho de poder dizer que fizemos coisas interessantes com o movimento associativo, respeitando sempre a sua independência e é assim que vamos continuar a trabalhar.

Cá estaremos nas próximas eleições, as coisas aproximam-se. Já se vê alguns a chegar á frente e ainda bem que assim é. Cá estaremos para discutir os nossos planos, os nossos projetos, as nossas equipas, as nossas propostas, depois iremos a votos e depois irá funcionar a democracia. Se ganharmos encantados da vida, iremos implementar o nosso programa, se perdermos estaremos na oposição a defender as nossas ideias e aquilo que os eleitores que nos elegeram nos coresponsabilizaram para vir aqui trazer. É o nosso dever de oposição. Não podemos vir aqui dizer aquilo que discordamos, que concordamos. Hoje fizemos uma proposta de recomendação e temo-lo feito em vários domínios, temos apresentado o nosso contributo, aquilo que são os nossos compromissos



*Cláudio
F. M.
Cados*

com as populações que nos elegeram, goste-se ou não. Vocês estão em maioria, pelo que as coisas são aprovadas.”

O membro Joaquim Santos continuou os trabalhos:

“Não deixa de ser sintomático que as intervenções do PSD são no sentido que já se sentem na oposição, isto é o que me dá a entender.

Senhora deputada Cristiana, acho que está muito preocupada com a transferência de competências. Não é isso que os senhores querem? Não é o que o Poder Local quer? A transferência de competências, desde que economicamente seja compensada para isso? Como é que a senhora quer que uma intenção de Lei, que tem de ser discutido na assembleia da república, o que é que a senhora quer ler a mais do que isso? Tem a garantia do senhor ministro Eduardo Cabrita e não dependerá apenas do governo, mas da maioria parlamentar que assim o aprove, que haja uma transferência de competências das áreas que aqui referiu e de um aumento de 5% das verbas das autarquias. Sabe quanto é que isso representa? Se ainda não sabe quais são as competências, como é que sabe se chega ou não? Quantas competências é que o seu governo transferiu para as autarquias? Zero, antes pelo contrário. Este governo já transferiu mais 1,6% de dinheiro para as autarquias do que o seu, que andou a diminuir. Para além desse, quer transferir mais 5%. Vamos aguardar. Quando há uma ideia, há uma intenção. Falou na situação da educação que surgiu há dois anos atrás, isso era descentralização? Não, isso era a politização das escolas. Foi um projeto onde o Partido Socialista esteve envolvido e os senhores foram derrotados no nosso concelho.

Quanto ao senhor deputado Chaves, penso que vem aqui com toda a força e é bem-vindo, mas deve ter vivido nesses últimos meses ou neste último ano noutra país que não foi o seu.

Acho que os senhores ainda não aprenderam que o diabo não aparece, o diabo não está do vosso lado, por mais que os senhores aclamem por ele. Por mais que evoquem o seu nome em vão, o diabo até se chateia com isso e não vos vai agradar.



Quanto ao senhor deputado Jorge Henriques, diga-me se essa coisa da oposição rosada é para nós? Eu sou pragmático. Vamos supor que seja, se o senhor quiser saber o que é que o PS pensa acerca do que se passou nas termas. O PS vai aguardar pacientemente o resultado dos tribunais. Cada vez que aqui a oposição fala de alguma coisa e os senhores sabem perfeitamente, porque até já fizeram aqui aprovar uma moção de repúdio pelas minhas intervenções em relação a outros casos que não queria aqui falar, no caso do Planalto Beirão, das senhas de presença e dos quilómetros. Eu estava aqui com ataques pessoais. O PS tomou uma posição e assumiu essa responsabilidade e os senhores o que fizeram até agora? Nada, mantêm-se em silêncio como se não fosse nada convosco. Já teve consequência e há-de ter mais. Há outros casos que estão a ser investigados e hão-de sair e quero ver qual é a vossa posição. Não estou aqui para atacar ninguém. Uma vez perguntaram-me se não estava preocupado, no caso de Planalto Beirão, se não havia gente do PS, respondi que para mim não há gente menos séria ou séria no PS ou no PSD, há simplesmente gente menos séria. Eu assumo isso, mas vocês não, essa é a nossa diferença. Vamos deixar que o assunto das termas venha ao cimo. O problema, como já percebi, não é só as termas.

Quanto ao saneamento vou aguardar pelo período próprio, visto ter questões sobre isso.

Quanto ao associativismo, nunca estive em causa as verbas que a Câmara dá ao associativismo. O que por vezes posso por em causa é a disparidade que há no tratamento das associações. É isso que coloco em causa e isso será discutido noutro Fórum. Até parece que quem o houve falar, que os senhores são os donos das associações. Sei que conseguiram “comprar” algumas associações. Conseguiram “comprar” as direções de algumas associações. Mas esses tempos estão a acabar. Sei que vos dói ouvir isto. Façam outra moção sobre a linguagem que aqui utilizo. Tenham essa coragem e hão-de receber a resposta na altura. Não tenho nada contra as associações ocuparem espaço público. O que tenho é da forma como estão a ocupar o espaço público, ou como conseguiram ocupar o espaço público. A maior parte das associações do nosso concelho tem instalações próprias. A Casa do Povo do Concelho de Tondela não tem, nunca me ouviu contestar nem o mérito, nem as instalações que ocupam, antes pelo contrário. Os senhores têm de



esperar pelo tempo certo, porque o calendário não é como querem, é quando tiver que ser. os senhores querem propostas. Não fazem propostas. Como já aqui foi dito, quando fazemos uma proposta, a vossa maioria reprova-a, pois tudo o que venha do lado de lá é mau. Isso tem sido a vossa atuação e toda a gente começa a saber disso, por melhor que sejam as ideias se não forem vossas, não prestam. Muito obrigado.”

O membro Jorge Henriques respondeu:

“Estive a ouvir atentamente aquilo que o deputado Dinis, em nome do CDS/PP, aqui veio trazer. Aquando do início da intervenção, subentendi que o deputado Dinis começou por dizer “a minha posição”, daí lhe ter questionado se era a sua posição ou do CDS/PP.

Caro Dinis, estive a ouvir atentamente e não ouvi nada de posição concreta. Os Tondelenses, eu Jorge Henriques, cidadão eleitor do concelho de Tondela, gostava que o CDS aqui viesse dizer de que forma se propõe realizar a intervenção, qual o modelo para as termas de Sangemil. Até estou à vontade e o PSD sabe disso e assumo aqui, sou daqueles que defenderia o fecho e encerramento das termas. Mas, sou solidário com a posição maioritária que o PSD de Tondela encontrou. A minha posição, se calhar, nem coincide com a posição da maioria do partido, pelo que estou à vontade. O que queria perceber era a posição do CDS. Qual o modelo para manter às termas abertas? Mantinha-se na Tondelviva? O senhor conhece o problema, acompanhou o problema. Estive dentro do problema. Qual os prejuízos que as termas tiveram enquanto o deputado Dinis foi vereador do pelouro na Câmara Municipal de Tondela? É maior ou menor o valor do prejuízo, atualmente? Qual era a estratégia que o deputado Dinis, enquanto responsável pelo pelouro, tinha face à lei das finanças? O deputado foi vereador até 2013, teve essa responsabilidade. Qual era o modelo que preconizava face à necessidade de retirar a gestão das termas da Tondelviva? Qual o crime, e aqui não nego, uma questão de incompatibilidade entre o facto do deputado Diamantino ser gerente de uma empresa e ser deputado? Mas que grave ilegalidade. Que crime. Lembrar-se-á que o deputado Diamantino assumiu funções nesta casa por substituição do deputado Horácio. Esqueceu-se, na altura que era gerente do Território Natural. Que mal vem ao mundo? E o Partido Socialista, a gestão que vem da Território Natural não passou pelas reuniões de Câmara?



*Cláudio
Cados*

Passou ou não? O concurso público de 2014 ou de 2015 não passaram pelas reuniões de Câmara? Onde está a ilegalidade? Onde está o crime? Não vejo. que nunca ninguém ouviu o senhor presidente da Câmara negar que houvesse problemas relativamente às questões de saneamento e também não vi em concreto como é que o CDS propõe fazer relativamente a esses problemas. Ao contrário do CDS e do PS, apresentámos soluções. A solução relativamente às termas foi via cooperativa, criando uma empresa. Se se der ao trabalho de pesquisas, vai ver que a transferência de verbas do Município para a Território Natural limita-se ao custo de pessoal. Que gravidade. Que erro crasso.

Saneamento, como se propõe? Com fundos comunitários? Qual vai ser a intervenção prioritária do CDS se for governo?

Quanto ao Joaquim Santos, não é só a Casa do Povo que tem instalações do município. Sabe que intervenção cívica e exercício de cidadania não se limita aos comentários do facebook. É no terreno. Tenho a sorte ou o asar de ser dirigente associativo da Casa do Povo de Tondela, do Núcleo Sportinguista de Tondela, Delegação da Ordem dos Advogados de Tondela, Associação de Paralisia Cerebral de Viseu, etc. tenho essa sorte e aprendi imenso, dei imenso de mim e isso é que é exercício de cidadania. Isso leva-me a ter esse conhecimento concreto do movimento associativo. Para além da Casa do Povo, que me lembra a ADRT, que penso que estão na escola do Carvalhal, a Associação dos Combatentes de Ultramar, que estão na escola da feira, a ADS que tem instalações do município. Agora pergunto-lhe a ADS tem dirigentes comprados pelo PSD? Isso é muito grave, Joaquim Santos? Isso é muito grave. Ofende-me a mim, enquanto dirigente associativo e ofende a todos aqueles que aqui estão, enquanto dirigente associativo. Enquanto dirigente associativo, enquanto militante do PSD nunca a Casa do Povo de Tondela serviu de veículo ao partido do qual sou militante, que não é por conveniência, é por convicção. Há muitos militantes ou pseudo militantes que são por conveniência. Quando tenho que apoiar apoio. Quando tenho que criticar, crítico abertamente, publicamente. Não sou daqueles que andam por aí com “paninhos quentes”. É extremamente grave o que acaba de referir. Se calhar o senhor estará a confundir com uma associação, essa sim, Casa do Povo de Molelos, que não sabe claramente de parar ou termina o dirigismo associativo e a intervenção política. Se calhar



estará a confundir com essa. Esse sim é um péssimo e um degradante exemplo do que é o exercício de cidadania e do dirigismo associativo. Muito obrigado.”

O membro António Dinis voltou ao debate:

“Em relação às termas, já o disse aqui e Jorge “não vale a pena chover no molhado”, quando foi a não aprovação do um milhão e meio de euros e deixaram cair essa candidatura. Vai ler as atas. Só te peço isso. Vê o que nós dissemos sempre. O que me custa, é que dá a ideia que é a primeira vez que estamos a falar sobre isso. Proponho que leias as atas. Agora é de agora, são várias.

Segundo erro, dizes “quando tiveste o pelouro das termas”, já vos expliquei e já foi corrigido numa ata, alias na ultima ata desta assembleia exige que retificassem isso, porque é mentira. E tu vens aqui reiterar a mentira. Custa-me dizer-te isso, porque uma pessoa fica ali e não fica parado. Já disse que não fui o vereador do pelouro das termas no ultimo mandato e tu voltas a insistir. Jorge não pode ser. ou não me ouves, se não o fazer peço-te que estejas um pouco mais atento. Mas não podes vir aqui repetir uma mentira, porque não passa a ser verdade.

Depois, faças aqui o desafio do que vamos fazer. Hás-de estar atento ao nosso manifesto eleitoral e ao nosso programa e verás o que lá temos proposto. Entretanto, tens de esta atento outra vez e ler as atas ao que nós viemos trazer aqui. Basta ler, Jorge. Lê as atas, já que não estás atento. Lê a ultima em relação à questão das ETAR's. depois de leres, vais compreender a nossa posição que temos trazido aqui e, portanto, estou particularmente à vontade.

Em relação à questão do movimento associativo, claro que sim que vamos continuar a apoiar. Estou à vontade em particular a isso e como disse tive a capacidade de lançar projetos inovadores e dinamizei o movimento associativo, que estava a desaparecer em algumas freguesias. O projeto “Saúde em Dia” é um exemplo mais paradigmático e que foi uma abordagem que tive para a questão do movimento associativo, de dinamizar e criar um projeto desportivo, que vocês reconhecem. A Casa do Povo e bem participou nesse projeto. Se há alguém que está particularmente à vontade nesse domínio sou eu. Atiraste logo ao lado. estou particularmente à vontade do pelouro



*Alcides
João
Carlos*

que era responsável. Ainda bem que o Jorge tocou no assunto, na responsabilidade dos vereadores e dos políticos, posso dizer que a parte do desporto e em particular dos projetos que tive capacidade de convencer e levar aos meus colegas que me apoiaram nisso, obviamente, por isso é que nunca tive vergonha da obra que deixei quanto estive nesse executivo ao contrario de alguns. tenho orgulho do que fiz de bem, também fizemos coisas erradas, toda a gente faz, eu também faço coisas erradas. Agora não escondo o que de bem fizemos. A questão do saneamento, felizmente ou infelizmente, tem tido um vereador ao longo desses anos todos. A questão dos problemas, pergunto, onde é que nós andávamos? E eu o que estaria lá a fazer com as responsabilidades dos meus pelouros, essa é a diferença, é o nível de responsabilidade. E agora o que estão fazer, todos? Inclusive esta assembleia, que hoje temos de ter essa corresponsabilidade. Eu já não estou lá há três anos e meio. Os problemas que se estão a evidenciar, a entrada dos esgotos para o rio, é agora, não é de há três anos. Se havia à época não sei. Mas é de agora, Jorge.”

O membro Manuel Veiga interveio, de seguida. (anexo 7)

O membro Joaquim Santos tomou da palavra:

“Só queria perguntar ao senhor Jorge Henriques qual é a parte do número de associações que ele não percebeu e do que quis dizer acerca das sedes. Não sei se faz uma ideia que o nosso concelho, infelizmente, as associações não se resumem aquelas que têm sedes. O senhor é que veio acusar o Partido Socialista, dizendo que eramos contra que as associações tivessem espaços públicos. Nunca me ouviu dizer isso.

Há uma coisa que me preocupa muito. Para o senhor há dois facebook, o bom e o mau. Há nós e a oposição. É isso que os senhores pensam. Há uns meses e anos para cá que tudo o que está no facebook vos incomoda muito. Mas, uma coisa é certa, chegaram a uma conclusão que também o tem que utilizar e utilizam-no mal. O senhor viu o Partido Socialista, que tem uma página de facebook, tomar alguma posição daquilo que o senhor veio para aqui dizer? Não viu, pois não? Então se não viu, não tinha o direito de vir para aqui dizer aquilo que disse. O senhor convence-se que as outras pessoas que tenham em alguns aspetos as mesmas ideias que nós, mas também não falam pelo Partido Socialista. Sei que isso vos incomoda. Os senhores utilizam a mesma ferramenta, mas depois não



sabem é geri-la. Veja o que aconteceu, com o comunicado que a Câmara fez, em resposta ao problema que foi levantado pelo Jornal Digital, em que os senhores respondem com um comunicado, de seguida retiram-no, depois compõem-no e foi “pior a emenda que o soneto”. Está foi a minha leitura. Quando chegar à altura, pronunciar-me-ei sobre ela, mas quando entender que é o momento adequado e não quando os senhores acham que deve ser. não vale dizer que dissemos o que não dissemos. O PS, na comissão ou aqui, não tomou nenhuma posição acerca disso. Se já não tem nada para defender, não ataquem o Partido Socialista. Muito obrigado.”

O membro Cristiana Ferreira interveio:

“Relativamente à proposta de recomendação que foi aqui trazida pelo CDS e que agora foi convertida em moção, naturalmente, o Grupo Parlamentar do PSD entende que não merece da nossa parte a concordância. Tal matéria pela configuração que tem, ou seja, o pedido de transferência de uma verba que estava alocada a uma determinada freguesia passar para outra, todas as outras freguesias poderiam, e bem, reclamar para elas próprias tais verbas. Julgo até que é uma questão de alguma ilegalidade. Estar a pedir que uma verba que estava destinada à piscina do Tourigo passar agora para o cemitério de Lajeosa, poderiam vir aqui os outros presidentes das juntas reclamar essas verbas para as suas freguesias. De tal modo, tal moção de recomendação, não merecerá o voto favorável.

Relativamente á questão de descentralização trazida pelo membro Veiga, por uma série de considerações ideológicas, e que naturalmente não nos podemos associar, portanto tal circunstância não será favorável por parte do Grupo Parlamentar.

Por fim, uma breve nota, que permita o membro Joaquim Santos me diga que há pouco estranhou o silêncio do PSD relativamente a algumas matérias. Respondo-lhe exatamente, com aquilo que acabou de referir, nós é que entendemos quando é que devemos falar relativamente a algumas matérias. Não tem de ser o senhor a estranhar o silêncio de coisa e de natureza nenhuma. O mesmo direito que lhe assiste a si, nós também é que sabemos. Assim é que funciona a democracia.”

Continuou o membro Jorge Henriques:



Alcides
Am
Cados

“Caro Joaquim Santos, relativamente ao facebook, não me dou muito ao trabalho de andar à procura “das pulgas na palha”. Mas, relativamente à questão das termas, foi lá ver os comentários e vi realmente dois comentários que me chamaram atenção. Um o do deputado Dinis que dizia assim: “saí há quatro anos do PSD e parece evidentes as razões”. Fiquei preocupado, isto intriga-me, até me entristeceu Dinis, porque o que é que tu queres dizer com isto? Que nós no PSD somos uma cambada de “vigaros”? É isso que queres dizer com isso? Que nós não temos dignidade do exercício das nossas funções? O que é que queres dizer com isso, Dinis?

Caro Joaquim Santos, todos nós no poder ou na oposição temos obrigação de lutar pela transparência e de denunciar eventuais ilegalidades. Mas isso não é a posição do PS? Então o senhor é eleito porquê? Por quem? O senhor representa quem? Estamos de acordo. Se houve alguém que no exercício das suas funções tenha errado ou que tenha cometido crimes, que se averigue. Que seja condenado por isso, se tiver de ser condenado. Agora, eu enquanto membro desta casa, membro de um partido, eleito por um partido, sou solidário com os meus colegas de partido. Uma coisa é responsabilidade política, outra coisa é responsabilidade criminal. Ou o senhor não é solidário com o seu ex. grande líder? Politicamente? Ou o senhor não é solidário com o seu ex. grande líder José Sócrates? Ou o senhor não é solidário com o seu camarada Armando Vara? Não confundamos a dimensão das coisas. Sou solidário politicamente nos atos políticos com os meus companheiros. E até sou solidário com os meus camaradas no exercício das suas funções políticas, enquanto tomam decisões políticas. Agora, se praticarem crimes, terão que obviamente pagar por eles. Aquilo que os senhores fazem nas redes sociais é um julgamento sumário. Os senhores não se limitam a tecer considerações políticas. Fazem julgamento sumário sobre o carácter, sobre a dignidade da honra das pessoas no exercício das suas funções.”

Não havendo mais tempo parlamentar para continuação de intervenção dos membros, o senhor presidente da mesa colocou à votação a moção apresentada pelo membro António Dinis, que foi rejeitada com os votos contra dos membros: Carlos Cunha, Eduardo Chaves, Arménio Marques, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, Joana Coimbra, Manuel Veiga, João



Carlos
Br3
Carlos

Carlos Antunes, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, José Oliveira Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Carlos Ferreira, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Pereira, Jorge Soares e José Manuel Mendes; as abstenções dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Jorge Batista, Marta Coimbra, Alfredo Cabral, Rita Rosa, Firmino Melo e António Sérgio Almeida e os votos a favor dos membros: António Dinis e António Almeida Dias.

O membro Joaquim Santos interveio para formular uma declaração de voto:

“O Partido Socialista absteve-se, porque apesar de compreender a intenção política do CDS, o que pretendem seria uma alteração orçamental. A assembleia municipal não pode fazer alteração orçamental. O orçamento é aprovado ou não. Apesar de compreender o sentido político e acreditamos que o próprio proponente tenha a consciência que isto é mais uma posição política do que outra coisa.”

Seguidamente, foi colocado à votação a moção apresentada pelo membro Manuel Veiga, que foi rejeitada pelos votos contra: Carlos Cunha, Eduardo Chaves, Arménio Marques, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, Joana Coimbra, João Carlos Antunes, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, José Oliveira Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Carlos Ferreira, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Pereira, Jorge Soares e José Manuel Mendes; abstiveram-se os membros: António Dinis, António Almeida Dias e Firmino Melo; votaram a favor os membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Jorge Batista, Marta Coimbra, Alfredo Cabral, Rita Rosa, Manuel Veiga e António Sérgio Almeida.

O membro Joaquim Santos fez uma declaração de voto:

“O Partido Socialista votou a favor. Ainda bem que esta moção apareceu, porque serviu para esclarecer algumas situações. Antes do Veiga ter apresentado a moção, já tinha sido levado esse problema da descentralização, em que para a maioria daqui há descentralizações boas e descentralizações más. Quando se defende umas coisas numa altura e outras noutra, porque não é o governo deles. O Conselho de Ministros aprovou já como foi dito aqui um conjunto de descentralizações e até de verbas, que obviamente



*Alcides
Ferreira
Cados*

estará para a assembleia da república. Nós votamos a favor desta moção, porque somos a favor a descentralização e temos a esperança que a própria “geringonça” no parlamento se há-de entender para fazer a melhor Lei possível acerca disso.”

O membro Cristiana Ferreira fez uma declaração de voto:

“a declaração de voto vai no sentido e para que não haja dúvidas a este propósito, que o PSD será favorável à descentralização. Nos termos que foi aqui trazido hoje, pela moção do membro da assembleia municipal, existe um conjunto de considerações ideológicas em que não nos podemos associar, para além da criação de novas entidades, nomeadamente Regiões Administrativas. Naturalmente, que concordamos com o membro da Assembleia Municipal, existe uma descentralização boa e uma descentralização má. O que nós queremos é discutir a boa. E acima de tudo que seja uma descentralização verdadeira de competências para as autarquias e não uma descentralização de problemas para as autarquias. “

2-Período da Ordem do Dia

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O presidente da câmara interveio:

“Senhor presidente, muito bom dia,

Restantes membros da mesa, membros da assembleia municipal, comunicação social presente, público.

Hoje, o maior número de pessoas que ingressam no ensino superior é do sexo feminino. Hoje, felizmente, as grandes chefias são do sexo feminino. E estou absolutamente convencido que no próximo mandato teremos mais do que uma presidente de junta no nosso concelho. O que será um bom exercício e um bom exemplo.

Deputado Joaquim Santos quero dizer-lhe que há várias figuras que marcaram a história da nossa democracia, antes e após 25 de abril. a que aqui referiu, Mário Soares,



Alcides
Ferreira
Cados

por proposta minha em reunião de câmara nos associamos à dor da família. Mas, encontraremos na história outras figuras doutros quadrantes políticos também marcantes, como é o caso de Álvaro Cunhal, Sá Carneiro. Julgo que nenhum de nós, independentemente das ideologias políticas deixará de reconhecer ao seu tempo, nas suas circunstâncias e na sua forma de pensamento mérito em todos estes protagonistas da nossa história.

Vou estando atendo e vou rindo com alguma impreparação política, meramente tacticismo político, que tem a ver esta moção, sobre o assunto piscina de Tourigo / cemitério Lajeosa. É repugnante, uma ingerência política numa determinada União de Freguesias. Quem é esta assembleia municipal para optar por uma opção política sobre a gestão duma união de freguesias? Só consigo entender isto, por falta de conhecimento ou pelos laivos de sinais que vão chegando. Há algum protocolo assinado entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, para apoio a uma obra dessa natureza? Existe? Tão preocupados que estamos por vezes a ler aquilo que nos parece cause a caça do “Bobby e do Tareco”, da procura do farejador à procura de alguma coisa que possa ser interessante. Na verdade, pergunto o que pretende esta intenção na relação União de Freguesias Barreiro de Besteiros e Tourigo versus Lajeosa do Dão. Não consigo perceber. Só consigo perceber, quando alguém uma, duas vezes o vem dizer e coloca por escrito para verificar, pois há sete freguesias que não têm uma obra neste orçamento. Isto é sinal que não sabem o que estão a dizer. Isto é praticamente igual, eu virar-me para o governo da nação e dizer que a inexistência de PIDAC matou o país. Hoje a governação faz-se só através do PIDAC? Hoje a governação faz-se através de obras próprias? É bom sabermos que a relação de apoio que o município tem com as freguesias pode-se revestir também na figura de protocolos de apoio, de contrato interadministrativo ou de delegação de competências através de acordos de execução. No caso em concreto em momento algum a União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo naquilo que tem sido na relação estreita com o município de Tondela colocou em causa a não execução dessa obra. Não me ouviram falar em obra nova. Às vezes quere-se confundir, aqui, as coisas. Já o disse, aqui, várias vezes, sobre este tema, que mantenho absoluta disponibilidade para cooperar com a União de



Carlos
Sim
Carlos

Freguesias para um projeto de reabilitação da piscina localizada no Tourigo, que respeite as condições legais, que permita o seu licenciamento e obtenção de um seguro de responsabilidade. Reitero essa disponibilidade. Alias, ontem mesmo no final da tarde com a equipa projetista se trabalhou o projeto. Quando estiver fechado esse processo, haverá uma discussão publica de apresentação do mesmo e de seguida será materializado, nessa circunstância, o município celebrará um contrato de programa de apoio àquela União de Freguesias para satisfazer um compromisso imergente que não era previsto em 2013. Como temos equidade na ação de igual forma com a freguesia de Canas de Santa Maria, haverá uma solução idêntica no mesmo quadro. Razão que não consigo perceber o porque é que se pensa é possível deslocar aquilo que não existe. Já na última assembleia e isto vem a propósito da afirmação “já o disse, está escrito nas atas”, como se o que estivesse escrito nas atas fizesse lei ou tornasse aquela opinião mais valida do que qualquer outra. Já o disse e reafirmo, tenho absoluta confiança no senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão, no senhor secretário, na senhora tesoureira, nos membros da assembleia de freguesia. Jamais a relação do presidente da câmara com qualquer presidente da junta de freguesia seria desenhada por ímpetos de alguém que quisesse aparecer na localidade com a bandeira de “que eu consegui”. Já o disse na última assembleia, está dito para quem quer ouvir, a relação politica, institucional, está acima dessas querelas. O senhor presidente da junta sabe aquilo que o presidente da câmara pensa e o presidente da câmara sabe aquilo que o presidente da junta pensa. Sobre estas matérias no seu tempo, nas circunstâncias acordadas, no momento desejado e no momento esperado serão tomadas as devidas decisões sobre o apoio a uma obra. Pode apontar essas energias para outras matérias, porque aí não restará espaço de progressão.

É preciso ter serenidade no tempo em que vivemos e julgo que há muita efervescência que só se compreenderá por estas razões de proximidade de um ato eleitoral e de insegurança por esse ato eleitoral. Sobre a questão de insegurança, é verdade, deputado Joaquim Santos que o PSD se sente na oposição, depois de ter ganho as eleições nacionais. Nessa matéria, sim o PSD sente-se numa posição construtiva. Mas, nesta matéria, quero dizer-lhe que a seu tempo os responsáveis políticos tomaram as posições que entenderem. Escusaram alguns de estar tão preocupados por ver quem são os



Carlos
Carlos

candidatos, homologados, aprovados nas direções políticas nacionais como se isso fosse dependente para decisões de terceiros. Já o disse, também, várias vezes se um dia desejar ser candidato, sê-lo-ei quando souber se os demais candidatos têm um projeto melhor ou pior do que aquele que corporizo ao serviço do partido. Porque tenho a humildade suficiente se reconhecesse existir um projeto ou um líder mais capaz, era um sinal de inteligência reconhecer que se aquela pessoa é mais capaz deve ser ela a dar o passo em frente. Também, me ensina a experiência política e o sentido de humildade que quem melhor deve avaliar as nossas capacidades, não somos nós, são aqueles que nos escolhem através da avaliação que fazem da nossa capacidade. Tomo isto como um princípio. Assumirei sempre as minhas responsabilidades se os outros me deram essa confiança para tomar essas opções. Não me colocarei na primeira linha empurrando aquele que até agora foi o condutor do monovolume, para o empurrar de porta fora, para agora poder conduzir e ver se chego em primeiro lugar. Isso deixo para outros que tem outras cores. Esta decisão está noutro patamar. Nessa matéria, tenho muita serenidade e muita calma.

É com a mesma calma, que quero dizer ao membro desta assembleia, Diamantino, que registo com grande sentimento de elevação a forma serena como aqui veio. Conheço o Diamantino há vários anos. Sei que é um homem empenhado e tem “sangue na guelra” pelo empenho que tem. Sei bem a forma contida e o esforço que fez para aqui vir, mas isso só eleva a dignidade humana e o carácter que tem. O Diamantino é vítima num processo que em última instância não o quer atingir a ele. Já explicarei, naquilo que diz respeito ao município, sobre a relação das termas. O que é feito é procurar criar uma poeira ao serviço de uma estratégia procurando arrastar tudo para o mesmo quadro de suspeição. Isto é o que pretendem com este caminho, criar a dúvida, a suspeição, a intriga para ver se isso pega alguma coisa e se conseguimos lá fora dizer “isto é tudo igual”, “isto, precisa de uma limpeza”. Quero com isto deixar claro que em política pode valer tudo para alguns. A dignidade, a seriedade são valores que jamais deixarei beliscar e por essas razões estarei até ao limite do que for preciso para defender a dignidade da instituição que represento. Não basta lançar foguetes e esperar que as canas não caem. Alguns, talvez pela sua fragilidade de visão política, mesmo que ao atirar “pedras de esferovite” hão-de pensar que a gravidade também atua na esferovite. E há-de cá chegar.



Carlos
Carlos

O cuidado que devem ter. Quero por isso dizer ao Diamantino que esta instituição Terra de Besteiros foi criada antes de 2013, o seu objetivo foi como hoje está bem presente e preciso. Saúdo uma associação sem fins lucrativos que prossiga um conjunto de ações de valorização nosso território. Como saúdo qualquer outra que surja noutros domínios e que prossiga os mesmos objetivos.

Se num território onde o PSD tem maiorias de 60 ou 70%, quer isto dizer que 60 a 70% das pessoas se identificam com este projeto político. É de estranhar que a maioria dos dirigentes associativos, dos líderes locais tenham essa mesma identidade com esse partido? É de estranhar? Naturalmente que no Alentejo encontrarei uma maioria forte de líderes associativos ligados ao partido que naturalmente ganha as eleições. O crime é eu pertencer a um partido? O crime é ter falta de idoneidade nas funções de exerceço? Ou o crime é de quem procuro por essa razão dizer que há um determinado quadro de favorecimento, de entrega a amigos, de vantagens em função das funções que exerce? Esta é que é a pergunta que está em cima da mesa. Por isso, deputado Joaquim Santos, digo-lhe que não ficaria bem com a minha consciência, nem o senhor ficará com a sua se aqui não disser quem foi o dirigente “associativo comprado”. Esse ataque tem dois alvos, tal como a corrupção, é o agente que corrompe e o que é corrompido. Neste caso o que compra e o que é comprado. Eu vivo num concelho livre, estimo no meu concelho que haja liberdade e por isso não ficaria bem, nem o senhor ficará, se não disser quem em que circunstância e de que forma. Não quero que se apoia na opinião de um seu correligionário, membro da sua comissão política, que em determinadas circunstâncias diz, ferindo-se a uma pessoa hoje candidato independente a uma junta de freguesia, “no passado tentaram comprá-lo, mas agora libertou-se”. Espero que o seu pensamento não esteja apoiado nesses termos. Mas gostaria de conhecer quem em que circunstâncias, de que forma foi coagido, comprado ou vendido.

Descentralização, era uma das matérias que trazia, pois como sabem trago sempre um ou dois temas na análise das atividades da Câmara, que me pareça ter alguma relevância. Nós não temos um projeto de descentralização para o país. No passado dia 16 de fevereiro, conheceu-se um diploma generalista, basilar que aponta linhas ou vetores nos quais em abstrato todos concordamos. Descentralização no domínio da educação, em



*Cláudio
F. B.
Cedros*

abstrato o que é que esta proposta tem de diferente do projeto de descentralização, aqui discutido em 2014? É o papão da municipalização, que nunca usei este termo? Gostaria de saber o que está em causa? Em 2014, podia pronunciar-me, porque sabia os termos em que aquela proposta estava desenhada. Sabia quantos auxiliares da ação educativa seriam alocados em função dos alunos. Sabia quanto seria a transferência do Ministério da Educação em função do número de escolas. Sabia quanto era o pagamento em função em transportes escolares. Nesta proposta desconheço. Tudo será equacionado em Decretos Regulamentares a negociar, naturalmente, depois das eleições autárquicas, mais até 2018, depois do novo Orçamento. Objetivamente, o que está aqui em causa é uma encenação política, dizer que vamos fazer uma descentralização, mas há-de começar não se sabe quando. Também digo com a mesma clareza, julgo que algumas destas matérias não estão suficientemente maduras para poder ser descentralizadas. Do domínio da saúde, os municípios não têm pratica em matérias como seja gestão de pessoal não clínico ou não enfermagem. Em domínios como a área da conservação da natureza, a questão central que é a improbabilidade que os municípios hoje têm em gerir o seu território, porque têm estruturas intermédias que dependem da administração central, o ICNF, não ser como está a ser equacionado. Temos em cima da mesa é um plano intencional que tem um cronograma para 2018 a 2021, com este ou com outro governo, mas seguramente já fora no quadro das eleições autárquicas. Estarei nesta função ou noutra qualquer para discutir em particular no domínio da educação e quero saber que resultados serão esses que daí advém. Deputado Joaquim Santos, “os senhores foram derrotados na educação”, quem? Presumo que esteja a referir à bancada do PSD. Vou lembrar-lhe quais foram os resultados do debate da educação, se o sabe mais grave é, porque faltou à verdade. No debate da educação, disponibilizei-me para debater tudo, com as associações de pais, representantes da comunidade, professores, pessoal não docente. Em todos estes debates o presidente do município esteve cara a cara, sabendo que do outro lado estavam manipulações de sindicatos, que não vale a pena estar a esconder, como existiu a ideia que eventualmente, estaria em causa a afetação de professores. Os resultados foram: no Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo aprovou por maioria esta decisão, no Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro aprovou o pessoal não docente, associações de pais, comunidade e os professores maioritariamente não



*Cláudio
Braz
Cados*

defenderam. O presidente do município tomou como desafio que só avançaria com o processo se unanimemente fosse aprovado. Quero me dizer que não me sinto derrotado. Quero dizer-lhe que me sinto mais forte nas convicções. E por essa razão cá estarei para debater esse tema, com a mesma verdade, com a mesma transparência e com a mesma convicção de acreditar que a gestão do corpo docente deve estar focada no ministério, mas as matérias de interesse para a comunidade devem estar focadas nos parceiros na comunidade educativa, que o mesmo não é dizer exclusivamente no município.

Sobre as questões dos 5% de aumento das transferências, o senhor tinha várias bandeiras que hoje tinha para aqui trazer. O atual governo criou a expectativa forte que iria rever o IVA nomeadamente nas refeições escolares e na iluminação pública. Ficaria muito contente, tal como o país, se o IVA da iluminação pública regressasse à taxa reduzida, onde esteve no passado. Como ficaria muito contente se fosse cumprida a Lei das Finanças Locais. Como sabemos, o governo aumentou a transferência, mas não está a cumprir a Lei das Finanças Locais. Matéria que está em discussão, para nova revisão da lei.

Quero dizer, também, não é dizer: “vai estar nas atas, que eu já o disse. O que digo, o “eu” não sou eu José António, não é a verdade, é uma versão. O presidente da câmara, em momento algum, assumiu o estado do concelho em matéria ambiental é desastroso. Tive o cuidado de trazer à última assembleia municipal uma caracterização do nosso concelho nessa matéria. Explicar quais são as infraestruturas que estão em condições, que estão licenciadas, a funcionar e aquelas outras que pelo seu período de vida útil não têm condições de cumprir os parâmetros de descarga, pese embora as operações de manutenção e de análises regulares serem feitas. Se há matéria que não tenho nenhuma reserva em assumir responsabilidades é nessa, ao contrário de outros, que hoje pela primeira vez procuram chamar um cunho da personalização do exercício da atividade autárquica, através da responsabilidade de assumir um subsídio. Quero dizer que a responsabilidade de atribuir subsídios é do órgão colegial, câmara municipal.

Julgo que já basta encenações sobre a questão das termas. Já fizemos a discussão há algum tempo, vai regressar vezes sem conta, sei que será tema de batalha política e, portanto, há uma coisa que nunca farei, deixar que exista uma versão. O município de



*Chancel
H
Cados*

Tondela fez uma candidatura em 2009 ao PROVER, essa candidatura foi desenhada pelo então vereador António Dinis, submetida pelo então vereador António Dinis. Dessa candidatura constava à época projetos identificados: construção de um hotel de 4 estrelas, em Sangemil, sendo o parceiro a executar Tondelviva, projeto ancora 6,850 milhões; requalificação do balneário termal, projeto a executar Tondelviva, valor do projeto 1 milhão de euros. a responsabilidade da pessoa em causa é esta, é fazer uma candidatura malfeita. O continuar a ler não é para desresponsabilizar de quem fez este processo. Não desresponsabilizo. A assunção da responsabilidade está aqui. Repito que tinha projetos ancoras e projetos complementares. Num segundo momento, vem a pessoa em causa, está aqui a assinatura, a dizer que foi um lapso e que, portanto, só ficaria o balneário termal, agora no sector público. O grau de investimento dos projetos é o grau crítico que aqui está. Estamos em 2009 e a minha pergunta é se estes dados são falsos? O município tinha nestas perspetivas: aldeia termal, projeto âncora, 480 mil e os demais estavam em projetos complementares. A pessoa que fez a candidatura do suposto hotel é a mesma pessoa que hoje diz “eu também, agora, discordo que o hotel deva ser feito”. De 2009 a 2012, o que foi feito desta candidatura? Nesse período entramos em época de recessão e a decisão política de então foi de que se houvesse garantias de financiamento ou haveria uma margem de risco que não estava consolidado. Razão pelo qual, em alguns municípios, alguns projetos avançaram, enquanto que outros municípios não avançaram com os seus projetos. Em 23 de março de 2012, a CCDRC informou que iria haver uma reunião nessa estrutura de acompanhamento, pelo que seria necessário saber o que fazer com os projetos âncora (são projetos públicos e privados, onde o hotel continua como projeto privado), elencados na estratégia de eficiência coletiva, chamando atenção que o grau de maturidade dos projetos vir a ser um critério essencial e determinante, pelo que os projetos que não se encontrasse no mínimo em fase de audiência não estariam em condições de garantir à última oportunidade. Quero, por isso saber em que termos é que a acusação é feita de que o atual executivo desperdiçou uma oportunidade. Esta é uma razão que não pode ser dissimulada, mascarada, transfigurada, porque os factos são estes. Bem sei que ao virar da porta alguém continuará a dizer que “o azul é azul e o mundo é azul”, mas isso é a verdade dessa pessoa. Ainda bem que há documentos que atestam estes factos. Os documentos são estes: candidatura desenhada em 2009, mal formulada. Sim mal



Handwritten signature and initials: "Cados"

formulada, a Tondelviva é que seria responsável pela execução do balneário termal e de um hotel. Sistemas de incentivos, onde? Nos investimentos públicos, o sistema de incentivo é um. No sistema privado, o sistema de incentivo impõe que haja um fundo antecipado, que não é perdido, porque estará dependente de resultados. Não existindo ou não atingindo esses resultados terá de ser reposto o fundo. Candidatura mal formulada, porque colocou o risco todo em cima da Tondelviva e nessas circunstâncias se juntarmos os 6, 8 do hotel mais 1 milhão do balneário termal, estamos a falar de 7,8 milhões, que o mesmo é dizer que o município é que paga. Para quem se julga tão herdeiro das heranças, como é o caso do autor desta candidatura, digo ainda bem que o município nessa circunstância, considerando o risco elevadíssimo, tomou uma decisão colegial de não prosseguir com a candidatura como estava. Feita a reconfiguração da candidatura, passando o município a ter a possibilidade de ter dois projetos âncora, o privado também tinha de ter o seu âncora caso contrário o mérito da candidatura caia, chegamos a 2012 e são estes os factos. Demagogia sei que será feita. O assunto termas encerra duas dimensões, uma sobre razões de financiamento, oportunidades de investimento e uma segunda sobre opções de gestão no atual momento. Já o município o disse, através de nota que fez, não no facebook, mas na sua página oficial eletrónica, chegados a 2013 tínhamos um problema para resolver. O passivo que as termas apresentavam em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 era elevado. Penso não estar a dizer uma inverdade, que em 2009, o então vereador que fez esta candidatura, negociou com a Visabeira o montante de amortização não paga, que a Visabeira tinha e que levou a Tondelviva a ter que devolver ou pagar à Visabeira, julgo que 150 mil euros. chegado, aqui, importa ter presente a Lei 50/2012, que diz que uma empresa municipal ou de sector empresarial local onde tenha participação de capital, mesmo minoritária, é o caso do município com a Tondelviva, mas se a sua atividade for dominante, essa empresa está equiparada ao sector empresarial local. Se esta empresa durante 3 exercício consecutivos tiver prejuízo assiste ao município, uma de três opções: internalização das áreas desenvolvidas por essa empresa; a extinção dessa empresa, absorvendo os seus impactos financeiros; ou a comparticipação da sua percentagem anualmente de prejuízo existente. Esta foi uma discussão tida de forma séria, responsável no arranque deste mandato. Julgo que de forma consciente e responsável, o atual executivo entendeu que enquanto não tivéssemos instrumentos



Carlos

comunitários para podermos fazer uma reabilitação adequada, que era mais sensato o município chamar a si a gestão do balneário termal para por força dessa opção não ter o risco financeiro dentro da Tondelviva e ao mesmo tempo tentar ter uma gestão que assegurasse menor custo de exploração financeira. Desde logo, todos os colaboradores tinham sido despedidos pela Tondelviva, recebendo os respetivos subsídios que a lei lhes permite de compensação pelos anos de trabalho que tinham, outros receberam subsídio de desemprego durante algum tempo e a opção que então se colocou foi chegar aos profissionais clínicos, pessoal técnico e auxiliar e dizer-lhes, olhando para o interesse das pessoas, se queriam-se constituir como empresa para concorrer a prestação de serviço. Os médicos encontraram uma forma de organização através de uma empresa. Os demais colaboradores, que ao longo de vários anos prestam serviço nas termas, que não têm uma formação do ponto de vista contabilístico, para eles foi um obstáculo. Ao município não restou outra opção que foi lançar um concurso de prestação de serviços podendo concorrer todas as pessoas. A cooperativa Terra de Besteiros disponibilizou-se para ser uma opção nesse processo. A cooperativa não tem fins lucrativos, constitui por essa razão e para essa missão específica uma empresa designada por Território Natural, unipessoal e detida a 100% pela cooperativa, não há sócios da Território Natural, como alguns falsamente querem fazer crer. Nesse quadro implicava que a cooperativa designasse um gestor, porque legalmente uma empresa mesmo sendo unipessoal e ser detida por uma cooperativa, tem de ter um gerente. Foram essas funções que o Diamantino, voluntariamente, porque era membro e presidente da cooperativa, se disponibilizou a fazer sem receber remuneração. Por isso é que me custa. Não é um problema de ilegalidade que no caso em concreto poderemos esta a falar numa ilegitimidade superveniente, porque ocorre depois do ato da eleição. É a razão da forma maliciosa de má fé como é apontado o dedo procurando fazer crer que aquela pessoa tinha tido um proveito próprio para si, quando o que esteve a fazer foi um serviço ao concelho. É isto que me custa e não aceito. Isto chama-se assassinato político. As pessoas de Lajeosa saberão quem esteve à procura de soluções que lhes permitisse manter um balneário termal em funções, porque ele é importante para a economia. Bem sei que dentro da área social democrática e racionalmente possa haver uma ou outra pessoa que diga do ponto de vista financeiro poderia haver outra opção, mas a nossa opção maioritária é continuar



a defender o balneário termal como pedra angular do desenvolvimento do concelho. Quisemos dar a oportunidade às pessoas que ali trabalhavam de continuar a ter uma solução de emprego de proximidade, sem prejuízo de outros poderem concorrer. Quando alguns espertos dizem: “os demais para poderem concorrer ficou vazio o concurso”. Pois ficou, porque se o custo que é colocado em concurso é o custo exclusivamente dos custos salariais, se não há margens de lucros, por isso é que outras empresas não aparecem a concorrer. Estou disponível para este debate de verdade, estou disponível para colocar vergonha em quem quer enxovalhar quem procura este caminho responder aos interesses do concelho. Estou cá para isso, de cara levantada e sem sorriso de cinismo. Quem tem a convicção do que faz, quem sabe o que está a defender o concelho não teme o debate, não teme o julgamento, não teme a confrontação. Estou cá para isso e quero que outros cá estejam, cara a cara, para dizer onde falhou o interesse público, onde falhou encontrar uma solução a menor custo para um bem público, que é manter um balneário termal ao serviço da comunidade. Sobre o futuro, estaremos cá para discutir, não com todos, porque quem não é sério não merece o respeito da discussão. Não me alonguei para convencer ninguém, este debate sobre matérias de financiamento das termas já foi feito aqui três vezes. Nunca iremos, aqui, convencer ninguém, porque cada um se julgo dono da sua razão. Para mim os documentos são a parte necessária para dar sustentação à razão de quem a tem. Mas agora há uma nova variante, que é lançar uma suspeição, um crivo de névoa, um quadro de muita intriga e é sobre isso que não podemos de forma alguma pactuar e muito menos deixar que se tome o todo pela parte e que acima de tudo se queira fazer crer que nesta matéria houve negligência no interesse público. Isso nunca o irei permitir.”

Continuou com a intervenção escrita que se anexa com o número 8 e a visualização em imagem das atividades ocorridas desde a assembleia de novembro de 2016.

O membro António Dinis interveio:

“Começaria por assinalar a terminologia utilizada pelo senhor presidente da câmara na sua intervenção, termos como “repugnante, tareco Bobby busca busca,, “ e afins, a questão da falta de seriedade e ser-se sério. Registei apenas estes adjetivos para



não me alongar muito mais. Normalmente não me dirijo a ninguém nestes termos, mas assinalo apenas isto.

Vamos ao essencial, o essencial foi o que aqui foi dito em relação às termas. Em relação às termas não há verdades, nem semiverdades, podemos é não dizer as coisas todas. Muitas vezes interessa ler só as duas primeiras linhas e não ler as linhas a seguir e só por solicitação se lê a linha seguinte. Era bom que lessem todas. Porque é que esta história acontece? Em várias assembleias, em particular em junho do ano passado, solicitei verbalmente um conjunto de respostas. Não tive respostas. Tive silêncios. Ao abrigo daquilo que é a minha função de fiscalização séria, não digo que estamos cá de forma não séria, todos estamos cá de forma séria, eu também estou cá de forma séria. Não fica bem a ninguém dizer que estamos cá de forma que não seja séria. Fomos eleitos seriamente, não houve aldrabadas. Fiz um requerimento em junho. Recebi parte das respostas, outras não foram respondidas como se não percebêssemos o que se estava a dizer. Voltei ao assunto na assembleia de novembro, a pedir mais informação, que me foi novamente enviada parcialmente. É evidente que toda a gente sabia e disse-o, aqui, que iria solicitar essa informação e em função do que obtivesse iria às entidades competentes informar-me, sobre algumas das condições que eu pensava que poderiam acontecer. O senhor presidente disse-o aqui agora que não está em causa a seriedade ou a pessoa em si do Diamantino, mas disse que estava em causa uma condição de ilegibilidade. Na prática já pediu a renúncia, respeito essa decisão. Não vou referir as conversas em tive em particular com o Diamantino, mas estou à vontade. Solicitei essas informações em requerimentos escritos. Vocês foram testemunhas. Porque as respostas não vinham. Não vou comentar as questões de interpretação do facebook, são engraçadas a tentativa de interpretação do Jorge. O excelentíssimo, senhor deputado Jorge já faz interpretações do que é que eu penso. Disse “será que...”. Senhor deputado a estratégia que eu defendo é diferente da seguida. O deputado Jorge insinuar. Disse-te, está aqui gravado. Estas coisas são chatas, porque estão gravadas e depois quando vou às atas, é uma chatice. Às vezes agradecia um pedido de desculpa, porque venho aqui provaram que mentiram e ninguém vem pedir desculpa. Tenho reparado várias vezes que quando me engano, peço desculpa. Nunca vi, aqui, ninguém a não ser a senhora Eng^a Marina, que hoje não está, mas que



*Alcides
Cedros*

uma vez o fez. Foi em respostas a requerimentos que entreguei. Quando foi os resultados das termas de 2011, 2012, vi isso no facebook. É grave, não é, enquanto membro? Qualquer um que está nesta assembleia, enquanto membros, se fazem um requerimento à câmara, que tem a informação e não vos dá essa informação e a vêm plasmada no facebook ou no comunicado oficial do município. Enquanto membro ou qualquer de vós, como se sentiriam? Peço algo, não dizem. Dizem que pertencia a outra entidade e não me dão. Depois vejo no facebook. Sinceramente, não gostei. Isto é tudo verdade. Não é inventado. São factos.

Diz-se, aqui, o que é que mudou. Fiz a candidatura em 2009 e muito bem. Foi aprovada e teve mérito. Foi a candidatura que teve o mérito mais elevado do PROVERE da região centro termal. Foi dos melhores classificados. Sei do que falo. Portanto não estava mal formulada a candidatura. Tanto mais que foi aprovada ou em Coimbra não percebem nada daquilo, pois aprovam e deram-lhe uma majoração, uma boa classificação. Se calhar não percebem nada. Foi aprovada a candidatura com os projetos âncora e complementares. Depois a partir daí. O que disse o excelentíssimo, senhor presidente: “o que mudou, entretanto?”. A questão do hotel é paradigmática. O que mudou, entretanto? Nós tivemos uma crise global. Aquilo que era um interesse dum privado, que era a Visabeira, que em determinadas condições e em circunstâncias anteriores tinha interesse em construir uma unidade hoteleira e ir para a área da saúde. Sei do que falo, porque tinha reuniões com eles. Aí sim tinha responsabilidades. Tinha e lidava diretamente com esse assunto. A partir de certa altura, com a falta de financiamento e a crise financeira é evidente que o privado, na sua legitima logica de obter interesse saiu do processo. Fizemos o nosso dever de se houvesse um privado, um elemento valorizador daquelas termas, porque não tentar? E fizemo-lo, por isso é que digo, depois de sair o privado não fazia sentido que o hotel fosse construído. Mantinham-se os outros dois projetos que eram estruturantes: a requalificação do balneário e a requalificação da aldeia termal, um milhão e meio. Essa é que é a divergência essencial que tenho aqui dito várias vezes de que discordamos disso. A partir de 2012, já não era eu que estamos com o assunto, pois não senhor presidente, essa é que é a grande questão. O senhor disse que o vereador Dinis fez mal a candidatura. Depois quanto á atribuição dos subsídios diz que é uma decisão



Handwritten signature and initials: Carlos

colegial. Nos do desporto era eu que fazia a proposta. Na cultura era, na altura, o senhor vereador do pelouro. Às vezes dá jeito entregar para o vereador outras vezes já não dá jeito. Registo isso.

Responsabilidade deste executivo. vou ler um comunicado que tínhamos feito: “O município de Tondela aprovou nas GOP’s de 2015 e aprovados em novembro de 2014 na assembleia municipal os seguintes montantes para a requalificação do balneário termal, 2015 – 300 000€, 2016 – 1,5 milhões, 2017 – 1,5 milhões. Início do projeto 01/2015, fim 12/2017.” É fácil de comprovar o que se afirma aqui, basta irmos às GOP. Não estão a inventar nada. Aprovamos todos, somos todos testemunhas disto. Nas várias cerimónias de abertura, em abril, surgia sempre um anúncio e basta ir aos jornais locais “para o ano é que é”. Referindo que no ano seguinte é que iria ser feito uma candidatura. Referindo que a geotermia seria uma coisa espetacular, basta ir à comunicação social. Não estava lá presente, mas imagino que reportem o que lá se passou, basta ler os jornais da época. Em 2017 onde é que isto está? Não estou a inventar nada, estes são os factos.

Em relação às outras questões não vou entrar por aí, em relação à Território Natural, porque fiz aquilo que disse nesta assembleia. Disse que em função da consulta da ANMP, levei os dados e eles é que me disseram as coisas e a partir daí percebi que a responsabilidade minha, enquanto membro da assembleia teria de ir a quem de direito. A lei em direito diz que é para o Ministério Público. A renúncia que foi anunciada decorre disso.

A questão do Barreiro de Besteiros. é evidente que fiz aqui uma moção de recomendação. Sei que não somos nós, assembleia municipal. Não temos competências neste domínio. Agora, recomendamos isso. Não inventei nada. Basta ir ao Jornal do Centro, citei-o. Basta ler a notícia, em que o senhor presidente da junta o anunciou uma piscina nova ao lado do balneário do atual campo com um valor que ronda os 200 000€. Senhor presidente da câmara, eu não invento nada, eu digo a verdade. Digo a verdade, citei a pessoa que o disse e o local onde está escrito. Não é minha responsabilidade ou de qualquer um dos que aqui está presente tentar defender a freguesia A, B, C ou D? neste caso particular entendo que a população não quer aquela obra, a assembleia de freguesia não quer aquela obra, portanto tinha de vir aqui trazer, concorde-se ou não. Sei que não



*Alcides
Ferreira
Cantos*

tenho competências nesse domínio, mas quis aqui trazer uma proposta de recomendação, e, portanto, fi-lo no meu direito e naquilo que é a minha responsabilidade enquanto eleito.”

O membro Joaquim Santos tomou da palavra, de seguida:

“Em resposta ao senhor presidente acerca das associações, quero dizer que o que disse não põe em causa as pessoas. Pões em causa o lugar que elas desempenham. Nunca disse aqui que haveria qualquer proveito pessoal ou particular desses cargos. Olhando para o que aconteceu nas trajetórias das associações, acho que toda a gente percebe isso e é perfeitamente claro.

Acerca da questão do ensino, quando disse que foi uma derrota do município, fui, porque o senhor se calhar colocou a fasquia muito alta para si próprio. É verdade tudo o que disse, que ganhou num conselho geral e perdeu noutro. Lembro-me que tinha dito, aqui, que só se ganhasse nos dois conselhos gerais é que avançava com o projeto. Perdeu, porque colocou a fasquia muito alta e em segundo, como sabe, Tondela não foi escolhido como município para esse projeto piloto. A Câmara Municipal de Tondela, segundo se constou na altura e parece que é verdade, é que se pôs em “bicos de pés” e disse que também queria entrar no projeto. Foi por isso que teve uma derrota.

Permita-me que lhe faça uma pergunta e só responde se quiser. É ou não verdade que o município de Tondela ou o senhor presidente ou alguém a seu mando prometeu aos atuais membros da junta de freguesia de Lajeosa do Dão que se candidatassem pelo PSD as obras do cemitério seriam feitas?

Acerca das termas de Sangemil, acho que já foi cause tudo dito. Mas ainda bem que essa candidatura desse hotel não foi para a frente, senão teríamos mais um problema chamado Tondelviva 6.

A Câmara Municipal fez refletir no seu orçamento de 2017, que aprovamos em novembro com a minha abstenção, uma baixa das rendas da Tondelviva na ordem de cerca de cem mil euros por ano. Essa proposta de alteração às cláusulas das cinco parcerias que neste momento existem acabou por ser retirada da reunião de câmara.



Alcides
Carlos

Aguardei, até hoje, que houvesse uma revisão do texto desse clausurado para não ser tão descarado o motivo porque havia uma diminuição das rendas. As rendas são pagas mensalmente. Estamos a chegar ao final do mês de fevereiro. Com que valor é que a câmara tem pago essas rendas? Com o valor de 2016 ou com o valor refletido para 2017? Se tem pago pelos valores anteriores, terá de fazer uma alteração orçamental, dado que as verbas previstas não são o suficiente para cobrir todas as rendas. Se vamos baixa-las, como será? E se vamos falar a verdade? Isto é, porque é que neste momento, a partir de 2017, é possível baixar as rendas da Tondelviva? Não quero ser eu a esclarecer, quero que seja o senhor que está em melhores condições.

Falou, aqui, acerca de um processo de certificação do barro negro. Lembra-se que há cerca de dois anos, o nosso deputado do PS, Carlos Viegas, fez uma recomendação para que a câmara municipal diligenciasse para candidatar o barro negro de Molelos a património da humanidade, referindo o de Bisalhães. O que é certo é que o barro negro de Bisalhães foi contemplado património da humanidade, atendendo a uma boa candidatura que a câmara municipal de Vila Real fez. O mesmo poderia ter acontecido com o barro negro de Molelos. Depois vem para aqui dizer que o Partido Socialista não tem ideias. Disse isso aqui e disse em Molelos. O que tem mais impacto, é a certificação? Ou é uma candidatura e que seja aprovada e considerado património mundial? A qualidade está lá.

Falou que teve reuniões com várias empresas para fixar pessoas. Senhor presidente, mas é necessário mudar qualquer coisa. Como já disse algumas vezes não basta criar empregos. É preciso incentivar e criar condições para que as pessoas se fixem aqui. O IMI já está a taxa reduzida, mas temos a habitação muito mais cara do que nos concelhos vizinhos, tal como a água, o saneamento. Tondela é uma região de bem-estar, segundo diz o slogan da câmara municipal, mas nos últimos dez anos Tondela tem perdido um habitante por dia. Isto é muito grave para um concelho que se diz querer estar à frente dos outros na sua região.

O senhor na ultima assembleia fez aqui um panorama mais ou menos realista do que se passa nas ETAR's. isso foi notícia nos jornais e o senhor teve de se justificar. Acho muito estranho que passados dois meses o senhor sinta necessidade de fazer uma



*Cláudio
Cardoso*

conferencia de imprensa, que inicialmente pensei que não fosse esse o seu objeto, para falar novamente do assunto. O senhor em vez de apontar uma solução clara, disse que a culpa era de há vinte anos atrás, como se nessa altura a tecnologia era a mesma. Houve um vazio de manutenção, que o senhor assume, mas não quer assumir. Mais grave do que isso, é o senhor dar a entender que a culpa é deste governo por não financiar ETAR's. pois não, não financia obras, nem ETAR's que foram malfeitas e das quais não tiveram manutenção. Há aquelas em que o senhor teve de fazer obras de urgência, como é o caso da de Molelos. Também, disse ainda que não tinha vindo o visto do Tribunal de Contas como é o caso da de Caparrosa, financiada com fundos próprios, porquê? Acha que está e demorar tempo demais? Ou será, por exemplo, porque a adjudicação dessa obra foi feita ao empreiteiro que apresentou o preço mais caro? Poderá ser por causa disso. Eu não sei se o Tribunal de Contas fez o que fez no estádio em que pediu as atas de aprovação. O que vai acontecer com a ETAR de Caparrosa, temo que vá acontecer com outras obras no nosso concelho. O concelho de Tondela fez três obras no centro da cidade em 2015, o Cine Teja, a Casa Mortuária e o edifício Carmelitana, foi a mesma empresa que fez tudo. Na altura não me preocupei em ver os concursos. De seguida veio o estádio, a ETAR de Caparrosa e hão-de vir outras e é outra empresa. Só que essa empresa é outra, porque tem outro nome. Mas sobre isso vamos dar tempo ao tempo. Senhor presidente, a responsabilidade não é de há vinte anos, obviamente houve muitos erros. Fizeram as coisas à pressa, gastou-se dinheiro mal em tudo. Ainda há pouco mostrei-lhe uma fotografia de Vilar de Besteiros, quando fizeram o saneamento estragaram uma conduta da água. Casos como este existe por todo o concelho. Tem de haver uma assunção de culpa da câmara, que não foi capaz de fiscalizar. Se não tinha técnicos por não poder contrata-los, formava-os e qualificava-os e isso nunca aconteceu.

Queria fazer-lhe algumas questões acerca do estádio João Cardoso. Queria saber em fase está o ultimo contrato de desenvolvimento desportivo e que foi enviado para o Tribunal de Contas, após aprovação da sua maioria. Há época, disse que ainda bem que a atuação do PS tinha sido a rejeição, porque tínhamos começado com dois milhões de euros e depois passamos para um milhão e duzentos mil. Na altura o senhor disse que a descida se devia ao facto que o clube desportivo de Tondela estava em condições de pagar



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

trezentos mil euros. mesmo assim, faltam lá cinquenta mil euros. mas há uma coisa que ainda falta, é que o IVA se a adjudicação fosse da câmara era à taxa reduzida, passando a obra para o CDT o IVA passa a ser de 23%, pelo que são mais trezentos mil euros. se há aqui milagre constaria que mo explicasse. Quanto é que é o custo final das obras do estádio João Cardoso? Sei que falta os acabamentos, mas até agora qual foi o custo real das obras? Quem é que pagou as torres de iluminação? Houve ou não imprevistos na obra e quem é que os pagou? Qual foram o valor desses imprevistos? Globalmente até ao momento, quanto é que a câmara municipal de Tondela pagou referente a obras no estádio João Cardoso? Muito obrigado.”

O membro sérgio Rodrigues tonou da palavra, de seguida, com a intervenção que se transcreve:

“Exmos srs.

Presidente da Assembleia Municipal de Tondela

Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Membros desta Assembleia, comunicação social, público presente.

Vou fazer algumas referências, antes iniciar a minha intervenção propriamente dita. Antes de mais realçar o leque de intervenções, obras e eventos promovidos pela Câmara Municipal em colaboração com diversas entidades, desde a última assembleia.

Quero afirmar que faço aqui a defesa do conteúdo da intervenção do deputado Diamantino, e dizer que sinto o mesmo no que a minha honra diz respeito.

Continuarei na Assembleia municipal e na Cooperativa dentro dos trâmites legais que se exigem. Desde há já alguns anos que me venho disponibilizando para colaborar nos diferentes projetos das associações por onde tenho passado e a que continuo a pertencer. Sempre senti o empenho de todos aqueles que nessas coletividades procuram colaborar e elevar o nome das suas terras pelo concelho e pelo país fora.



Carlos
dos

Por isso repudio veementemente a afirmação do deputado Joaquim Santos quando refere que há associações compradas. “Comprar associações” como afirmou aqui, é atingir todos aqueles que voluntariamente dão o seu melhor pelas suas coletividades.

Passo à minha intervenção.

As sociedades e instituições constituem-se como uma história e um passado que se explicam e refletem nos traços e vestígios que resultam, como factos visíveis na intervenção humana na sua passagem pela face da terra, ao longo dos tempos.

De igual modo, o cidadão concentra em si todo o acervo (ou repositório) dos costumes, crenças, usos e tradições que moldaram o seu nascer, o seu crescer e o seu viver. Daí, também, a sua influência nos modos de ser e estar e na procura e construção de novos paradigmas e de novas descobertas.

Conjugados estes dois vetores, podemos partir então para uma designação simples de património cultural.

Hoje, as autarquias, as instituições e os cidadãos conscientes cada vez mais ativos e atentos na preservação do património, têm seguido um caminho empenhado na valorização e preservação desse património.

O nosso concelho de Tondela possui um manancial muito significativo de vestígios de história e de passado que, cada vez mais e melhor, têm vindo a ser identificados, estudados, valorizados e preservados para uma completa fruição pelos seus habitantes e por quem nos visita.

Alguém dizia: -“não podemos gostar do que não conhecemos”. Por isso é fundamental sentir e acarinhar para fruir e divulgar.

É, pois, de primordial importância que a identificação, valorização e divulgação do património, nomeadamente do património cultural concelhio seja bem-sucedida e que seja executada por conhecedores interessados e motivados com estruturas de apoio organizadas.



*Cláudio
Ferreira
Cados*

O município tem vindo ao longo dos últimos anos a concretizar um plano de intervenção cultural que, centralizou no Museu Terras de Besteiros coadjuvado pela Biblioteca Tomaz Ribeiro e pelo Arquivo Municipal.

Neste contexto, valoriza-se a participação do Município de Tondela na Associação Portuguesa de cidades e Vilas Cerâmicas, reconhecendo-se a importância da participação neste projeto na persecução do desenvolvimento, valorização e preservação daquela que é uma das mais importantes formas do artesanato do concelho- o barro negro.

A participação do município de Tondela em parcerias desta natureza é seguramente um forte contributo para a necessária consolidação da imagem do artesanato concelhio.

A formação e capacitação dos artesãos é, também, de extrema importância, valorizando-se através do conhecimento e da prática de uma arte ou ofício, para qual na grande maioria das vezes somos confrontados com a sua falta.

Várias têm sido as referências feitas por diferentes pessoas interessadas sobre o tema do património concelhio e da sua elegibilidade perante a Unesco. Falamos mais concretamente sobre a arte do barro negro- olarias de Molelos e da arte de cestaria de Nandufe.

Certo é que o caminho é longo e sinuoso e que, para que o objetivo seja alcançado a perseverança e a determinação de todos é fundamental, artesãos e autarquias.

No entanto é necessário saber escolher o caminho, conscientes das suas dificuldades e morosidades.

O trabalho que o município tem vindo a desenvolver ao longo dos anos, e, pois, um trabalho sustentado, coerente de descrição, mas assertivo.

Estamos certos de que brevemente iremos colher frutos deste trabalho.

Para terminar, uma proposta:

A realização de uma homenagem aos artesãos destas artes e ofícios seria de elevado reconhecimento.



Caral
João
Carlos

Não estará na hora de se homenagear o último cesteiro de Nandufe, o sr. João, e com ele todos os que por essa arte passaram?

Deixo o desafio à câmara municipal e a junta de freguesia de Tondela/Nandufe.

As homenagens, também, ficam bem em vida.

Por vezes perdemos amigos e, então fica-nos só uma frase:

Não tive tempo para tomar um café com aquele meu amigo!

Obrigado.”

O membro Jorge Henriques, por motivos profissionais, teve de se ausentar da sessão.

O membro Vera Machado continuou os trabalhos com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. José António,

Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Senhores Vereadores, Comunicação Social,

Pese embora cheiros bastante desagradáveis que possam provocar, a temática das Etars tem feito as delícias dos amantes da chicana política.

Aliás, a comunicação social e as redes sociais seriam muito cinzentas sem estes novos tons que trouxeram um arco-íris à atividade política do concelho.

Ora é o vermelho, o azul, o amarelo, uma mistura de tons sublime no ruído, mas parco, muito parco em propostas.

Mas o que seria de esperar de inspirações irrevogáveis, cuja solidariedade e memória é seletiva?



Cláudio
António
Cados

Imagino a luta interior diária, aquela do tinha ou não tinha o pelouro, sendo melhor fingir que não tinha alguns deles, alguns cujos silêncios demonstram a tal solidariedade e memória seletiva.

Mas avancemos, porque se continuo neste registo, é sinal que fui contaminada com este síndrome de pequenez e ataque demagogo.

Não vá eu, que por acaso até participo nas redes sociais e em grupos há muito tempo, sim porque não ganhei o gosto há pouco meses, ficar afetada pela mesma postura e começar a levantar suspeitas só porque sim, e a utilizar aqueles palavrões que tanto gosto de ver escritos e que apenas definem a pessoa que os publica.

Com toda a clareza e detalhe, o Senhor Presidente da Câmara fez o diagnóstico das 47 Etars e das 20 estações elevatórias existentes no Concelho, aliás exercício esse já feito na anterior assembleia.

Explicou que algumas devido à idade, outras pelo maior afluxo de utilizadores, por impactos de alterações climáticas e até por má utilização por parte de cidadãos, não apresentam hoje as condições ideais de funcionamento.

Lembrou ainda que tal não é o caos ambiental, e que em todo o país existem problemas associados aos sistemas de tratamento de águas residuais.

Esclareceu também que os constrangimentos estão perfeitamente identificados e que estão ser tomadas medidas, quer ao nível da contratação de pessoal, candidaturas ao POSEUR e inclusive avançar com fundos próprios para a resolução de outros problemas.

Tratam-se de questões sensíveis e de sustentabilidade ambiental, no entanto, caros deputados, as decisões não podem ser tomadas sem ponderabilidade e responsabilidade.

O princípio da seriedade tem que se sobrepor ao sensacionalismo.

O Partido Social Democrata confia no executivo municipal e acredita que estão a ser tomadas as diligências necessárias para que o tratamento das águas residuais cumpra os parâmetros de exigência com que todos estamos comprometidos.”

Continuou os trabalhos, o membro Manuel Mendes:



Alcides
João
Carlos

“Senhor presidente, senhores membros da assembleia, comunicação social, publico presente.

Deixa um reconhecimento pela intervenção do senhor presidente da câmara no que diz respeito às atividades desenvolvidas.

Não poderia deixar passar a homenagem feita aos autarcas eleitos após o 25 de abril. Acho que foi o reconhecimento do trabalho desenvolvimento por essas pessoas, durante quarenta anos. Parabéns à câmara municipal pela iniciativa. Quero, também dar uma palavra do meu reconhecimento, pois tive o privilégio de trabalhar com alguns, tal as suas famílias.

Desde os meus catorze anos que estou ligado ao associativismo, pelo que quero homenagear todas as instituições do qual tenho vindo a fazer parte, refiro-me concretamente: ao Clube Desportivo de Tondela, casa do Povo de Tondela, Associação Comercial de Tondela, Santa Casa da Misericórdia, Bombeiros Voluntários de Tondela, Cooperativa Vários, Associação de Socorros Mútuos de Tondela, Clube de Caça e Pesca. Quero honrar todas as instituições de que faço parte e orgulho-me muito de que as pessoas e os sócios dessas instituições tenham depositado em mim a sua confiança para trabalhar com vários parceiros. Lamento quando por vezes sou convocado ou contactado para fazer parte doutras instituições, já não ter disponibilidade para tal.

Para terminar, quero dar uma palavra ao Diamantino, companheiro de longa data. Continuo a ter a mesma confiança em ti, como no primeiro dia. Conta sempre comigo e com a minha solidariedade, tal como todos aqueles que passam por estes problemas. Pois, passo por problemas idênticos, mas “quem não deve não teme” e agradecer a todos os tondelenses a confiança que têm tido comigo. Muito obrigado.”

Seguidamente, interveio o membro Manuel Veiga:

“Mais uma vez bom dia. Relativamente às termas, parece que só agora existe opiniões diferentes. Mas, afinal quais foram os executivos que estiveram nessas decisões todas. Foi o executivo do PSD. São esses que têm responsabilidades da candidatura malfeita. Quem era ou não o vereador é relevante, mas não nos podemos esquecer quem



Caral
Br
Cados

foi o executivo e que cor partidária tinha. Entretanto se os vereadores que apresentaram tingiram-se doutras cores, já é outro problema. Parece é que agora têm opiniões diferentes, mas anteriormente estiveram no mesmo barco. O mar parece que ficou um pouco agitado e querem sair do barco. Ambos têm responsabilidades.

Em relação às ETAR's, "de bandeiras", claro que sim. Não é uma bandeira única e de ninguém. Tem várias cores, é muito colorida. Mas, a questão é que o problema se arrasta há vinte anos. Elas foram feitas, vão necessitando de manutenção. Elas têm uma vida e uma realidade para aquilo que foram construídas. Houve pressa na altura para as construir? Agora tem de ser mais ponderado? Fazer o levantamento dos problemas, já não é mau, é um bom principio, por sabermos onde temos os problemas. Não os esconder, também podemos dizer que é positivo. Foi necessário agitar-se as águas para que se falasse tão abertamente? Se calhar foi necessário. Mas aquilo que se deveria ter tomado eram ações anteriores para que isto não tivesse acontecido. É só falta de financiamento? Ou será falta de estratégia? Que eu saiba não mudou o executivo."

O senhor presidente da câmara respondeu:

"Há uma velha máxima que é pegar no baralho das cartas, baralha-las e dizer que o jogo agora é novo. Como o jogo é novo temos uma oportunidade de ter mais sorte nesta jogada. Foi isto que o deputado Dinis quis fazer e bem, porque só veio confirmar tudo o aquilo que disse. Objetivamente, a candidatura feita em 2009 apresenta, como investimento do balneário e do hotel, investimento da Tondelviva. Se a Visabeira estava interessada em fazer um hotel, porque é que a candidatura em 2009 coloca a Tondelviva como sendo o promotor provado do hotel e não a Visabeira? Os legos para encaixarem tem de ter uma forma que se ajuste. Não consigo perceber. A candidatura tem o mérito que nós queremos dar-lhe. Se disser que há um privado disponível para investir 6,8 mais 1 milhão, cause de certeza que atingiriam naquele momento critérios de mérito muito elevados, porque como sabemos nestas candidaturas de parcerias as componentes privadas e publicas concorrem para o mérito. Em 2012 é feita uma última chamada, onde poderiam ir aqueles que tivessem projetos aprovados com a maturidade de estar em sede de análise de aprovação.



*Alcides
Fins
Lados*

Não fujo a heranças, nem as renego, agora também não chamo a mim o que não é meu. Sou solidário com as decisões tomadas. Este executivo, depois de setembro de 2013, tinha alguma candidatura abertura no PROVERE? É a pergunta que quero vir respondida. As questões que foram aqui foram ditas é que amuei, “fiz uma pergunta e não me responderam”, “vi a resposta cá fora”, “fiquei muito chateado”. Mais uma vez a história fica bem. Os dados que foram revelados não são dados da propriedade do município. Pedi-os à Tondelviva. Os dados de 2009 a 2013 foram tidos no domínio da gestão da Tondelviva. Se eram ou não do conhecimento de terceiros, não sei.

Última questão, andou-se a enganar as pessoas. Em 2015, 2016 e 2017 colocaram no orçamento uma verba. Aconselho para se perceber o orçamento deve-se olhar para as verbas “definido” e “a definir” e vamos ver que os montantes referidos estão na coluna “a definir”, que o caso quando se tem um plano de intervenção. Na abertura da época balnear em 2014, foi dito em Sangemil que se necessitava de uma candidatura a fundos comunitários, que nos permitia nestes termos aceder para fazer uma intervenção. Em 2014 já se estava a iniciar-se o quadro comunitário de 14 a 20, era espetável, porque ninguém conhecia o contrário e atendendo a que no quadro comunitário anterior tinha havido dinheiro para obras desta natureza, razão pela qual em Plano e Orçamento de 2014 se coloca na projeção futura verbas a definir, que se materializariam na abertura de uma candidatura. Não consigo perceber qual é a anormalidade desta questão. Hoje, acho que era enganar as pessoas, porque se sabe que o PROVERE não tem dinheiro para este tipo de investimento, terá quando muito para a promoção ou para a divulgação e se lá quisemos ir teremos de ter outras estratégias, às quais estamos a trabalhar. Quero deixar claro, não desistimos de requalificar o balneário termal. Não estivemos parados. Hoje, nas mãos do município está um projeto devidamente estruturado, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra que nos permitira nos próximos meses iniciar as novas sondagens para a localização de novos furos. Saberemos junto dos programas operacionais existentes multi-fundos e não daquilo que no passado existia, que foi ao PROVERE, encontrar soluções para intervenções que globalmente concorram para a obra, mas que têm de provir de meios de alocação financeira diferenciados. Quero com isto dizer que não aceito este tipo de argumentos que estava este ou aquele montante, no



*Cláudio
Cedros*

orçamento. Na minha opinião, o executivo anterior foi ponderado, porque perante o risco e imprevisibilidade e perante o facto de garantir o mérito da candidatura ter de continuar a haver investimento privado, pois se não existe não haveria candidatura. Foi ponderado para não deixar em cima da Tondelviva inicialmente 7,8 milhões e depois 6,8. Isto é o mesmo que dizer em cima do município.

Tourigo, “não inventei nada”? em que parte é que não foi claro? Existe algum protocolo entre o município e a União de Freguesias de Berreiro de Besteiros e Tourigo? Uma coisa é o que se passou na assembleia de freguesia acerca de um orçamento da assembleia de freguesia, outra coisa é dizer a câmara tinha previsto um montante para esta obra, esta obra já não vai acontecer, porque as pessoas não a querem? Que pessoas é que não a querem? Que tipo de obra? Não conheço nenhuma decisão para a reabilitação da piscina atual do Tourigo, não haja vontade das pessoas. Estarei lá para defender este projeto e brevemente. A câmara terá um protocolo quando tiver uma obra definida com valores concretos.

Deputado Joaquim Santos, trajetórias de associações. Não conheço.

Educação, “a câmara é que se colocou em bicos de pés”. Não. O XIX governo constitucional identificou um conjunto de municípios, com tipologias diferentes e com base na seleção desses municípios, convidou o município de Tondela, tal como outros, para avaliarem a possibilidade de poderem criar condições para implementar um projeto piloto. Municípios de várias condições e de vários quadrantes políticos. O município ponderado a oportunidade de ter um projeto piloto e presumindo que dessa experiência resultaria ganhos para o futuro, porque ficaríamos com uma melhor capacidade de poder negociar melhor os contratos quando tivéssemos delegação de competências.

Cemitério de Lajeosa, presidente ou interpostas pessoas. O presidente da câmara tem todas as suas capacidades em vigor, fala pelo próprio, pela sua boca e com as pessoas concretas. Os projetos de cada uma das freguesias são tratados com os protagonistas locais. Julgo ser uma falta de conhecimento do meu carácter que dessa questão estivesse dependente uma decisão política de terceiros. Se os terceiros tomarem as decisões políticas que entenderem é algo que lhes assiste, não é uma condição de partida.



*Cláudio
Cados*

Rendas da Tondelviva. O município não se afastou do objetivo de reconfigurar aditamentos nos termos acordados. O presidente da câmara tem de confessar que não teve tempo até hoje para pegar nesse assunto. Têm sido pagos os montantes dos meses anteriores, sendo que o que venha a ser feito, será ajustado atenuando os montantes excessivos que estão a ser pagos. Não é nosso propósito pagar mais do que aquilo que está orçamentado.

Barro negro. A recomendação política é uma recomendação que tem o devido enquadramento. Ninguém disse, aqui, que era menor ou desvalorizada. Julgo que isso não deve impedir que se trabalhe no caminho da certificação. Os dois planos podem e devem convergir. Naturalmente, que os serviços têm indicações para começar a trabalhar após a certificação, também a proposta de inclusão na classificação junto da UNESCO. Julgo que há virtudes na junção dos dois processos.

População, perdemos 3 600 pessoas em dez anos. Qual é o concelho do país que não esteja no litoral que não tenha perdido população? Ou que o ganho de população que esteja a ter não resulte do aumento de fixação ou de deslocação? Começamos a ter uma inversão da taxa de natalidade que até agora estava em sentido decrescente. Temos a consciência plena de que se não prosseguíssemos a políticas de atração e de fixação de pessoas, com criação de emprego, o gap demográfico seria muito maior. A par da captação de investimento há que incrementar soluções e de propostas habitacionais que sejam mais compatíveis com as procuras e necessidades financeiras das pessoas. É a meta que se segue. Ninguém pode ter oferta habitacional se não tiver emprego.

ETAR's, a culpa não é de há vinte anos. Ninguém ouviu dizer que a culpa era de há vinte ou que é de menos tempo. Uma ETAR é um órgão dinâmico e não é igual a um pavilhão ou uma escola. As ETAR's feitas há vinte anos eram as melhores que existiam há época. Há vinte anos atrás não havia obrigatoriedade de tratamento físico químico. A remoção de terciário de fosforo e de azoto, começou hoje a ser uma obrigação em todas as ETAR's. As ETAR têm de ser requalificada, quer seja qual for o método. Há soluções que implicam o investimento. "Nos anos anteriores nada foi feito?" Nos anos de 2005, 2006 e em particular no ano de 2007, foi quando surgiu o grande volume financeiro do POVT, fizemos mais de metade das ETAR's que hoje existem no concelho. É deste



Carlos

período, a construção da ETAR em Paranho, Caparrosinha, Ferreiros do Dão, Vila Nova da Rainha, Couço de Mouraz, Pova do Rodrigo Alves, Lajeosa do Dão, 2ª fase em Canas de Santa Maria, Coelhooso, Lajedo, Mosteiro de Fráguas, requalificação de São Miguel do Outeiro. No quadro comunitário anterior, construiu-se um conjunto muito significativo de ETAR's. Tanto a ETAR de Tondela como a da Adiça só agora foram concluídas e são do quadro comunitário anterior. Dizer que nada se fez ou que os problemas são de há vinte anos, não aceito. Digo é que estas ETAR por terem vinte anos chegaram ao fim da sua vida útil. O planeamento anterior esteve a dar resposta em locais onde existiam redes. Múceres tem uma rede feita há quinze anos e ainda não tem ETAR. Tivemos de intervir em locais onde era mais urgente, razão pela qual ainda temos redes que não estão feitas. Temos de tomar opção em cada momento para intervir onde é prioritário. De 2008 a 2009 todas as câmaras ficaram impossibilitadas com contratar pessoal e como já o disse a câmara tem os mesmos 4 operadores de ETAR e a mesma engenheira que tinha há quinze anos. Se duplicamos as infraestruturas e se carecem de uma manutenção muito mais presencial e tecnológica, precisávamos de ter mais recursos humanos. As outras pequenas ETAR's chegaram a um fim de vida que têm de ser requalificadas ou implementados novos sistemas, como é caso concreto em Lobão da Beira. Hoje temos de projetar os custos da operação de exploração para saber não só o custo a construir, mas qual a tarifa que um dia vai chegar às pessoas. Este equilíbrio tem de ser feito com cuidado. A metodologia está bem clara. Não me agarro ao passado e não me defendo com o passado. Não deixo de ter uma solução para o futuro.

A obra da ETAR de Caparrosa está a aguardar o visto do Tribunal de Contas, dentro dos prazos normais. O Tribunal já fez questões com esta ETAR que nada tem a ver com a intencional suspeição que quis fazer. A senhora Chefe de Divisão já lhe explicou pessoalmente os critérios de seleção. O critério de adjudicação não foi o preço mais baixo, foi sim uma percentagem para o preço mais baixo e uma percentagem para avaliação técnica.

Há uma confusão com as obras que foram citadas. ASCOP executou a obra da rede de oficinas criativas e o edifício multifuncional. O edifício Carmelitana foi executado pela EDIBEST.



*Cláudio
Cados*

Assunto estádio. Pensei que hoje fosse felicitar a câmara e todos nós, à maioria que tomou uma deliberação que foi aprovar as condições do contrato de desenvolvimento desportivo e o seu aditamento. No dia 3 de janeiro o visto foi concedido, pelo já foi transferido à luz do quadro previsto 1,2 milhões de euros, que é o apoio à obra. O município não é dono da obra. À luz do contrato para que se pudesse pagar tiveram de apresentar os autos de medição e que rondam 1,570 milhão. O valor da empreitada era superior, mas que tem um auto de supressão de trabalhos. Por razões técnicas de contabilidade o clube é agente passivo de IVA, pelo que não ficará sujeito a pagamento de IVA. Do caderno de encargos constam torres de iluminação e projetores. Eventuais trabalhos que possam ter surgidos ou que o clube mande executar fora desta empreitada não é responsabilidade nossa. Está nomeada uma comissão de acompanhamento que é liderada pelo senhor chefe de divisão do desporto para a observação do documento do contrato de desenvolvimento desportivo e como sabemos produzirá um relatório anual que virá a esta assembleia sobre as contrapartidas de interesse publico. O contrato tem uma monotorização e relatório anual, pelo que chegados a dezembro saberemos qual a evolução do mesmo.

O Sérgio abordou as artes e ofícios, que é uma matéria no domínio da olaria que já abordei e que devemos fazer o esforço para a preservação dessas memórias.”

O membro Arménio Marques interveio, de seguida:

“Senhores presidentes, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Venho aqui dar uma explicação ao senhor enfermeiro Veiga e disser ao senhor presidente que se pode manter no lugar que ocupa e que ocupara futuramente, porque se tem andado a fazer alguma coisa ao longo destes anos. Os senhores deputados estão a discutir o problema do balneário de Sangemil, fui eu que negocieei com o particular esse espaço. Se calhar fiz mal em fazê-lo, mas foi para fazer a vontade a muita gente de Sangemil. Queria pedir aos meus conterrâneos, de diversas cores, que não se metam nas termas, porque não temos conhecimentos técnicos para tal. Para fazer o balneário que lá está, senhor deputado, a cor fez alguma coisa, foi necessário percorrer, com técnicos, todo o país a ver termas. O que constatei era que os balneários estavam todos falidos. A



Handwritten signatures and initials:
Cedros

primeira entidade que ficou com a exploração das termas de Sangemil, conseguiu a nível nacional ter uma boa cliente, mas no de Sangemil isso não aconteceu. O que se conseguiu fazer foi com as possibilidades da câmara municipal e com a boa vontade dos autarcas. Em Portugal, não havia grandes conhecimentos técnicos, pelo que foi necessário deslocarem-se a França. O balneário teve em construção várias alterações. Gostava de ver os senhores a discutirem não porque é que não se fez, porque se fez, mas o que será melhor. Discutir uns com os outros e andar com tanta guerra, é terrível.

A assembleia de Tondela anda a discutir a degradação de ETAR's? em muitos concelhos, como o nosso, discute-se a construção de uma ETAR que não tem. Qual é o concelho como o de Tondela em Portugal que tem tantas ETAR's? o que deveríamos discutir era a modernização.”

O membro Manuel Veiga voltou ao debate:

“Começamos pelo fim, já falamos e debatemos aquilo que é necessário debater e o que está mal. O que foi feita está feito, tem é de se melhorar e continuar o trabalho. Não coloquei em causa o que se fez ou não. O que disse é que estiveram no mesmo barco e agora não concordam com posições. Não sou a pessoa que está envolvida na questão, só constatei um facto. O CDS contra a posição daquilo que foi tomada quando lá estava. Não percebi porque é que fui o visado. É bom que haja o debate. Quanto à cobertura de saneamento procura nos concelhos da CDU e veja a execução do saneamento básico. Essa é a preocupação e não de financiar um campo de futebol como se fez. Agarrar em 1,2 milhão como foi, poderia ter sido aplicado em ETAR's, por isso votamos contra. É uma estratégia de dinheiros próprios sem financiamento. A estratégia não foi nesse sentido. O que já correu, já correu. O que está a correr é que não está a ser correto, na minha opinião.”

O senhor presidente da câmara interveio:

“Para não ficar a minha as estratégias são compatíveis. Não é uma coisa que vai impedir a outra.”

O senhor presidente da mesa interrompeu a sessão para almoço, solicitando aos membros que se reiniciasse os trabalhos às quinze horas.



*Alcides
Ferreira
Caeiro*

2.2 Análise, discussão e votação da 1ª revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e dezassete

O senhor presidente da câmara explicitou:

“Esta revisão orçamental que aqui vem é muito pontual. A grande revisão ocorrerá em abril aquando da incorporação do saldo da conta de gerência. Esta em concreto visa em particular dar a possibilidade de se materializar um contrato que há-de ser feito à posteriori visando o interesse da junta de freguesia de Tondela e Nandufe, na medida em que uma habitação que está na rua da capela da Ermida no sentido ascendente, necessita ser demolida. Há entendimento quanto a aquisição. Orçamentalmente, a câmara tinha rubrica para aquisição de habitação social, não existia era aquisição de habitação para demolição e integração do terreno em domínio publico, o que nos obrigou a fazer uma revisão orçamental.”

O membro Joaquim Santos tomou da palavra:

“Muito boa tarde a todos. Quando olhei para a revisão, questionei-me qual era o motivo para vir a assembleia. Para mim seria apenas uma alteração orçamental. A rubrica não estava aberta?”

O senhor presidente da câmara informou que a rubrica não estava aberta para esse fim.

O membro António Dinis interveio:

“Em relação ao documento que acompanha esta revisão o reforço é em iluminação pública, no valor de 135 mil, pelo que fiquei com dúvidas.”

O senhor presidente da câmara esclareceu:

“Uma revisão tem de incorporar introdução de GOP's que não estavam previstas. No caso concreto o que levou a haver uma revisão orçamental foi a necessidade de introduzir uma rubrica para aquisição de um edifício para integrar no domínio público, após a sua demolição. Ao estar feita a revisão aproveitou-se para fazer algo que poderia ter sido feito normalmente numa alteração. Há de facto um reforço de 135 mil euros que se pretende com aquisições de luminárias LED. O município já está a concluir o primeiro lote de mil lâmpadas e está a iniciar o segundo lote, porque fruto de reunião havida com



Carlos
João
Carlos

os senhores presidentes de junta, estes identificaram as situações mais críticas o que somam no concelho cerca de duas mil lâmpadas. Aproveito para dizer que o município tem a decorrer um concurso público para eficiência energética, o qual face a um conjunto de questões de alguns concorrentes está parado, tendo que ser feita, eventualmente uma correção. A EDP tem a concessão da iluminação pública, na generalidade dos municípios, até 2020. Nessa altura, o atual quadro de concessão terminará e será aberto um novo concurso para uma nova concessão. Neste momento todos os municípios que estão a optar por substituir luminárias de vapor de sódio por LED, estão a receber notificações da EDP para pagar a amortização das luminárias. Sendo uma matéria controversa, pelo que existe várias interpretações, pelo que estamos à espera que outros municípios desenvolvem essa questão e admito um de dois cenários que é passar o ónus para o contrato da empresa que ganhar o contrato de gestão energética.”

Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Eduardo Chaves, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, Marta Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, José Carlos Ferreira, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Pereira e Jorge Soares.

2.3 Análise, discussão e votação do protocolo e novo anexo 1 do contrato de concessão com a EDP

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“A EDP tem uma concessão até 2020, até este momento sempre que havia uma lâmpada fundida de mercúrio era substituída por uma lâmpada de vapor de sódio. A EDP a olhar para o futuro veio propor através da associação de municípios e se os municípios estivessem de acordo que as substituições que venham a ser feitas de mercúrio sejam para LED e em novas extensões tendencialmente já sejam feitas em LED. Este protocolo visa um aditamento ao contrato de concessão que terminará em 2020. Quanto mais lâmpadas



*Alcides
Ferreira
Cados*

novas a EDP colocar, maior é o valor de amortização que está por pagar. Logo, maior será o valor que a EDP em 2020 querera receber se não for ela a entidade concessionária.”

O membro Joaquim Santos interveio:

“Olhando para isto, achei muito estranho que a EDP estivesse disposta a assinar um protocolo destes, quando e como o senhor presidente disse aqui, a EDP sempre resistiria a alteração para LED, porque ela vive da faturação dos seus clientes. Além disso, desconfio muito desses negócios feitos pela ANMP, tal como já critiquei anteriormente, em relação aqueles que a CIM está a fazer, que é o caso com a EDP e o de fibra ótica, que foram um desastre para as câmaras municipais em termos económicos, porque muitas das vezes colocam em cima da mesa assuntos dos quais nada entendem. A câmara municipal de Tondela está a pagar por um serviço de internet cerca de 500€, quando o poderia tê-lo neste momento por cerca de 100€. A câmara foi induzida em erro pela CIM. Com a EDP pode acontecer a mesma coisa. Olhando para os mapas em anexo, quando dizem assim: “Zonas a iluminar - Centros, arruamentos e largos principais 15 lux”. Não sei qual é a densidade fotovoltaica que está instalada, neste momento, na iluminação pública, porque até agora, pelo menos, tem sido como lhes apetece. A substituição das lâmpadas por vapor de sódio, não sei se têm cumprido. O atual equipamento de iluminação da EDP, pelo menos na zona que conheço, está todo a apodrecer por velhice, porque tudo tem uma vida. Estando numa junta de freguesia, onde os contribuintes recorrem a dizer que uma lâmpada está apagada para que haja substituição e a EDP cumpre o prazo de substituição conforme haja ou não seja ou não pressionada. Para além disso, muitas vezes a substituição é feita e passado pouco tempo verifica-se que a lâmpada está novamente fundida.

O senhor presidente disse que a substituição para LED, pode comprometer, em 2020, o pagamento das amortizações, pelo que acho que é um mau negócio. Quanto a mim, acho que devem continuar a colocar as lâmpadas como devem por, de vapor de sódio ou de mercúrio, sem comprometer mais o futuro. Depois em 2020, se ganhar o concurso, então que o faça. Se a EDP tem tanta vontade em colocar LED que coloquem já, mesmo achando estranho devido à diminuição da faturação mensal. Gostaria de saber também como haverá o controlo das lâmpadas. Isto deixa-me muitas dúvidas, pelo que vou votar contra este protocolo.”

O senhor presidente da câmara respondeu:



Alcides
Ar
Cados

“A câmara não tem nenhuma concessão com a EDP, via CIM. Estas concessões que a EDP tem em todo o país tem mais de duas décadas de existência. O que a CIM tem feito anualmente, são acordos quadro. Aquilo que faz mais precisamente, é juntar todos os municípios e elabora um concurso público, agregando escala, a um custo mais baixo. Isso tem sido feito nos últimos anos. Neste ultimo ano, o município de Viseu entendeu não agregar o concurso publico, entendeu lançou por si só um concurso, porque juntou os SMAS nessa operação. Ninguém está obrigado a ir aquele preço, mas se for ao acordo quadro, no mínimo o preço e o desconto tem de ser aquele que o concorrente se propôs fazer. Acontece em vários domínios, entre eles o da EDP, no fornecimento de energia. No domínio das telecomunicações, o município não está vinculado a nenhum contrato, via CIM. Poderá é estar agarrado a um contrato feito em 2013 que deve estar a terminar e aí abrirá diversas portas.

Neste momento, como qualquer outro operador, a EDP não dá nada a ninguém. O que acontece é que todos os municípios, por força do contrato de concessão, têm uma percentagem sobre o valor do volume do consumo no seu concelho que é convertido em investimento que a EDP tem de fazer. A esse montante tudo concorre para esse valor, tais como a mudança de uma lâmpada ou de um poste. A EDP aplica investimento que está contabilizado no quadro da concessão. A questão porque é que a EDP não muda já tudo para LED. Diria que se tivesse dinheiro faria, pelas razões que há pouco disse. Como para 2020 falta cerca de dois anos, se o período de amortização daquela lâmpada é de dez anos, o período de amortização é de cerca de oito anos. As lâmpadas que estão atualmente a ser colocadas são propriedade do município e não da EDP, mas se as outras catorze mil fossem substituídos por conta da EDP, chegado a 2020, ela faria as contas daquilo que não está amortizado. Por isso esse caminho pode ser critico e fragilizar para quem quiser ganhar a concessão.

O que aqui está em causa são questões pontuais. A EDP, hoje, já não substitui lâmpadas de mercúrio por mercúrio e prefiro que seja alterado por LED, mesmo que não seja amortizado do que lá ter uma de vapor de sódio, porque estas custam mais 70% do que as de mercúrio. Estamos a falar em zonas onde haja avarias.”

Colocado à votação, foi aprovado por maioria, com os votos contra dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Marta Franco e Rita Rosa; a abstenção do membro



*Carlos
Ferreira
Cados*

Manuel Veiga e os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Eduardo Chaves, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Joana Coimbra, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, José Carlos Ferreira, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Pereira, Jorge Soares e António Sérgio Almeida.

O membro Armando Laranjeira, por motivos pessoais, teve de se ausentar da sessão

2.4 Análise, discussão e votação de declaração de reconhecimento de interesse para as populações e para a economia local

O senhor presidente da câmara explicou:

“A declaração que é pretendida prende-se com a intensão do município em promover uma candidatura no âmbito do PDR 2020, em particular da operação 10.2.1.6, isto é valorização de aldeias. O foco dos grupos de animação local está mais direcionado para a atividade económica, setor primário, do que para a valorização patrimonial. No caso em concreto, a nossa GAL, para o período de vigência deste quadro comunitário só tem, neste momento, um bolo financeiro reduzido, tendo em conta que estamos a falar de cinco municípios. Este financiamento só garantirá 50% do investimento legível. A nossa intenção é fazer uma candidatura para a requalificação e reinterpretação do parque Jerónimo Lacerda e do parque do Sameiro, ambos interligados, no Caramulo, potenciando o seu valor patrimonial na medida em que estão ligados ao projeto museológico na interpretação da instância senatorial do Caramulo. Não podemos esquecer que estes parques faziam parte dos passeios do tratamento senatorial. À luz desta candidatura, projetos que sejam de identidades públicas, tem de ter um parecer da câmara municipal. Se os projetos forem da câmara municipal tem de ter um parecer de estratégia e de conforto da assembleia municipal. Este projeto rondará cerca de oitenta mil euros.”

O membro António Dinis interveio:



*Carlos
Cunha
Cados*

“Só para saber se este projeto e iniciativa enquadra naquilo que é o âmbito do projeto “Montes Aventura” ou se não saber qual é o ponto da situação do projeto “Montes Aventura” em virtude de ser algo importante para a zona da serra.”

O membro António Ferreira continuou. (anexo 9)

O senhor presidente da câmara respondeu:

“Tudo o que é feito e que potencie a promoção turística que fomente a atração do Caramulo, que crie valor acrescentado é feito em favor dos Montes Aventura. O projeto Montes Aventura é um plano intencional e estrutural que pressupunha o incremento de mais respostas de equipamentos, nomeadamente na área do lazer, alojamento, na interligação dos instrumentos existentes. Tal como quando foi desenhado, hoje não tem financiamento comunitário onde se possa alavancar por si enquanto projeto. Tinha uma complexidade de vários investimentos num plano a longo prazo, alargado e difuso. Não existe nenhum instrumento comunitário, hoje, que permita dizer que este plano na sua globalidade pode ser financiado. O que não quer dizer que pontualmente, que é o exemplo que aqui está, como será o caso de quando viermos a reabilitar o senatório infantil com um acordo com o ministério da saúde, para aí fazer uma interpretação da instância senatorial. Ou no caso da intervenção dos viveiros, por força das alterações climáticas. O projeto Montes Aventura dificilmente será materializado como projeto único e com um único financiamento.”

Não havendo mais intervenções, foi colocado o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Eduardo Chaves, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, Marta Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Joana Coimbra, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José Dias, Luís Pereira, João Paulo Ferreira, José Carlos Ferreira, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Pereira, Jorge Soares e António Sérgio Almeida



Carlos

2.5 Análise, discussão e votação da alteração aos Estatutos da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica" e respetivo estudo económico financeiro

O senhor presidente interveio:

“Na documentação distribuída a informação é muito objetiva. Já trouxemos a esta assembleia a adesão a esta instituição, salvaguardando na altura que após a instrução da validação da mesma junto do Tribunal de Contas e do estudo económico financeiro traríamos as responsabilidades financeiras. O que aqui está é o facto de ter saído o município de Óbidos e ter entrado o município de Baralha. Como altera a composição da associação, impõe-se que seja aprovada novamente por todos os municípios.”

O membro Vera Machado tomou da palavra com a intervenção que se transcreve:

“Nada mais apropriada a esta sessão que uma intervenção na área do artesanato.

Depois de tanto esmiuçar qual o papel da cooperativa enquanto elemento de direito privado com fins públicos, e qual a sua importância estratégica no desenvolvimento de um território, eis que surge, neste ponto da ordem do dia, um tema tão próprio dos fins a que esta entidade se destina.

Salientar, e para os mais distraídos, que essa nuvem que tanto provoca insónias aos puritanos, cumpridores dos bons costumes, que a cooperativa tem contribuído de forma inequívoca para a venda de barro negro e de cestos de Nandufe, eliminando barreiras na comercialização e contribuindo assim para o incremento destas atividades.

Começar por felicitar na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal todo o executivo municipal pela aposta nesta entidade, que nada mais representa que um veículo difusor daquele que é um produto diferenciado do nosso território: o barro negro de Molelos.

É hoje do conhecimento de todos que a louça preta representa processos singulares e técnicas ancestrais, tendo uma expressão bastante forte na Freguesia de Molelos.

Trata-se de um património que revela uma identidade costumeira de uma comunidade que depositou no trabalho manual a sua maior expressão cultural.



Carlos Viegas
Carlos

Há já um conjunto de documentos desenvolvidos pelo Município nesta área, em particular alguns que se prendem com todo o processo produtivo, atestando assim toda a autenticidade do barro negro originariamente de Molelos.

Paralelamente a esse trabalho de investigação, a Câmara Municipal está a desencadear o processo de certificação da Olaria de Molelos, que pressupõe procedimentos morosos e profundo conhecimento técnico da forma de produção e cozedura.

Convém salientar que esta iniciativa não está a ser levada a cabo de forma isolada, trata-se de um projeto que tem envolvido todos os oleiros.

Aliás, pese embora se trate de uma atividade com poucos artesãos não está em causa a sua extinção.

Neste momento estão ativos em Molelos 6 oleiros, que inovaram e diferenciaram os seus produtos, que se reinventaram dentro dos costumes ancestrais, não deixando desaparecer este elemento identitário do território.

Esta certificação simboliza ganhos de escala e diferenciação, um ganho de valor acrescentado que permitirá a abertura a novas oportunidades de negócio, inclusive a internacionalização.

Parece-me por isso extemporâneo a proposta do Deputado Carlos Viegas nesta Assembleia no sentido de candidatar o Barro Negro de Molelos a património imaterial da Unesco, penso que há todo um caminho a percorrer e eventualmente, e repito, eventualmente associarmo-nos à candidatura já aprovada em Bisalhães.

Quanto à recente petição relativa à cestaria de Nandufe a património imaterial, penso que a Câmara Municipal já há muito iniciou esse processo, pois efetivamente neste ramo artesanal resta um único artesão, já de idade avançada, que sem uma aposta imediata para a sua preservação corre o risco real de extinção.

A Câmara Municipal de Tondela adotou a estratégia correta quanto à promoção e divulgação do Barro Negro de Molelos, e quanto à questão da preservação da cestaria,



Carlos
João
Carlos

terá que ser ponderado, pois ambas revelam estádios diferentes de maturação e conservação.”

Continuou os trabalhos o membro Joaquim Santos:

“Isto vem de encontro aquilo que de um lado é bom e do outro é mau, a isto o que a câmara está a fazer chama-se reatividade e não proatividade. Como já disse foi apresentado aqui, pelo Carlos Viegas, à cerca de dois anos, do barro negro ser candidato a património da Unesco. Ouvi a intervenção da Vera e não percebi qual era o impedimento na altura, agora passado um ano de meio, vem para aqui defender que primeiro é necessário fazer a certificação e depois é que se vai para a candidatura. Parece que isto é uma ideia brilhante e que a outra não prestava para nada. Temos de ser sinceros e tem de haver o mínimo de honestidade política e intelectual, porque isto também é importante. Honestidade intelectual é a capacidade que temos de aproveitar aquilo que vem dos outros e dá-lo como bom. Não o criticar e se for bom apoia-lo. Quando alguém provar que faz melhor que nós, temos apenas de concordar, independentemente de onde isso venha, nem que venha do diabo. A Vera poderia ter vindo aqui dizer que agora entendiam avançar, mas não veio criticar a posição do Carlos Viegas e dizer como e não valesse nada, pelo menos foi o que entendi. Também tenho alguma dificuldade em entender-vos. Quem comunica tem de ter a certeza de que o lado de lá está a receber a mensagem correta. A mensagem não me chegou bem. O que deparei foi que efetivamente, está aqui uma tentativa de “lavagem”. O que não pode passar em claro e isto vem porque gerou alguma polémica, incluindo nas redes sociais, quando foi a aprovação de Bisalhães. Tendo muita gente questionado, porque não Molelos e teve de alguém de dizer que o PS tomou essa iniciativa, mas que a câmara nada tinha feito. A câmara agora diz que não fez porque não tinha de fazer e agora é que tem de fazer, porque é a hora certa e a ideia vem deles. Estou de acordo que se faça essa qualificação, a promoção e a candidatura, não estou de acordo é com os pressupostos. Tenho direito a isso. Vocês também têm o direito de estar contra aquilo que eu digo, perfeitamente. Mas há uma diferença, eu estou a justificar o porquê. É a vossa postura que não é correta. O que está aqui em causa é o nosso concelho. Deixemo-nos disto, porque nós é que somos os maus da fita, porque não propomos, que não fazemos nada. Isto é que é inadmissível. Muito obrigado.”



Carlos Viegas
Carlos

O membro António Dinis tomou da palavra:

“Boa tarde a todos. Em relação a este assunto, é obvio que o seu a seu dono. Se há uma coisa que todos presenciamos nesta assembleia foi uma iniciativa louvável que na altura o nosso colega Carlos Viegas trouxe. Foi um despertar para uma realidade que ele tinha conhecimento e que estava a acontecer num território que ele está mais próximo e que conhece bem. Acho que é o seu a seu dono, pelo que concordo com o Joaquim Santos. Ainda que a reboco ou mais atrasados, acho que é importante a iniciativa. Queria associar-me a essa iniciativa, no sentido de tentarmos preservar aquilo que são os valores de um património riquíssimo, quer no barro preto, quer na cestaria de Nandufe. A de Nandufe é uma situação mais dramática, porque infelizmente só existe uma pessoa a trabalhar e provavelmente não tendo seguidores, poderá acontecer a perda de um saber artesanal e histórico, que caracteriza a nossa identidade. A esse propósito o CDS/PP quer associar-se de todas as iniciativas, no sentido que for de preservar esta identidade cultural e popular, sejam eles quais forem.”

O membro Vera Machado voltou ao debate:

“Acho que o deputado Joaquim Santos não percebeu. Isto não é para votar nada, foi uma intervenção que fiz. Que no fundo é a materialização da proposta que o deputado Carlos Viegas fez. Ninguém retirou nenhum apoio a nenhuma proposta. Acho que expliquei que a questão dos cestos de Nandufe é diferente, porque temos apenas um cesteiro e que tem uma idade avançada. Pode desaparecer esse saber, pois corremos o risco. Em relação ao barro negro, há oleiros novos e continua-se a praticar, sendo a certificação importante. Ninguém retirou o mérito à proposta do deputado Carlos Viegas.”

O membro Felisberto Figueiredo interveio:

“Aproveito para saudar a mesa e todos os colegas da assembleia. Não venho menosprezar nenhuma das iniciativas que houve. Antes pelo contrário, acho muito bem quando se fazem estas candidaturas, porque podem valorizar o nosso património. Agora, sou é muito pessimista em relação a todas estas classificações. Temos é de saber se isso efetivamente traz algum resultado prático às pessoas que são envolvidas. Já tenho visto



*Cláudio
dos
Cedros*

muitas classificações que não trazem resultados práticos, nomeadamente aos artesãos. Por vezes trazem resultados a um conjunto de cientistas e de investigadores, que também é bom que façam pesquisas. Muitas das vezes essas coisas desaparecem, porque é a lei da vida. A civilização dos Incas, era uma grande civilização, desapareceu e hoje existe pesquisas para descobrir o que sabiam fazer.

Estou convencido que a classificação sendo ótima e sendo em conjunto com os centros de cerâmica negra é favorável. A câmara municipal tem um centro honroso sobre essa matéria. Fizeram-se cá Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval, durante anos e que trouxeram investigadores dos cinco continentes nesta área, tendo sido publicadas atas. Seria ótimo que a candidatura fosse de todos esses centros, apesar de alguns deles já terem morrido. O centro de Ribolhos em Viseu já desapareceu, existe peças na Casa da Ribeira. Hoje já não há nenhum artesão. O centro de Molelos chegou a ter doze oleiros a viveram exclusivamente do seu trabalho. Hoje, pelos vistos só são metade, mas bem esses produzem e alguns em regime de exclusividade, o que é bom. Simplesmente, como atividade económica que garanta o sustento de um artesão, terá de ser pelo consumo local ou muito próximo, porque em termos de internacionalização não acredito que isso possa acontecer. Recordo-me estar na câmara e ter recebido do Canada uma encomenda de cinco mil bilhas de segredo. Foi ter com os artesãos e nessa altura eram bastantes e responderam que não era possível, justificando que não poderiam fazer numa cozedura só com bilhas, porque se só cozessem bilhas ,80% se iriam perder. São os tais pormenores que se desconhece e quando chega a determinada altura o artesão não tem descendentes para continuar, porque não entusiasmo, isso é como muitas profissões que desapareceram. O importante é que seja registado, que fique o estudo e que não se perca o trabalho que pode ser reflexo duma atividade cultural que marca a identidade de um território, acho muito bem. Mesmo que sendo classificado como património mundial da Unesco não significa que não deixe de ser produzido. O importante é preservar a memória.”

Colocado à votação foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Eduardo Chaves, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, Marta Coimbra, Alfredo Cabral,



*Alcides
Fm
Carlos*

Diamantino Costa, Manuel Veiga, Joana Coimbra, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José Dias, Luís Pereira, José Carlos Ferreira, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Pereira, Jorge Soares e António Sérgio Almeida.

2.6. Análise, discussão e votação de desafetação de domínio público para domínio privado de parcela de terreno

Este ponto foi retirado da ordem de trabalhos.

2.7. Análise, discussão e votação de assunção de compromissos plurianuais

O senhor presidente interveio:

“Este compromisso prende-se com o compromisso associado à contratação de seguros no âmbito do acordo quadro. A CIM agrupa municípios com os mesmos objetivos, no caso em concreto lançou um concurso para seguros em várias tipologias. Atendendo que este compromisso ultrapassa os cem mil euros e é para mais do que três anos, obriga a que venha à assembleia municipal.”

Colocado à votação foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Eduardo Chaves, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, Marta Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Joana Coimbra, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José Dias, Luís Pereira, João Paulo Ferreira, José Carlos Ferreira, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Pereira, Jorge Soares e António Sérgio Almeida

2.8 Outros assuntos de interesse para o Concelho

Iniciou-se o ponto com a intervenção do membro Vera Machado, que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa



*Cláudio
Dias
Cedros*

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. José António,

Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Senhores Vereadores,

Comunicação Social,

Temos ouvido aqui neste fórum inúmeras preocupações dos diferentes grupos parlamentares com assento nesta assembleia, profundas inquietações com os mais desfavorecidos, que desencadeiam propostas demagógicas em catadupa, outras que se fixam em outras prioridades, se calhar mais na moda, e que fazem as delícias das redes sociais e dos meios de comunicação social.

A minha intervenção neste ponto de outros assuntos de interesse para o concelho, prende-se sobretudo com a construção de uma estratégia conjunta que responda a grupos mais desfavorecidos, pessoas débeis e que precisam da nossa intervenção, falo de crianças, de idosos, população com deficiência ou incapacidade, bem como pessoas com outras problemáticas no âmbito familiar e/ou na comunidade.

Foi trazido recentemente à discussão um documento sobre o mapeamento dos investimentos em infraestruturas sociais e na rede nacional de cuidados continuados integrados relativos à região centro.

As problemáticas, tal como as respostas sociais, são das mais variadas áreas.

Fazendo um diagnóstico ao apresentado, apercebemo-nos que os equipamentos sociais da RSES, o concelho de Tondela apresenta taxas de cobertura razoáveis, quer afloremos carências ligadas à juventude e à infância, quer respostas sociais vocacionadas para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Há, no entanto, pontos críticos, e como tal, penso que esta Assembleia deve refletir sobre alguns deles e ponderar o caminho a trilhar.

Se analisarmos os serviços relativos à população idosa, quer ao nível de estruturas residenciais, quer centros de dia e apoio domiciliário, verificamos que há falta de algumas respostas, que estão perfeitamente identificadas como prioridades.



*Alcides
Fris
Cedros*

Mas essa sinalização leva-nos a um paradoxo, na medida em que se entende ser relevante a reabilitação, remodelação ou adaptação dessas mesmas respostas, e por outro não é possível adequar o número de utentes auxiliados.

Além disso, e perante o número de instituições fixadas no nosso território, os montantes financeiros disponíveis para a Região Centro são perfeitamente irrisórios, não permitindo adequar valências e numero utentes servidos.

Quanto ao mapeamento das unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados na Região Centro, e em particular as unidades de média duração e reabilitação, o cenário é ainda mais preocupante.

Porque se efetivamente, está instalada no nosso concelho uma unidade de cuidados paliativos que serve toda uma região, por outro, o território tem uma enorme carência do ponto de vista de cuidados continuados de média duração.

E essa possibilidade não está plasmada nesse documento.

O concelho de Tondela não tem esta possibilidade, e penso que não podem vedar o acesso a unidade de cuidados continuados de média duração.

A postura da Assembleia Municipal de Tondela deve ser intransigente, o interior não tem que ser permanente penalizado e esvaziado nos serviços às populações.

Não podemos permitir que as nossas populações mais vulneráveis fiquem à mercê de rácios e decisões centralizadas no litoral, esquecendo que os territórios de baixa densidade também têm idosos e populações com incapacidades, que necessitam do mesmo afeto e do mesmo cuidado, afinal falamos de humanização.”

Continuou o membro Manuel Veiga com a intervenção que se transcreve:

“Por intermédio da CDU foi entregue na Assembleia da República uma pergunta em que questiona o Governo, através do **Ministério do Ambiente**, sobre o ar irrespirável que se faz sentir em toda e freguesia de Santiago de Besteiros, no município de Tondela, e povoações limítrofes e que sustenta ser provocado por uma unidade industrial localizada na freguesia que se dedica à transformação e comercialização de estrumes.



*Alcides
Ferreira
Cados*

A CDU tomou conhecimento que está a circular um abaixo-assinado na freguesia de Santiago de Besteiros, no município de Tondela dirigido às autarquias locais e à delegação de saúde, no qual a população local se manifesta contra o ar irrespirável que se faz sentir em toda a freguesia e povoações limítrofes e que sustenta ser provocado por uma unidade industrial localizada na freguesia que se dedica à transformação e comercialização de estrumes.

A população considera que por causa do cheiro nauseabundo que se faz sentir, seja de dia ou de noite, é praticamente impossível às pessoas estarem na rua ou abrirem as janelas das suas casas. Os maus cheiros, segundo transmitiram à CDU têm-se intensificado após esta unidade fabril ter aumentado a sua produção.

No passado dia 16 de fevereiro, uma delegação do PCP e de Os Verdes visitou Santiago de Besteiros tendo constatado um cheiro insuportável na povoação, contudo de acordo com as pessoas ouvidas, este não era dos piores dias, ou seja, daquele, em que os cheiros nauseantes se verificavam.

Nesse dia, a CDU teve ainda oportunidade de aceder às proximidades da unidade fabril, tendo verificado que para além de serem lançadas partículas para a atmosfera através de uma chaminé desta unidade industrial, são ainda lançadas águas, através de um tubo que aparenta advir ou cruzar a fábrica, que por sua vez escorrem para a ribeira da Portela, afluente do rio Criz.

Na margem esquerda da ribeira da Portela foi ainda possível constatar que a vertente íngreme foi intervencionada, através da mobilização e depósito de terras, que poderão criar instabilidade através do deslizamento/arrastamento destes sedimentos pela vertente, sobretudo quando ocorrerem níveis elevados de precipitação. Aliás, este espaço encontra-se classificado como Reserva Ecológica Nacional (REN) devido ao risco de erosão.

Embora as unidades fabris sejam extremamente importantes para as economias locais, estas têm de laborar respeitando o ambiente e as populações e também em condições em que todos beneficiem, sem comprometer a qualidade de vida e a própria saúde pública de quem reside, trabalha ou visita os espaços envolventes às unidades industriais, situação que não se verifica em Santiago de Besteiros pelos cheiros nauseantes.



*Alcides
Ferreira
Carlos*

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, foi solicitado a S. Ex^a O Presidente da Assembleia da República que remete-se ao Governo a seguinte Pergunta, para que o Ministério do Ambiente possa prestar os seguintes esclarecimentos:

1- O Ministério do Ambiente tem conhecimento dos constrangimentos provocados à população de Santiago de Besteiros (Tondela), pelos cheiros nauseabundos que derivam da laboração de uma unidade fabril localizada na freguesia?

2- O Ministério do Ambiente já recebeu alguma denúncia sobre os maus cheiros que afetam a população desta freguesia?

3- O Ministério tem monitorizado as emissões de efluentes gasosos lançados pela chaminé desta unidade de transformação de estrumes e a qualidade do ar na freguesia de Santiago de Besteiros?

4- As substâncias, aparentemente de vapor de água, lançadas pela chaminé da unidade industrial, constituem algum perigo para a população? São feitas análises regulares de modo a despistar colónias de bactérias que colocam em causa a saúde pública?

5- Que medidas irão ser tomadas para que sejam minimizados os impactos da laboração da unidade industrial na qualidade de vida da população de Santiago de Besteiros?

6- Qual a proveniência das águas rejeitadas a meia encosta que aparentam advir e/ou cruzar a unidade industrial? Estas águas encontram-se contaminadas?

7- Estando esta fábrica localizada em área classificada de Reserva Ecológica Nacional, por causa do risco de erosão, foi concedida alguma autorização para a intervenção na vertente que ladeia a unidade industrial?

8- Os sedimentos visíveis na vertente são apenas partículas de terras ou estão também depositados resíduos provenientes da laboração da fábrica? Os detritos depositados na encosta encontram-se contaminados?”

De seguida, interveio o membro Joaquim Santos:

“Acerca da intervenção da Vera, falou em cuidados continuados, que foram muito criticados pelo vosso partido. Os que se fizeram, não em Tondela, mas em concelho vizinhos, estiveram alguns anos à espera de protocolos e financiamentos da segurança



*Alcides
Dr.
Carlos*

social para poderem abrir. Não há dificuldades em aceder à rede de cuidados continuados, na zona centro do país ou no nosso distrito. Mas é interessante, como se atira a culpa para quem lá está e não tem culpa nenhuma. Continua-se a dizer que não há financiamento nos quadros comunitários. Mas afinal, quem é que negociou o quadro comunitário Portugal 2020? Já se falou nos cuidados continuados, entre outras situações, que não há financiamento. Quem é que negociou este quadro comunitário? Falou-se aqui na parte agrícola e florestal, quem é que gastou o dinheiro que estava neste quadro comunitário, que passou de 360 milhões para menos 90 milhões para financiar projetos antigos dos amigos da Direção Geral da Agricultura? o que falta em Tondela são condições para os idosos que muitas das vezes vivem sozinhos, porque os filhos tiveram de se ausentar. Vejamos em Tondela, há poucas camas na Santa Casa da Misericórdia. No entanto e por má gestão do dinheiro que é de todos nós proliferaram pelo nosso concelho obras inacabadas em centros de dia, em lares, etc. não é necessário dar exemplo de lares que estão em tijolo e onde foi gasto muito dinheiro. Isto porque há a política, que se o vizinho tem, eu também tenho de ter, é bonito ter. Centros de dia existe que até fazem apoio domiciliário. O que não há são camas. Quando se pensa num projeto desse, temos de pensar quem é que o vai utilizar. Faltou planeamento.

Todos sabemos qual foi a polémica que aconteceu acerca da iluminação dos nós do IP3. Sabemos que estiveram durante muito tempo desligados, tendo surgido várias críticas nas redes sociais. A Câmara, entretanto, fez uma coisa, que entendo muito malfeita, entenderia se fosse o PSD, agora a câmara municipal dizer que a responsabilidade é de outra instituição. Eu apenas fiz um comentário que aqui assumo, que foi dizer, que conhecia os painéis, porque já os tinha visto no estaleiro municipal com restos de campanha eleitoral do PSD. Esta estrutura de quem é? é propriedade da câmara municipal ou do PSD? Se é propriedade do PSD a câmara não deveria utilizá-las e se é do PSD não deveriam estar no estaleiro. Como é que o problema foi resolvido? Onde é que entra a responsabilidade do município na iluminação? Fiquei sem saber se era uma “birra” entre as Infraestruturas de Portugal e a Câmara Municipal, porque via muitas das vezes as lâmpadas desligadas, mas junto ao IP3 algumas acesas. Foi a fase que se queimou? Foi as lâmpadas que se apagaram? Quem é que paga aquela eletricidade? Afinal de quem é a responsabilidade? Quando é para se inaugurar é muito bonito, porque a obra



*Alcides
Cados*

é “minha”, há lá placas. O que se passava em Tondela a esse nível, era uma vergonha, bem que já se tenha perdido esse habito. Nunca vi isso em lado nenhum. o senhor presidente inaugurou e a responsabilidade é das Infraestruturas de Portugal? Agora, as lâmpadas estão ligadas, não sei até quando. O que levou a este desfecho? Queria que me explicasse isto, porque acho que é uma duvida que muita gente tem. Muito obrigado”.

O membro António Dinis tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, caros membros da assembleia.

Relativamente às indemnizações a particulares dos incêndios, de 2013, no Caramulo, tenho verificado que ainda se está a pagar. Gostava de saber porque é que passados praticamente quatro anos ainda se verificam pagamentos de indemnizações. Quem falhou neste processo? Parece-me demasiado tempo para indemnizar pessoas e com valores baixos. Não sei qual foi o procedimento seguido. Qual é a explicação para que se tivesse demorado tanto tempo.

Por razões familiares tive de me deslocar um dia à noite ao aeroporto, passando pela estrada de Caparrosa, notei que falta a marcação da via. É uma via de entrada no nosso concelho, em dias de nevoeiro e de noite, a segurança é colocada em causa. Citei este caso, porque me aconteceu. Queria alertar que no meu entendimento deveria haver uma prioridade pelas questões de segurança, em virtude de ser uma via onde passa muita gente e como acesso principal ao nosso concelho.

Relativamente ao apoio ao movimento associativo na área do desporto, na última assembleia foi referenciado uma situação em particular, que foi os Pestinhas, hoje trago outra associação onde tive alguma responsabilidade na atribuição, em função do regulamento que criamos para o apoio financeiro. Queria dizer que quer os Pestinhas, quer os Galfaritos, fazem um trabalho notável naquilo que é o objetivo de dar a possibilidade aos nossos jovens de praticar desporto. No caso de serem federados poderem desempenhar em condições. Queria publicamente e porque tive responsabilidades em outros tempos dizer que é meritório o trabalho que fazem, devem ser apoiados, em função das possibilidades financeiras do município. Quero dar publicamente reconhecer o trabalho dessas associações, que muitas vezes se queixam e com alguma razão, que o dinheiro é suficiente para aquilo que são os seus encargos e para



*Alcides
Ferreira
Cedros*

o trabalho que desenvolvem. Fazem um trabalho meritório. Os pais desses jovens sabem que o que estou a dizer é com logica e provida de enquadramento. Mais, se houve uma coisa que tive sempre, enquanto tive essa responsabilidade, era tentar algum equilíbrio independentemente das cores partidárias. As organizações devem ser valorizadas independentemente dos dirigentes que lá estão. É o trabalho das pessoas e aquilo que fazem é que deve ser valorizado.”

Continuou o membro Alfredo Cabral:

“Muito boa tarde.

Tenho alguma relação com pessoas que se queixam que o problema existente em Santiago de Besteiros e que o Veiga levantou, é sério.

Queria informar esta assembleia, que enquanto fui presidente da junta de Nandufe e quando adquirimos o quintal da Alicinha, deixámos tudo pago. Que isso não sirva de escapatória para outros atos futuros que possam não ser os mais corretos.

Pedia a atenção do senhor presidente da câmara, porque há dias apercebi-me que haveria necessidade de uma ambulância retirar duas pessoas de idade com dificuldades motoras, o que se poderia fazer era extremamente fácil.

Vem aí um período probatório, de eleições, mas nunca gostei das pessoas que provocam sofrimento inútil. Sei que é típico de alguns regimes menos ditatoriais, iluminar todos os que são mais inteligentes e mais dedicados do que eu que até posso ser o tirano ou o ditador. A democracia colocou isso num armazém da história e espero que isso não volte mais. Quer queiramos, quer não, a América foi sempre um pouco protetora e extremamente digna daquilo que fez na Europa. Fico preocupado com o que se passa na América, oxalá que a onda nunca chegue cá. Foi um Americano que disse que “a democracia é o governo do povo, para o povo e pelo povo”, não do partido para o partido. Louvo profundamente o que é bom. Ali, refleti um livro que li dum Bispo do Porto que estava no exílio, que é a questão do avaliador. Se além estivesse nesta assembleia e pudesse ter a atitude de avaliar, podem chamar-me ambíguo ou uma pessoa que vai ao sabor da corrente, houve aqui propostas bonitas vindas de direita, do centro e da esquerda. O que é bom é bom. O que é mau é mau. A Vera depois veio ressaltar, mas também fiz a leitura que o Joaquim Santos fez, em relação à belíssima intervenção que o Carlos Viegas fez a propósito do barro preto. Acho que todos o louvamos e lhe demos os



*Alcides
Ferreira
Caldas*

parabéns. Aprendi com o Jorge, no domínio de casuística jurídica, mais do que ter solidariedade política ou criminal, também tive uma solidariedade muito grande com alguém, que hoje sofre um bocado, porque é acusado por tudo e por nada. Não gostei da expressão do Jorge, no bom sentido, “estrelato fez-se pequeno”. É muito difícil defendermo-nos de acusações abstratas ou menos abstratas, sem nome ou com nome. Julgo que a elevação política, a elevação ético-social, nos deveria confrontar nisto. Vi nas últimas intervenções do Joaquim Santos, do Dinis em relação ao senhor presidente da câmara, com elevação, porquê ter medo da verdade? Voltando à questão do Quim Santos, da honestidade intelectual, como simples membros desta assembleia não me posso calar perante a explicação que o José António faz dos assuntos. Consegue persuadir-me pela clareza, pela elevação, se tem manha política não me apercebo dela, mas fico extremamente agradado com o discurso do presidente da câmara, objetivo e metódico. Para vos dizer, que tive um colega que fazia parte nos conselhos da escola e que deitava abaixo tudo, porque era a pessoa mais incompetente que encontrei, com uma irresponsabilidade profissional de ensinar asneiras sob asneiras mesmo a jovens que tinham de prestar conhecimentos em exame. Para vos dizer que se fosse uma Madalena à maneira do Miguel Torga em todas as terras e das aldeias onde parasse tinha um filho de cada homem que lhe matasse a fome. Custa-me muito ouvir dizer mal pelo mal, seja de que forma for. Digamos bem do que é bem. Não posso dizer mal do plano A se não tenho o plano B ou C. Muito obrigado e desculpem. Independentemente de estar na bancada do Partido Socialista nunca me calarei, às vezes vale a pena unir-nos em favor de algumas coisas que são fundamentais, a crítica é sempre positiva, ninguém vai calar os órgãos que tem competência de fiscalizar e de deliberar, mas não julguemos as pessoas na rua, deixem as instancias fazê-lo. Sou extremamente solidário com o Carlos Marta, votei praticamente tudo. Tenho essa responsabilidade para com ele. Sou amigo dele, deste órgão e sem desprestígio para o José António e o seu elenco, que estão a fazer um trabalho maravilhoso. O Carlos Marta fez um trabalho excelente neste concelho. Quem não tem coragem de ver o que ele fez, é mesquinho. Muito obrigado.”

Seguidamente, o membro Felisberto Figueiredo interveio:

“Venho aqui fazer uma referencia á intervenção do nosso colega da CDU, Manuel Veiga, relativamente a Santiago de Besteiros. acho que um dos piores crimes que se



*Gleed
Dra
Cados*

podem cometer é colocar e por em funcionamento uma unidade fabril que destrua a qualidade do ambiente. Primeiro devem estar as pessoas e depois o interesse de quem investe numa infraestrutura que tem direito aos seus lucros e aos postos de trabalho que cria e gera. Isso, não justifica, nem permite que se degrade a qualidade do ambiente. Não acompanhei a situação e penso que seja algo transitório. Estou convosco em relação à pressão que fazem, porque acho que é meritória. Recordo que há cerca de trinta anos, aquela unidade foi instalada, criando um problema grave nessa altura. Com a intervenção do ambiente e das entidades fiscalizadoras, a empresa remodelou-se, colocando os respetivos filtros e a qualidade do ambiente passou a ser normal. Se calhar aumentaram a produção e não aumentaram os equipamentos de filtragem. Acho que por isso é de pressionar e de obrigar através das entidades fiscalizadoras à empresa de fazer a remodelação, para dar a qualidade ambiental que a população tem direito.

Acho graça à intervenção do Joaquim Santos, porque há tempos estava a ser colocado no Alto do Pendão, um painel publicitário que tinha por detrás a propaganda de uma campanha do PS. Podemos perguntar se o painel era de uma empresa ou do PS. Se calhar é de uma empresa que presta serviços. Se calhar os painéis que vistes no estaleiro eram de uma empresa que prestou serviço à câmara e que também prestou serviço ao PSD. Isto só para dizer, que pode acontecer que numa transição de uma entidade para outra pode ficar publicidade anterior. Não estou a dizer que é ou a defender ninguém, mas não podemos julgar logo tudo.”

O membro Manuel Veiga voltou a intervir:

“Queria aqui acrescentar outra situação, em relação ao fruto da não iluminação. Como sabemos, para a redução de custos, houve redução de candeeiros acesos. No serviço onde trabalho, urgência do hospital, desde a última assembleia até ao presente momento houve dois atropelamentos, em zonas não iluminadas. Há ganhos que nos dão em custos. Quando falamos que a situação da não iluminação era também uma questão de segurança, a prova mais provada é esta situação.

Em relação a Santiago, não sei se há aumento ou não de produção. Para além dos vapores que existe, é a da água que cai e que não se sabe como ela é, vai pela encosta abaixo. Há igualmente, o terreno que foi mobilizado e que resta saber o que é. é legítimo



Carlos

termos a dúvida de saber se existe algum produto ou se é só terra, apesar de não gostar de fazer suposições. O mau cheiro acaba por assombrar a serra.”

O senhor presidente da câmara respondeu:

“Quanto á questão de Santiago de Besteiros, julgo que não passou despercebido a ninguém, que no período antes da ordem do dia, na leitura da correspondência tenha sido feita referência à existência de uma comunicação da junta de freguesia à empresa em causa, a questionar sobre um conjunto de matérias. Felizmente, há muita gente atenta, pelos que as matérias do ambiente são transversais nesse domínio. É uma unidade que está licenciada e caberá aos órgãos competentes a fiscalização das condições de exploração, de rejeição em domínio hídrico dos afluentes que daí resultem.

Iluminação, não estamos a fazer reduções. Estamos a repor iluminação. Mesmo em Tondela, em candeeiros onde há iluminação, por vezes as copas das árvores não permitem ter uma leitura clara da passadeira. Razão pela qual vamos colocar braços acoplados aos postes de incidência sobre a passadeira ou elementos autónomos para dar uma correta iluminação. Está, igualmente, previsto em Tondela, quando concluirmos a mudança das 2 000 lâmpadas, serão ligadas algumas de LED que hoje estão desligadas.

Em Tondela não há excesso de estruturas instaladas para apoio a idosos. Não há excessos de valências em centro de dia, apoio domiciliário. Pelo contrario, a generalidade das instituições que prestam apoio domiciliário está a prestar serviço a mais utentes do que são aqueles que estão nos acordos. Há deficiência de respostas contratual. Mas o que estamos a discutir é uma coisa diferente, a tendência demográfica que temos é que em 2030, mais de metade da população terá mais de 65 anos. O que quer dizer que os problemas da terceira idade são matérias críticas para a nossa sociedade. Não olhar para o futuro e não acautelar a existência de resposta sociais é um erro estratégico e um egoísmo geracional. Razão pela qual, julgo que temos a obrigação de olhar e projetar a sociedade futura. Temos tendencialmente mais esperança de vida e a consequência após o apoio domiciliário é o centro de dia e de seguida a estrutura residência para idosos. Hoje está provado que os maiores acidentes que acontecem em lares, são as quedas, a reabilitação é crítica em unidade convencionais, porque não estão adaptados. O que se defendo numa unidade de cuidados continuados não é desenraizar as pessoas é ter uma



*Alcides
Ferreira
Caldas*

estrutura que em reabilitação possa permitir um período de convalescença e reintegrar as pessoas.

Sabemos em que condições foram negociados os acordos do Portugal 2020. Sabemos que Bruxelas disse que escola da Parque Escolar cortem, tal como autoestradas. Não vale a pena dizer de quem é a culpa. Foram estes os factos. Sendo verdade que há essa limitação em vários domínios. Não se compreende que o IP3, por exemplo, não seja uma obra prioritária. Na saúde e na educação, o que estou a dizer e reafirmo é que se perspectiva que em 2018, possa haver uma revisão do acordo de parceria, que aí de 2014 a 2020, que haja uma razoabilidade para nestas circunstâncias poderem em alguns domínios ser reforçados investimentos que são necessários. O investimento que vai acontecer na área social é absolutamente residual. Tirando o menos bom exemplo, que o deputado Joaquim Santos quis trazer, mas devemos ver a globalidade e não o pormenor, poderá encontrar dois e um deles o município estará disponível para apoiar no que diz respeito à estrutura para apoio da valência que tem protocolada, ou seja o apoio domiciliário. Se uma instituição que presta apoio domiciliário, não tem instalações próprias e está sujeita a ter um problema com a segurança social, se a podermos apoiar para garantir essa valência, acho que temos a obrigação de o fazer. O que está aqui em causa e subscrevo essa preocupação, é para que a revisão do acordo de parceria não feche as portas em domínios onde não somos excessivos na resposta.

O deputado Joaquim Santos sabe de quem é a responsabilidade da iluminação dos nós do IP3. Sabe que todos os nós do IP3 a responsabilidade da iluminação pública é das Infraestruturas de Portugal. Há época a câmara municipal de então executou essas obras, sendo dona da obra através de protocolo com as Estradas de Portugal. Ao contrário do resto do concelho, quando uma lâmpada está fundida, a responsabilidade é do município de Tondela. O único local onde não podemos intervir, mesmo que queira, são nos nós do IP3. Não sinto que tenhamos ferido nenhum princípio institucional de respeito entre as Infraestruturas de Portugal e o Município. Sentimos necessidade de criar um esclarecimento na medida em que há quase 4 meses, na forma persistente, com deslocações minhas, com reuniões nas Infraestruturas de Portugal, dizendo sempre que o assunto era resolvido e não era. Acho que hoje as infraestruturas de Portugal não têm dinheiro para manutenções. Desloquei-me várias vezes às Infraestruturas de Portugal,



*Alcides
F. S.
Cados*

chegando mesmo a solicitar aos serviços que diariamente enviasse um email com a anomalia identificada para a plataforma que têm para sinalização de anomalias. No dia em que foi colocado, nessa mesma manhã, esteve nesse dia nas Infraestruturas de Portugal. Se o assunto não tivesse sido resolvido, teria assumido outro grau de intervenção, porque estava em causa a segurança pública. O assunto foi resolvido, mas não definitivamente. Tínhamos igualmente o problema no Alto de Pendão que é um problema de desregulação, estando as luzes ligadas durante o dia. Alguns dos seus amigos a fazerem comentários de que a Câmara estava a apagar luzes num lado e não tinha vergonha de ter outras ligadas. O sentido de responsabilidade política e pedagógica levar-me-ia, se fosse um parceiro nesse domínio, a esclarecer as pessoas de que aquilo não pode ser responsabilidade do município. O município e o presidente da câmara são pessoas de dialogo, entendem que o dialogo institucional é sempre o melhor caminho para resolver problemas. Não compreendia que há vários meses persistia este problema. Posso acrescentar que o problema não está resolvido, 3 postes estão desligados. É uma fase que está com problemas e supostamente esperam orçamento para essa intervenção. Cheguei até a dizer às Infraestruturas de Portugal para depois de intervirem, passar a gestão dos nós e de futuro assumimos.

Lamentavelmente, houve um abuso de confiança da câmara sobre o PSD. Desde há vários anos os serviços do município recolhem todas as estruturas de campanha que as deixam colocadas após a campanha. Se depois os partidos vão ou não busca-las é uma responsabilidade de cada um. Depois do alerta, confirmei que as estruturas, inadvertidamente, foram usadas pela câmara, não sendo sua propriedade. Já no Lajedo, na estrutura a identificar o lote, por solicitação da empresa Eberspacher, a estrutura era da mesma natureza. Foram usadas essas estruturas como fazem fé que seriam do município, quando de facto não o são.

Sobre as indemnizações dos incêndios de 2013. O município há quase dois anos deliberou a atribuição a todos os titulares que demonstrassem terem tido prejuízos com os incêndios. Para fazer essa atribuição a única coisa que se exige é a demonstração de um documento de despesa. Fizemos uma reunião, em São João do Monte, com vários proprietários explicando qual era o procedimento. Efetivamente, ainda vão caindo algumas indemnizações, mas que resulta da entrega tardia dos documentos pelas pessoas.



Alcides
João
Carlos

(o senhor presidente da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho informou que ainda faltava cerca de três pessoas entregar os documentos de despesa).

Pintura em vias municipais, percebo a questão, mas de certeza que ao chegar à estrada 627 não houve falta de sinalização horizontal. Foi das primeiras obras que sinalizamos. A estrada 228 não está no domínio do município. É verdade que esse troço tem um problema de sinalização como começa a ter uma fadiga demasiado evidente, depois da rotunda até ao limite do concelho. É necessário a correção desse pavimento que está a ter muita degradação e a marcação da sinalização.

No domínio municipal reconheço que é necessário intervir em algumas passadeiras, que iremos fazer quando o tempo melhorar. De forma global, as vias estruturantes do concelho estão com boa sinalização horizontal.

Apoio ao movimento associativo, percebi o recado encomendado nessa circunstancia. Quem começou a fazer equilíbrio, nas escolas de formação, foi neste mandato. A diferença que existe da escola de formação Os Pestinhas e os Galfaritos era abissal. Hoje aplicando critérios de numero de jovens envolvidos o equilíbrio é maior com preponderância para Os Pestinhas, com Os Galfaritos com uma majoração que nunca no passado tiveram. Mas é bom saber que no concelho não se vive só de futebol. Hoje o universo de formação na área de rugby e do ciclismo não tem paralelo com o que existia. A formação do andebol e do basquetebol mantem níveis interessantes face ao que estava previsto.

Professor Alfredo, já abordamos a questão de Santiago. Podemos abordar a questão da estrada que falou. Quero dizer-lhe que nunca serei um bom avaliador em causa própria, mas partilharei sempre consigo essa máxima de não gostar de provocar o sofrimento inútil. Aprecio as suas intervenções e a clarividência, e a estrutura de pensamento que julgo nos deixa a todos um rasto de grande reconhecimento pela sua seriedade intelectual. Muito obrigado.”

3-Período aberto ao Público

Interveio o cidadão Jorge Ferreira. (anexo 10)

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:



*Carlos
D. S.
Carlos*

“Da intervenção feita, deve ser colocada na assembleia de freguesia da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, por se tratar de matérias dessa esfera.

Das duas ou três questões que tem mais proximidade connosco, a Câmara não se descartou das perguntas feitas não por uma comissão de inquérito, porque esse estatuto parlamentar não existe na assembleia de freguesia, mas de um grupo de trabalho criado na assembleia de freguesia para inquerir as matérias associadas às piscinas. No caso em concreto a obra não foi licenciada pela câmara, é uma obra da responsabilidade da junta de freguesia, pelo que é logo licenciada pela mesma. Onde devem procurar esses documentos é nos documentos de arquivo da entidade que então era a proprietária dessa unidade.

Sobre questões de reabilitação, já tive o cuidado nas atividades da câmara ter tocado nesse assunto. Nunca o município deixou de admitir que a melhor solução seria reabilitar, integrando e valorizando os equipamentos existentes. É isso que está a ser desenhado e trabalhado, tendo os pareceres externos necessários. Estamos convictos que com alguma brevidade, estando o projeto valido pelas entidades externas competentes, está em condições de ser apresentado e iniciada a intervenção.

Sinais roubados, é um problema em vários sítios, mas estaremos atentos a essa situação.

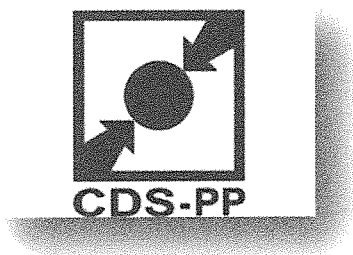
Passo nessa estrada com alguma frequência e não tenho noção de existirem graves perigos devido a arvores tombadas, mas, contudo, é uma questão de ser verificada.”

Não havendo mais nada tratar, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, desejando a continuação de uma boa semana. Foi lavrada a presente ata.

O Presidente: *Carlos Coelho*

O 1º Secretário: *Alcides Almeida*

O 2º Secretário: *Carlos Manuel Martins da Silva*



anexo ①
Chun
João
Cedros

Mocão

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

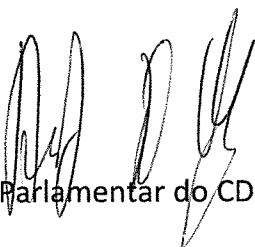
Os órgãos autárquicos das freguesias do concelho, juntas e assembleias de freguesia, têm a responsabilidade e as competências atribuídas pela legislação em vigor para implementarem iniciativas ou realizarem obras que contribuam para a melhoria das condições de vida dos seus fregueses.

No final do ano de 2016, a assembleia de freguesia da União de Freguesias do Barreiro de Besteiros e Tourigo reprovou o Plano de Atividades e o Orçamento de 2017 proposto pela Junta de Freguesia. Em causa estava a discordância sobre a construção de uma nova piscina no actual parque de lazer do Tourigo, próxima de outro equipamento similar já aí existente. O montante da construção desse novo equipamento seria de cerca de 200.000 euros, com comparticipação do orçamento municipal, de acordo com o noticiado no Jornal do Centro de 6 de Janeiro de 2017.

Por sua vez, na freguesia da Lajeosa do Dão, é necessária uma intervenção urgente na requalificação e posterior ampliação do cemitério da freguesia. Ora para esta obra não estão inscritas verbas em orçamento para 2017.

Assim, o grupo parlamentar do CDS/PP vem recomendar à Câmara que aprove a transferência do montante que seria investido na construção de uma nova piscina em Tourigo, que a população contesta, para a requalificação e ampliação do cemitério da Lajeosa ainda no corrente ano de 2017. O balanço final desta proposta nas GOP's de 2017 seria nulo, pois apenas é solicitada a transferência do montante que estaria destinada à nova piscina do Tourigo para a obra do cemitério na Lajeosa do Dão.

Tondela, 23 de Fevereiro de 2017


O Grupo Parlamentar do CDS/PP

anexo 2


Exm^o Senhor,
Presidente da Assembleia Municipal de Tondela
Presidente da Câmara Municipal de Tondela
Senhoras e Senhores Deputados

Bom dia,

Eu, Diamantino Fernando Ferreira da Costa, venho por este meio apresentar a renúncia do meu mandato na Assembleia Municipal de Tondela a partir do final desta sessão.

Importa esclarecer que tal decisão não foi tomada de ânimo leve, tratou-se de uma opção ponderada e refletida, onde todas as tentativas de ofensa ao meu bom nome e à minha idoneidade serviram apenas para reforçar ainda mais a minha convicção e crença que o projeto que lidero é um desafio permanente, e que sim, é estratégico para o concelho.

Quero explicar a todos os elementos deste órgão autárquico que a Cooperativa Terras de Besteiros não é nenhum capricho nem arma de arremesso político, muito menos servirá os interesses eleitorais de quem não consegue apresentar uma proposta credível e sustentável para o concelho.

Recentemente têm vindo a público um conjunto de ultrajes e ofensas diretas a uma entidade e aos seus dirigentes, tentando levantar suspeições permanentes, rotulando-me de pouco ético e de ligações perigosamente preferenciais, acusando-me quase criminalmente por ter uma filiação partidária há algumas dezenas de anos, aliás um cartão de militante por todos conhecido e que não muda de cores consoante circunstâncias mais ou menos favoráveis.

Caros deputados municipais:

Não estou disponível para enxovalhos e injúrias.

Não contarão comigo para ávidas lutas de poder.

Os lugares não justificam tudo.

Pelo contrário, os projetos galvanizadores, cujos propósitos mudam realmente a vida das pessoas, esses sim, legitimam empenho, esforço e entrega.

*Cláudio
Ferreira
Cados*

A Cooperativa Terras de Besteiros é um projeto que envolve vários produtores e artesãos do concelho e tem como propósito a valorização do setor primário, em particular a agricultura o artesanato e serviços.

O principal objectivo desta instituição é a produção, divulgação, promoção e comercialização de produtos locais, quer se trate da área agrícola, artesanato ou outros projectos diferenciadores do território.

Alguns já expressaram que tal aposta não é estratégica, não clarificando claro está, qual é a sua alternativa.

Este ataque de suspeição sobre dirigentes e cooperantes desta entidade personifica a mediocridade de quem se refugia em sombras e não tem a coragem e a firmeza de unir esforços para concretizar algo em prol das populações.

Vou dedicar-me de corpo e alma a este projeto, não me identifico com arruaças nem com arruaceiros.

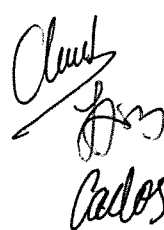
A comunidade e o território merecem o meu compromisso enquanto cidadão e enquanto rosto de uma entidade, cujos lugares são transitórios, mas cujo objetivo é perene: valorizar os produtos endógenos, acrescentar-lhes valor, encontrar novos mercados, comercializá-los, criando assim riqueza para os nossos produtores.

É isto que me move!



Diamantino Costa

Diamantino Fernando Ferreira da Costa
Rua Poeta António Silva Ribeiro, nº 2
Ribeiro de Castelões
3465 – 132 Castelões TND

anexo)


Exmº Senhor Presidente
Assembleia Municipal de Tondela
Largo da República
3460 Tondela

Castelões, 23 de Fevereiro de 2017

ASSUNTO: Pedido de Renúncia ao Mandato

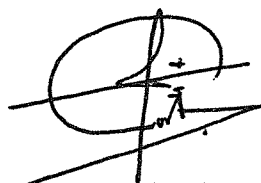
EXmº Senhor Presidente,

Diamantino Fernando Ferreira da Costa, casado, portador do cartão de cidadão nº 6630017, válido até 12/03/2017, contribuinte fiscal nº 180745727, vem muito respeitosamente requerer a Vª Exª a **Renúncia ao Mandato**, na Assembleia Municipal de Tondela, com efeitos a partir do final desta sessão ordinária, ao abrigo dos artigos 76º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual e artigo 9º do respectivo Regimento da Assembleia Municipal de Tondela.

Mas requeiro, nos termos legalmente consignados no artigo 76º da Lei 169/99 de 18 de Setembro e no artigo 11º do aludido regimento, a minha substituição pelo cidadão ou cidadã, imediatamente a seguir na lista do PSD.

Sem outro assunto, subscrevo-me com elevada e estima e consideração, pedindo o respectivo deferimento ao exposto.

O membro da Assembleia Municipal


Diamantino Costa

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Exmas. e Exmos. Membros da Mesa

**Exmos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de
Freguesia**

Exmas e Exmos Membros desta Assembleia

Exmos Senhores membros da comunicação social

"Pulgas na palha"

Na minha última intervenção nesta Assembleia deixei para os atentos vincada a minha declaração de interesses. Relembrar-se-ão que referi que apesar de militante do PSD, nunca deixei que tal me ensombrasse o pensamento, me ofuscasse a capacidade de criticar quando tivesse que o fazer, me tolhesse a humildade quando tivesse que elogiar. Como sabem também, sou desde há largos anos, dos que acredita na intervenção cívica como aqui, múltiplas vezes exortei e particularmente quando a mesma se manifesta por força do movimento associativo. No âmbito internacional o direito de associação está consagrado, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos do Homem (art. 20º nº 1 e 2) e na Convenção Europeia dos Direitos do Homem (aprovada pela Lei 65/78 de 1

13/10, art. 11º nº 1 e 2). A nível interno a nossa Constituição consagra que " os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal e que as mesmas prossigam livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas, não podendo ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial. Ora, em Tondela, e atentas as últimas posições vindas a lume, particularmente da oposição, quer "rosada", quer "azulada", terminologia que aqui copio, parece constituir crime a liberdade de associação e que estas comunhões de vontade tenham, ou possam ter, relações com o Município.

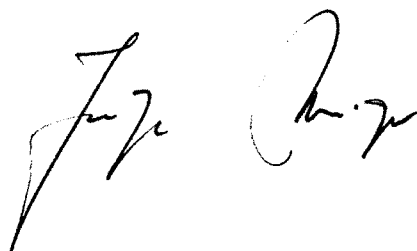
Mais, procura-se através da desinformação e do populismo, sim, utilizando técnicas de opinião que não buscam ou se preocupam com o bem-estar propriamente dito, nem com o progresso, mas que fazem tudo para conseguir a aceitação do povo (votantes), sem se importarem com as consequências. Ora, em política não vale tudo! Não é admissível que se coloquem em causa a honra e a dignidade do cidadão a troco de um efémero estrelato facebokiano! O exercício dos cargos políticos, exigem de nós sentido de responsabilidade e um mínimo de ética. Compreendo que o calendário eleitoral faça despertar em alguns membros das forças da oposição, perante a ausência de medidas concretas para os

problemas do concelho, a necessidade de se afirmarem pela atoarda e pelo ruído ou como diz um provérbio grego, dedicam-se" à procura de pulgas na palha".

Em concreto, pergunto ao PS e ao CDS, qual a posição face às Termas de São Gemil? Que propõem? Que defendem? Afirmem a vossa posição. Digam aos trabalhadores das termas o que pretendem fazer. E em relação aos problemas de saneamento, qual a vossa posição? O que se propõem fazer?

E em relação ao movimento associativo do concelho? Deixarão as associações de poder ocupar os múltiplos espaços propriedade do Município? Deixarão de existir transferências de valores ao abrigo de protocolo, para o mesmo? Haverá preconceito face àquelas que têm nas suas direcções membros de outros partidos políticos?

Preocupa-me seriamente o preconceito, a falta de respeito pelos milhares de cidadãos que deram o seu voto a quem actualmente governa, no fundo, a falta de respeito pela Democracia!



02/05
Alegre
Jm
Cados

Eduardo José Brás Chaves – A.M.Tondela

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Sr.(a)s. Deputadas(os) Municipais

Bom dia,

Antes de mais, um cumprimento especial para todos os Srs. Deputados com quem partilhei os dois mandatos anteriores e dizer-vos a todos que é bom estar novamente neste fórum democrático por excelência onde tão elevadamente se discute as diferentes posições estratégicas de cada Deputado ou Grupo Parlamentar. A Democracia tem regras e vive de regras, coisas que as redes sociais não conhecem...

Portugal encontra-se num clima de paz social e de grande optimismo. As famílias elevam o seu consumo, o défice orçamental encontra-se em mínimos históricos, os Portugueses depositam esperança no futuro. Portugal já conseguiu esquecer os fatídicos anos terríveis da crise económica e das convulsões internas. Este Governo socialista é realmente o obreiro deste contexto positivo, impressionante e inesperado de que não há memória, fomos todos portanto abençoados por esta graça governativa.

Mas Senhores Deputados,

a verdade é que os problemas continuam por resolver, agravando-se mesmo sob o manto aparente da prosperidade superficial e do marketing político da conveniência dos partidos de suporte parlamentar ao Governo PS.

Senhores Deputados, vejamos então a realidade que se esconde sob o manto da propaganda:

- o **défi ce de 2016** seja ele de 2,2% ou 2,1% do PIB só foi conseguido com um dos mais baixos níveis de investimento público do período democrático português, é portanto uma falácia. A gestão da dívida foi e é claramente um desastre.

- o **crescimento económico** é anémico, um crescimento de 1,8% ou 1,87% é claramente um dos piores resultados deste Governo e não vale a pena refugiar-se nas décimas comparativas com 2016 e 2015 porque isso é entrar no campo ilusório quando o valor do PIB é um valor estimado. Não fossem as receitas extraordinárias do turismo deslocado de países afectados pelo terrorismo, e o hecatombe seria ainda maior.

- o desemprego desceu sim é verdade para 10,5%, tão verdade como o **crescimento do emprego precário** ter aumentado e ter alastrado como nunca se tinha visto, foi até o que mais subiu. Sublinha-se que o emprego total cresceu 1,8% no 4ºT de 2016 face a igual período de 2015; a contratação sem termo avançou



Eduardo José Brás Chaves – A.M.Tondela

2,8% e os contractos a prazo somaram mais 0.4%, mas os outros tipos de vínculo dispararam 15%, o valor mais elevado da série. O que terá a dizer um Governo dito Socialista e de Esquerda desta precaridade laboral?

- a **banca vive assustada** por anos e anos de euforia e má gestão, atrofiada pela apatia produtiva nacional recente, necessitando de reformas profundas e de entradas de capital novo, sendo este cada vez mais raro no actual contexto nacional.

Estamos portanto a viver a fábula do “Rei que vai nu”, é que o Rei acha que o manto até é bonito e majestoso mas também não deixa de estar despido. Esta é a diferença entre governar com sentido de responsabilidade ou com ilusionismo e soluções mágicas com traços de populismo radical.

Distribui-se dinheiro, acalmam-se as opiniões críticas, silenciam-se os que alertam para os perigos de uma politica sem responsabilidade e assim se governa à deriva da paz social comprada.

Se assim continuarmos não é o paraíso que nos espera, é algo mais parecido com o inferno alicerçado com a **ingenuidade de que se poderia aumentar rendimentos sem crescimento.**

Eduardo Chaves

Deputado municipal – PPD/PSD

23 de Fevereiro de 2017



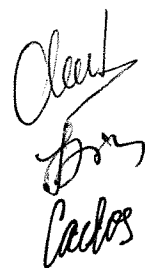
Grupo parlamentar PSD

Assembleia Municipal de Tondela

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela Exmo.
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Senhores
Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal,
Minhas Senhoras e Meus Senhores.*

Se há matéria que a todos nós deve interessar e merecer uma cuidada atenção é, naturalmente, a questão da descentralização.

E portanto, não podíamos deixar passar em claro que no pretérito dia 16 de Fevereiro o Conselho de Ministros aprovou a proposta de lei que estabelece o "***quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais***", onde, **alegadamente** "***concretiza os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local***" e, digo,



alegadamente porque, com franqueza, chega a ser confrangedor ler o diploma até ao fim sem perceber um pequeno sinal de qual o verdadeiro caminho que o governo pretende calcorrear neste domínio...

O diploma prevê a "*definição de um mecanismo* (qua ainda ninguém conhece...) *para a redistribuição de competências, de meios financeiros e de recursos humanos e contempla o alargamento da respetiva participação nos domínios da **educação** (ensino básico e secundário, respeitando a autonomia pedagógica das escolas), da **saúde** (cuidados de saúde primários e continuados), da **ação social** (em coordenação com a rede social), dos **transportes**, da **cultura**, da **habitação**, da **proteção civil**, do **policciamento de proximidade**, das **áreas portuárias e marítimas**, do **cadastro rústico e da gestão florestal**.*"

"A transferência das novas competências tem carácter universal, não pode pôr em causa a natureza pública das políticas e deve garantir a universalidade do serviço público e a igualdade de oportunidades no acesso ao mesmo. Inicia-se no ano de 2018, admitindo-se o faseamento da sua concretização até ao fim do ano de 2021, e será



concretizada através de decretos-lei setoriais que preveem os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários. "

Um documento vazio de conteúdo...

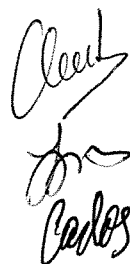
Mas cheio de intenções...

Um logro!

Mas o governo habilidoso e matreiro mais uma vez, para sacudir a água do capote e entreter a "malta", fez os TPC que o Senhor Presidente da República lhe deu mas só aquela parte das cruzinhas porque a composição dá muito trabalho...

Na génese de tal posicionamento parece-me indubitável que o Governo tem ânsias de descentralizar, sim, mas os problemas que tem lá por Lisboa e não só competências para as autarquias...

O anterior Governo, liderado pelo PSD, melhor andou neste domínio veja-se o que se passou na educação...com a municipalização e muito particularmente no nosso município...a descentralização nesta matéria foi amplamente discutida, ponto por ponto, no âmbito da possibilidade do projeto piloto que se adequasse verdadeiramente às necessidades educativas do nosso território.



Tenho receio de uma descentralização por decreto...onde não exista um amplo diálogo casuístico e minucioso do modelo gerador de confiança nas pessoas e nas comunidades.

Uma coisa é certa...este será um processo irreversível...

No dia-a-dia das autarquias, muita coisa promete mudar nos próximos tempos com a transferência de competências do poder central para as Câmaras Municipais.

E em causa não vão estar apenas competências nas áreas da educação mas também na saúde, ação social, transportes, cultura, habitação, proteção civil, fiscalização do estacionamento, segurança pública e as áreas portuárias, marítimas e ribeirinhas que terão de ser acompanhadas de decretos-lei sectoriais para cobrir as mudanças necessárias dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários.

E no país real o que vai efetivamente mudar?

O projeto de diploma não explica concretamente as linhas da mudança, aliás, perceber exatamente o que está em causa em cada alínea deve ser uma das exigências das autarquias e das populações.

De qualquer das formas foram divulgados alguns domínios concretos que esta lei chapéu pode albergar dos quais destaco alguns, como antevisão de uma reflexão futura que neste fórum e noutros, certamente fará correr muita tinta e aquecer muitas vozes:

- 1)** Autorizar a exploração de jogos de fortuna e azar;
- 2)** Ter poderes de autoridade na segurança alimentar;
- 3)** Proceder à avaliação e reavaliação de imóveis;
- ⇒ 4)** Gerir património imobiliário público devoluto afeto à administração direta e indireta do Estado ou a entidades integradas no sector empresarial do Estado, incluindo partes de edifícios;
- 5)** Autorizar a realização de espetáculos tauromáquicos;
- 6)** Gerir áreas afetas à atividade de náutica de recreio, os bens imóveis aí integrados e os bens móveis afetos, abrangendo as áreas atualmente incluídas nas autoridades portuárias;



- => **7)** Participar no planeamento, gestão e realização de investimentos relativos aos estabelecimentos públicos de educação e de ensino integrados na rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico, secundário, incluindo o profissional;
- => **8)** Gerir o pessoal não docente, assegurar refeições e participar na gestão dos recursos educativos nestes níveis escolares;
- => **9)** Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar;
- => **10)** Participar no planeamento, gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades funcionais de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção;
- => **11)** Gerir, manter e conservar equipamentos afetos a cuidados de saúde primários, assim como gerir os serviços de limpeza, segurança, vigilância, arranjos exteriores, comunicações das unidades funcionais de prestação de cuidados de saúde primários que integram o Serviço Nacional de Saúde;
- 12)** Gerir os programas de apoio ao arrendamento urbano e reabilitação urbana e passar a ter a titularidade e a gestão dos bens

imóveis que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado;

13) Nas praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público do Estado, é competência dos órgãos municipais, proceder a limpeza e recolha de resíduos sólidos, efetuar o controlo sanitário da qualidade das areias e outros materiais, naturais ou artificiais que compoñham as margens das praias, participar no controlo sanitário da qualidade das águas;

14) Nas praias referidas no número anterior é, também, competência das autarquias concessionar, licenciar e autorizar infraestruturas, equipamentos, apoios de praia ou similares nas zonas balneares;

⇒ **15)** Gerir todas as estradas nos perímetros urbanos e dos equipamentos e infraestruturas nela integrados, sem prejuízo das competências das entidades gestoras intermunicipais;

16) Instituir e gerir as Lojas do Cidadão e os Espaços do Cidadão, assim como os Gabinetes de Apoio aos Emigrantes

17) Regular, fiscalizar, instruir e decidir procedimentos contraordenacionais rodoviários em matéria de estacionamento nas vias e espaços públicos dentro das localidades

18) Licenciar e dinamizar atividades de náutica de recreio e demais atividades marítimo-turísticas desenvolvidas mediante a utilização de embarcações com fins lucrativos;

19) Participar em programas nas áreas de conforto habitacional para pessoas idosas, designadamente em articulação com entidades públicas, instituições particulares de solidariedade social ou com as estruturas de gestão dos programas temáticos;

20) Gerir, valorizar e conservar museus que não sejam classificados como museus nacionais.

Para finalizar gostaria apenas de salientar o silêncio de muitos setores da sociedade que antes e por muito menos já se haviam manifestado...

Estranho?

Será que não ouvem notícias, senhores

Se calhar ainda não sabem....

a novo 7
Cláudio
João
Carlos

Moção
Sobre Transferência de Competências

A descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República Portuguesa - tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações.

A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) acções, serviços ou investimentos é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direcção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.

A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução inter-municipal, constitui um obstáculo a uma efectiva descentralização que é urgente resolver.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multi-municipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projectos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a AM de 17-02, reunida a 17 de Fevereiro 2017 delibera:

1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.
2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto factor indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.
3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.
4. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.

Data, assembleia e nome do eleito

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 24 de novembro 2016 a 17 de fevereiro de 2017)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Após a última Assembleia Municipal, no dia 28 de novembro, realizaram-se diversas reuniões e ações, das quais se salientam as seguintes:

- com responsáveis das empresas: Portugal Telecom, IZMAR, ENERCaramulo, Eberspächer, GENERG, Aquapor, EDP, GigaLED, Território XXI (2 reuniões), Ernest & Young, Ferrovial, I-SETE (2 reuniões), AGS (2 reuniões), Nextpower, Treegood, PortugalGlobal, Cotefis, Interecycling;
- em visitas de trabalho e reuniões nas seguintes Freguesias / Uniãoes de Freguesia: Santiago de Besteiros, Guardão, Canas de Santa Maria, S. Miguel do Outeiro / Sabugosa, Tondela / Nandufe, S. João do Monte / Mosteirinho, Campo de Besteiros, Ferreirós do Dão;
- no aniversário da Casa do Conselho de Tondela em Lisboa;
- no Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (3 reuniões);
- no Conselho Regional da CCDRC;
- nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro (2 reuniões) e Cândido de Figueiredo;
- nas visitas de Natal aos doentes nas duas unidades do Centro Hospitalar Tondela-Viseu;
- no Conselho Regional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- com responsáveis das escolas de natação;
- com a equipa do PEDU;
- na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão;
- na reunião do CLAST, no âmbito do mapeamento de investimentos sociais;

- com responsável da Direção Regional de Cultura do Centro;
- na apresentação da Escola de Ciclismo da ADRT;
- na Comissão Municipal de Proteção Civil;
- com responsáveis das Infraestruturas de Portugal, nomeadamente sobre a questão da iluminação dos nós do IP3;
- com a equipa projetista do investimento “Zona Ribeirinha de Tondela”;
- no Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões;
- com responsáveis da Agência para a Modernização Administrativa;
- na assinatura do protocolo “promoção do Sucesso educativo” na CIM VDL;
- com responsáveis da Cooperativa Vários;
- com responsáveis da delegação de Tondela da Ordem dos Advogados;
- na reunião de direção da Escola Profissional de Tondela;
- na reunião da Comissão Especializada do Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro;
- na sessão de divulgação das linhas de apoio associadas ao programa Valorizar;
- no Conselho Municipal de Educação;
- na II Edição do Concurso de Ideias de Negócio, em Mangualde;
- na conferência de imprensa promovida pelo Município sobre questões ambientais;
- no aniversário do Centro Hospitalar Tondela-Viseu – Dia de S. Teotónio

- Ambiente

No domínio ambiental, como já o referimos, debatemo-nos com alguns constrangimentos ao nível do funcionamento de alguns sistemas de tratamento de águas residuais, situações essas que estão sinalizadas pelo Município.

Neste contexto, temos desenvolvido estudos e projetos, com persistência e objetividade, na procura de soluções que queremos que sejam financeira e ambientalmente sustentáveis, para que certos indicadores específicos que se registam, venham a ser rapidamente ultrapassados e seja possível dar sequência a uma ação planeada que venha contribuir para a resolução de problemas do presente e do futuro.

A temática do tratamento dos efluentes de águas residuais, assenta numa génese bastante dinâmica, a qual depende direta ou indiretamente de diversos fatores, como sejam:

- o tempo de vida útil das infraestruturas e/ou equipamentos;
- muitas das vezes a má utilização das redes de saneamento por parte dos cidadãos, nomeadamente com as ligações prediais indevidas de água pluviais, bem como colocando na rede dejetos não compatíveis;
- a expansão de zonas industriais e a população que se aí se desloca diariamente;
- as alterações climáticas (em particular os fenómenos atmosféricos extremos).

A estes fatores dinâmicos, por vezes imponderáveis e imprevistos, nem sempre controlados pela planificação, ou pelos procedimentos programados, junta-se o compromisso com as metas e normas nacionais e europeias de regulação do sistema de tratamento de águas residuais.

A cada vez maior complexidade de sistemas tecnológicos no tratamento destas águas residuais, com automatismos e programações eletromecânica sofisticados, carece de recursos humanos bastante qualificados, o que contrasta com a impossibilidade sentida em todos os municípios - já que durante os últimos anos estiveram impedidos de poderem abrir concursos para recorrerem ao recrutamento de recursos humanos com habilitação qualificada trabalharem com muito destes equipamentos.

Na verdade, o município de Tondela possui hoje, com 47 ETAR's e 20 Estações Elevatórias, o mesmo contingente técnico afeto a estes sistemas (uma Eng.^a do Ambiente e 4 assistentes operacionais), que tinha há 12 anos, altura em que tinha menos um terço de infraestruturas desta natureza e de menor complexidade.

Por esta razão, permitindo a atual Lei do Orçamento do Estado efetuar a contratação de colaboradores, em circunstâncias muito específicas, e sem violar os preceitos legais, decidiu o município, num concurso que será desenvolvido de imediato, após o devido enquadramento na Assembleia Municipal, promover o recrutamento de um Eng.^o Eletromecânico e mais 3 operadores, para assim colmatar a insuficiente estrutura existente.

Mas como uma operação de recrutamento obedece a várias fases, morosas - a que se associa a necessária formação técnica, em paralelo, o município irá recorrer a contratação de serviços externos, para operações de manutenção de algumas das suas Etar's, o que irá ocorrer já no decurso do próximo mês.

É importante desmitificarmos que o concelho de Tondela vive atualmente um caos ambiental resultado de um pretenso colapso das suas infraestruturas, como se tudo fosse fruto de atitudes de inépcia, incúria ou mesmo desgoverno deste executivo municipal.

Alguns equipamentos construídos há 2 décadas estão obsoletos para as exigências atuais; outros passaram a servir um maior número de pessoas / entidades relativamente ao inicialmente previsto.

Assim, importa realçar as candidaturas que no âmbito do POSEUR, foram submetidas no passado mês de julho, ainda aguardam decisão de aprovação. Lembro que cada município só poderia apresentar um limite máximo de projetos cujo somatório do valor associado fosse inferior a 1,5 milhões de euros para o setor do saneamento e de igual montante para sistemas de água.

Mais, o atual concurso só permitia candidatar obras de intervenção em ETAR's desde que fosse para concluir uma rede e aumentar a população servida. Caso contrário, não há financiamento.

Apresentámos os seguintes projetos e montantes associados:

Emissário e Estação Elevatória Fial / Caparrosinha e ampliação da ETAR de Caparrosinha: **530.186,12€**

Sistema de abastecimento de água ao domicílio ao Caramulo: **105.908,35€**

Extensão de saneamento ao Caramulo: **941.156,06€**

EE Carvalhal/Mouraz e emissário de ligação à ETAR do Couço: **111.912,24€**

Ampliação da ETAR ZIM do LAJEDO: **597.315,68€**

2.^a FASE - REDE DE SANEAMENTO A MOLELINHOS: **360.100,79€**

Rede de Água a Várzea do Homem: **203.113,48€**

Rede de saneamento a Valverde: **522.006,91€**

Somos uma entidade gestora atípica, pois fazemos a gestão de 47 ETARS e 20 Estações Elevatórias, e uma vez que todas as linhas de água (Criz, Dinha, Dão) drenam para a Barragem da Aguieira, e independentemente do número de habitantes a servir, o grau de exigência é sempre o máximo.

Hoje temos 19 ETARs, cuja descarga não permite obter o licenciamento, o que não significa que não se realizem análises e as demais operações de manutenção:

Localização	Ano de entrada em funcionamento
Borralhal	1997
Vale	1997
Barreiro	2003
Corveira	2004
Lobão (5)	1996
Mouraz	1998
Parada	1989
Póvoa da Catarina	1997

Vila Nova de Tonda	1998
Ermida	1998

Estes conjuntos de equipamentos (na generalidade de reduzida dimensão e para núcleos populacionais de pequena escala) estão localizados em 7 freguesias distintas, pelo que esta questão, por si só, envolve desde logo um investimento avultado, por ser disperso. Contudo, na freguesia de Lobão da Beira, impõe-se realizar um estudo que defina um modelo integrado que possa conjugar as diferentes bacias de drenagem.

Mas estas são as condições que temos no nosso território. Vivemos num concelho com 26 freguesias (14 agregadas em 7 uniões de freguesia), com vida e com gente que felizmente continua a habitar as nossas aldeias e vilas, não esvaziando um território que, só por si, tem já uma orografia bastante específica e peculiar.

Estes sistemas em concreto – como se refere se atendermos ao ano de construção - estão a chegar ao limite do seu horizonte de projeto e apenas com tratamento secundário se conseguirá dar cumprimento à legislação da zona sensível.

Ora, este cumprimento exige investimento financeiro, e nós conhecemos a escassez de fundos de apoio comunitário com a qual os municípios e o país se debatem para fazer face às exigências. Mas, como referi, agrava-se pelo facto do aviso do concurso do POSEUR não permitir a construção de novas ETARs desde que não haja aumento da rede que venha a servir, e este tema já depende de decisão e vontade política do governo.

Das restantes infraestruturas, neste caso em concreto, o processo de licenciamento já foi instruído, tendo sido já solicitado à Agência Portuguesa do Ambiente no final do ano a respetiva licença, após a intervenção realizada.

Localização	Ano de entrada em funcionamento	Observações
Ferreirós	2010	Lamas ativadas
Nandufe	2003	Lamas ativadas

Localização	Novas ETARs	Observações
Caparrosa	Caparrosinha	Obra já consignada, aguarda visto do TdC
Couço	Couço	Já licenciada

Por fim, e porque foi gerada alguma controvérsia pelo BE acerca da ETAR de Molelos – ETAR Sul de Tondela, que foi construída em 2001/2002 e entrou em funcionamento em 2013, após uma intervenção que permite retomar o seu normal funcionamento, tendo sido todos positivos os parâmetros das análises do passado dia 17 de janeiro, pese o facto de ter alguns problemas em equipamentos danificados.

O mesmo se passou com a estação elevatória de Botulho, onde ocorreram intervenções no sistema da programação do sistema elétrico e mecânico, já que, por força de unidades industriais que drenam graviticamente até esta estação elevatória, o caudal a bombear aumentou significativamente, pelo que está claramente superada essa deficiência.

Por outro lado, a referida ETAR DE Molelos será intervencionada no futuro próximo, mesmo sem fundos comunitários, pelo que já foi lançado a concurso o projeto de requalificação da mesma, para onde também serão conduzidos os esgotos da última fase da rede de saneamento da povoação de Molelinhos, vez que iremos lançar a obra de execução da rede de esgotos.

- Iluminação Pública

Desde há cerca de um ano, o Município de Tondela tem desenvolvido um plano de eficiência energética que irá concretizar o desejo de dotar a grande maioria do concelho com tecnologia LED. Num trabalho colaborativo com as respetivas Juntas e Uniões de Freguesias, irá implementar uma nova solução de iluminação que seja financeira e ambientalmente mais sustentável, respondendo também aos anseios das nossas populações.

No concelho de Tondela, haverá novas iluminárias que passarão a estar ligadas com tecnologia LED, ao mesmo tempo que irão sendo substituídas as lâmpadas de mercúrio (obsoletas) e de vapor de sódio.

Na 1ª fase, que já está a decorrer, estão a ser religadas/substituídas por LEDs as lâmpadas nos locais mais prioritários e onde a iluminação pública é fator de proteção e segurança, sem descuidar a importância da sustentabilidade, eficácia e eficiência da medida.

Tendo-se iniciado a primeira fase em dezembro de 2016, podemos observar neste momento, que se encontram religadas/substituídas cerca de **2 000 focos**, designadamente nas freguesias de Lobão da Beira, Tonda, Lajeosa do Dão, Santiago de Besteiros, Campo de Besteiros, União de Freguesias São Miguel e Sabugosa, União de Freguesias Caparrosa e Silvaes, e União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, às quais se seguirão as restantes freguesias, sendo propósito da Câmara Municipal concluir esta primeira intervenção nos próximos meses.

Esta alteração corresponde a um investimento significativo, exclusivamente do Município, realizado com receitas próprias, sem qualquer tipo de financiamento comunitário, que permite, através da utilização de tecnologias inovadoras recentes, obter ganhos diversos, associando os ganhos de consumos aos ganhos ambientais.

Este plano de eficiência energética irá abranger todas as freguesias do nosso concelho e existirão 16 400 luminárias LED ligadas. No entanto, manter-se-á um critério exigente no que diz respeito aos locais onde não há população residente, mantendo a regra de boa eficiência, salvaguardando sempre as condições mínimas de segurança.

- Descentralização de competências

A proposta de lei-quadro que transfere competências para as autarquias foi aprovada em Conselho de Ministros foi aprovada num dos últimos Conselho de Ministros.

Com esta proposta de lei-quadro entregue ao Parlamento, o Governo irá constituir grupos de trabalho com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses para preparar os decretos-lei sectoriais que regulamentarão a transferência de competência. Até ao fim de Março será aprovada e enviada ao Parlamento a proposta de revisão da lei das finanças locais, que garantirá as verbas correspondentes ao acréscimo de competências.

Na verdade, o projeto de diploma que se conhece remete tudo para decretos posteriores.

Portanto podemos afirmar que, na verdade, se trata apenas de um plano de intenções, ao invés de uma proposta concreta e definida,

sobre a qual se possa planejar uma estratégia de futuro, pelo que apenas poderemos fazer um exercício de adivinhação sobre esta temática. Mas estaremos atentos, sobretudo depois de termos passado por um processo de descentralização de competência no âmbito da educação (na altura projeto-piloto), cujas linhas estavam bem definidas e foram alvo de negociação concreta entre este Município em particular e o Ministério da Educação e Ciência de então.

Situação Financeira do Município de Tondela

INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 16 de fevereiro de 2017.

1 – RECEITA

1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2017 e 16-02-2017)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (12,88%)	PESO DA EXECUÇÃO RCB NA RECEITA TOTAL
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=[(2)/(1)]*100%	(4)=(3)-12,88%	
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.573.031,32	248.818,34	5,44%	-7,44%	15,42%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	66.548,95	8.936,07	13,43%	0,55%	0,55%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	217.320,86	37.279,13	17,15%	4,27%	2,31%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.265.400,00	268.669,61	21,23%	8,35%	16,65%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.666.407,32	745.445,94	6,99%	-5,89%	46,20%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.348.550,00	190.441,13	14,12%	1,24%	11,80%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	71.150,00	12.809,38	18,00%	5,12%	0,79%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	1.050,00	23.000,00	2190,48%	2177,60%	1,43%
10	TRANSFERÊNCIAS DECAPITAL	8.906.691,00	76.445,00	0,86%	-12,02%	4,74%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	3.417.830,00	0,00	0,00%	-12,88%	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	100,00	790,07	790,07%	777,19%	0,05%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	8.090,00	816,69	10,10%	-2,78%	0,05%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR					
TOTAL GERAL		30.542.169,45	1.613.451,36	5,28%	-7,60%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita de 5,28%, abaixo do grau de execução esperado para este período (12,88%), ou seja, apresenta um desvio negativo de 7,60%.

No entanto é de salientar que este resultado, está afetado do impacto produzido, pela receita prevista de 3.417.830, 00€ de passivos financeiros, valor referente, ao contrato de empréstimo ainda não utilizado.

Para este desvio concorrem também os impostos diretos que ainda não se encontram arrecadados no mês de fevereiro, em iguais circunstâncias surgem as transferências diretas do Estado (FEF corrente e capital, IRS e FSM).

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 1.613.451,36€. Importa também mencionar que, não se encontra, ainda, refletido na execução orçamental da receita, o saldo da gerência anterior, porque este saldo, só é incorporado na primeira revisão orçamental do ano, após prestação de contas, o que ainda não aconteceu.

2 – DESPESA

2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2017 a 16-02-2017

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (12,88%)
Despesas Correntes	14.203.674,00	1.195.270,37	8,42%	-4,46%
01 Despesas com Pessoal	4.685.426,00	432.327,63	9,23%	-3,65%
02 Aquisição de Bens e Serviços	6.717.087,00	534.134,83	7,95%	-4,93%
03 Juros Outros Encargos	47.356,00	1.862,54	3,93%	-8,95%
04 Transferências Correntes	2.672.140,00	218.888,73	8,19%	-4,69%
06 Outras Despesas Correntes	81.665,00	8.056,64	9,87%	-3,01%
Despesas de Capital	16.338.495,45	1.820.801,19	11,14%	-1,74%
07 Aquisição de Bens de Capital	13.569.895,45	449.867,81	3,32%	-9,56%
08 Transferências de Capital	2.092.670,00	1.370.933,38	65,51%	52,63%
09 Activos Financeiros	217.125,00	0,00	0,00%	-12,88%
10 Passivos Financeiros	405.038,00	0,00	0,00%	-12,88%
11 Outras Despesas de Capital	53.767,00	0,00	0,00%	-12,88%
TOTAL	30.542.169,45	3.016.071,56	9,88%	-3,00%

Cleer
Br
Cedros

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa corrente de (9,88%) sendo, o grau de execução esperado (12,88%), representa um desvio negativo de (3,00%). Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de (11,14%), o que representa um desvio negativo de apenas (1,74%).

Tal como em anos anteriores, é importante referir-se que o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano. Este enviesamento evidencia-se, sobretudo, devido aos prazos de vencimento do serviço da dívida, que ocorrem essencialmente no 2º semestre, ou seja, juros e outros encargos, na despesa corrente, e passivos financeiros na despesa de capital, com um desvio negativo face ao grau de execução esperado de (12,88%). O desvio é exatamente igual ao grau de execução esperado, porque ainda não se venceu nenhuma prestação. O mesmo desvio acontece nos ativos financeiros e deve-se ao valor do FAM (144.750€), sendo que estas prestações só se vencem em junho e dezembro respetivamente.

Importa também referir que parte do desvio verificado nas despesas correntes, se deve à data de pagamento dos encargos do mês, ou seja o pagamento da faturação referente ao mês de janeiro, ainda estava em fase de processamento, logo, os valores desta despesa a pagar, ainda não se encontram refletidos à data do reporte.

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, o Município de Tondela se encontra a efetuar **pagamentos a fornecedores a 30 dias**.

2.3 – EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

Período 01-01-2017 a 16-02-2017

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
AGRUP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
	Despesas Correntes	14.203.674,00	10.960.377,25	77,17%
01	Despesas com Pessoal	4.685.426,00	4.520.787,44	96,49%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6.717.087,00	4.545.133,37	67,67%
03	Juros Outros Encargos	47.356,00	45.290,85	95,64%
04	Transferências Correntes	2.672.140,00	1.794.595,21	67,16%
06	Outras Despesas Correntes	81.665,00	54.570,38	66,82%
	Despesas de Capital	16.338.495,45	4.668.056,68	28,57%
07	Aquisição de Bens de Capital	13.569.895,45	2.395.199,65	17,65%
08	Transferências de Capital	2.092.670,00	1.818.806,24	86,91%
09	Activos Financeiros	217.125,00	144.750,00	66,67%
10	Passivos Financeiros	405.038,00	280.772,35	69,32%
11	Outras Despesas de Capital	53.767,00	28.528,44	53,06%
	TOTAL	30.542.169,45	15.628.433,93	51,17%

Através da análise do quadro acima podemos verificar que embora, estejamos ainda, no segundo mês do ano, já comprometemos (51,17%) da dotação do orçamento do Município.

Dos 15.628.433,93€ de compromissos já assumidos para o exercício de 2017, mais de sete milhões de euros, são resultantes de compromissos transitados de 2016.

2.4 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e n.º 4.º do artigo 16.º ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo. 9.º da Norma de Execução Orçamental dos documentos previsionais de 2017, na reunião do dia 28 de novembro de 2016, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;

Os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;

Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.

Assim, informa-se que até à data de reporte do presente relatório, ou seja, 16-02-2017, não existiram compromissos plurianuais, desta natureza.

3. Conclusão

Estando decorridos apenas 1 mês e 16 dias do ano de 2017, poderemos concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram ligeiramente abaixo do padrão, salientando, no entanto, a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental, nesta fase, tendo em conta que, se orçamenta para um ano completo e que os desvios padrão, não consideram os prazos em que as receitas e despesas devem acontecer.

Tondela, 16 de fevereiro de 2017

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,



(Joana Chaves)


Carlos

Exmos. Srs.:

Presidente da Mesa da Assembleia, Presidente da Câmara Municipal, Restante Mesa, Deputados Municipais, Comunicação Social, M. Senhoras e M. Senhores,

Dirijo-me a Vós, para felicitar o executivo camarário, em meu nome pessoal e da Freguesia do Guardão, pela profunda satisfação em sentir valorizado o território que aqui represento.

Falo concretamente na deliberação da câmara do passado dia 14 de Fevereiro, tomada por unanimidade, em reconhecer o Parque Jerónimo Lacerda, na Vila do Caramulo, de interesse para as populações e para a economia local; acrescentaria que não só local, enquanto Freguesia, mas de uma forma mais abrangente, para o Concelho e para toda a região.

O referido parque surge na década de 20 a 30, como infraestrutura de apoio à então Estância Sanatorial do Caramulo que teve um papel pioneiro e fundamental no combate ao flagelo da tuberculose; projeto ambicioso do médico Jerónimo Lacerda, seu impulsionador que viu no Caramulo os “bons ares” e as potencialidades para a cura daquela maleita. Visionário, rodeou-se de interessados e em 1920 inicia-se o que viria a ser o principal polo de tratamento à tuberculose da Europa. Criou uma rede de apoio à volta dos sanatórios e mobilizou pessoas, dinamizou a economia local e da região, trouxe investigadores de fora e internacionalizou o nome do Caramulo.

E é no Parque Jerónimo Lacerda que muitos dos pacientes esquecem por momentos a má sorte que lhes bateu à porta, através dos passeios e repouso que por aí faziam, abstraindo-se da doença e respirando o que na altura se acreditava ser um dos

Clear!
Fry
Cados

métodos de cura – o ar puro da serra, ou como chegou a ser denominado, “O AR MAIS PURO DA EUROPA”.

Sendo o parque do domínio publico e, acusando neste momento o peso dos anos, faz todo o sentido que lhe seja dada a manutenção e cuidado através de uma intervenção que lhe devolva a dignidade, e o posicione como um marco vivo da história do Caramulo, não só pela importância que assumiu na altura, mas também pela projeção que o nome “CARAMULO” continua a dar ao concelho e à região. Permitam-me, modéstia à parte, que considere a Vila do Caramulo e o nome que lhe está associado como o melhor promotor da região e do Concelho, ao nível do turismo, da saúde e bem-estar, do desporto automóvel e desportos alternativos, entre outros; há pois, que da parte pública apoiar o desenvolvimento destas e outras atividades que venham a ser desenvolvidas e por tudo o que atrás referi e o que fica para dar a conhecer pela leitura do anexo que junto a este documento, termino da forma como iniciei, louvando a iniciativa da Câmara em reconhecer o Parque Jerónimo Lacerda, na Vila do Caramulo, de interesse para as populações e para a economia local.

Bem-haja!



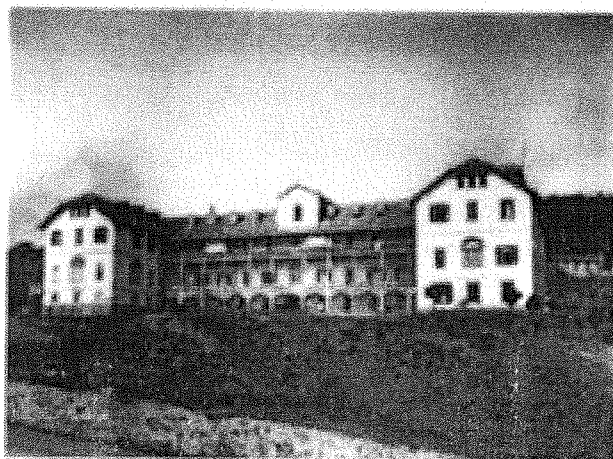
Anexo: Jerónimo Lacerda e o Caramulo.

Clear
For
Cados



JERÓNIMO DE LACERDA
E O
CARAMULO

*Alcides
Gomes
Caldas*



JERÓNIMO DE LACERDA E O CARAMULO

Alcides
Joaquim
dos
Cados

Impressiona visitar o Caramulo. Logo nos primeiros minutos sente-se que nasceu diferente. Que é uma terra à parte em Portugal. Que tem carácter. Que obedeceu a uma ideia precisa, a um plano inteligente.

A sempre proclamada beleza natural é evidente, mas percebe-se também que a mão do homem lhe deu força, a valorizou, a soube aproveitar engenhosamente.

Em cada pedra, em cada caminho, até em cada árvore está marcada a presença daquele que deu corpo, numa serra agreste e despida, a um sonho quase utópico.

Começemos pelo princípio.

Estamos no ano de 1889. Em Coimbra, a 14 de Outubro, nasce Jerónimo Maria de Lacerda, filho de Rosa Maria Pacheco e de Abel

Maria de Lacerda, natural da aldeia da Prova, perto da Meda. Jerónimo tem já uma irmã, Berta de Lacerda. Abel Maria, médico em Tondela, e seguindo a tradição da família, envia Jerónimo para a Universidade de Coimbra de onde sai em 1915 formado em Medicina e Filosofia com 19 valores.

Nesse mesmo ano, o professor Elísio de Moura convida-o para assistente na Faculdade de Medicina. No ano seguinte faz doutoramento.

Durante a 1.ª Grande Guerra, Jerónimo Maria é chamado para Angola. Fazendo uma troca de guias de marcha com um amigo vê-se, por fim, enviado como médico do corpo expedicionário português para a frente de batalha, na Flandres. Está presente na batalha de La Lys, em 9 de Abril de 1917. Chega a Portu-

Abel
J. Lacerda
Cedros



1918 - Jerónimo de Lacerda na 1.ª Grande Guerra.



1923 - A sua casa no Caramulo.

gal em 1918 como capitão-médico.

Seu pai continua a exercer medicina em Tondela e é acompanhando-o nas caçadas e nas visitas aos doentes das povoações perdidas da serra, que conhece Margarida Castro Alves, sua futura mulher, natural da Póvoa do Varzim, na altura a acompanhar uma irmã "a ares" na serra do Caramulo.

Retorna à sua actividade profissional em Coimbra, como assistente, e reparte os seus serviços como médico por Tondela, onde vive com o seu pai Abel, e pelas Paredes do Guardão, essa meia dúzia de casas a que mais tarde começaremos a chamar Caramulo.

Em Março de 1919 casa-se, ficando a viver em Tondela. Nos anos seguintes nascem três filhos: Maria Arminda, Abel Maria e João Maria.

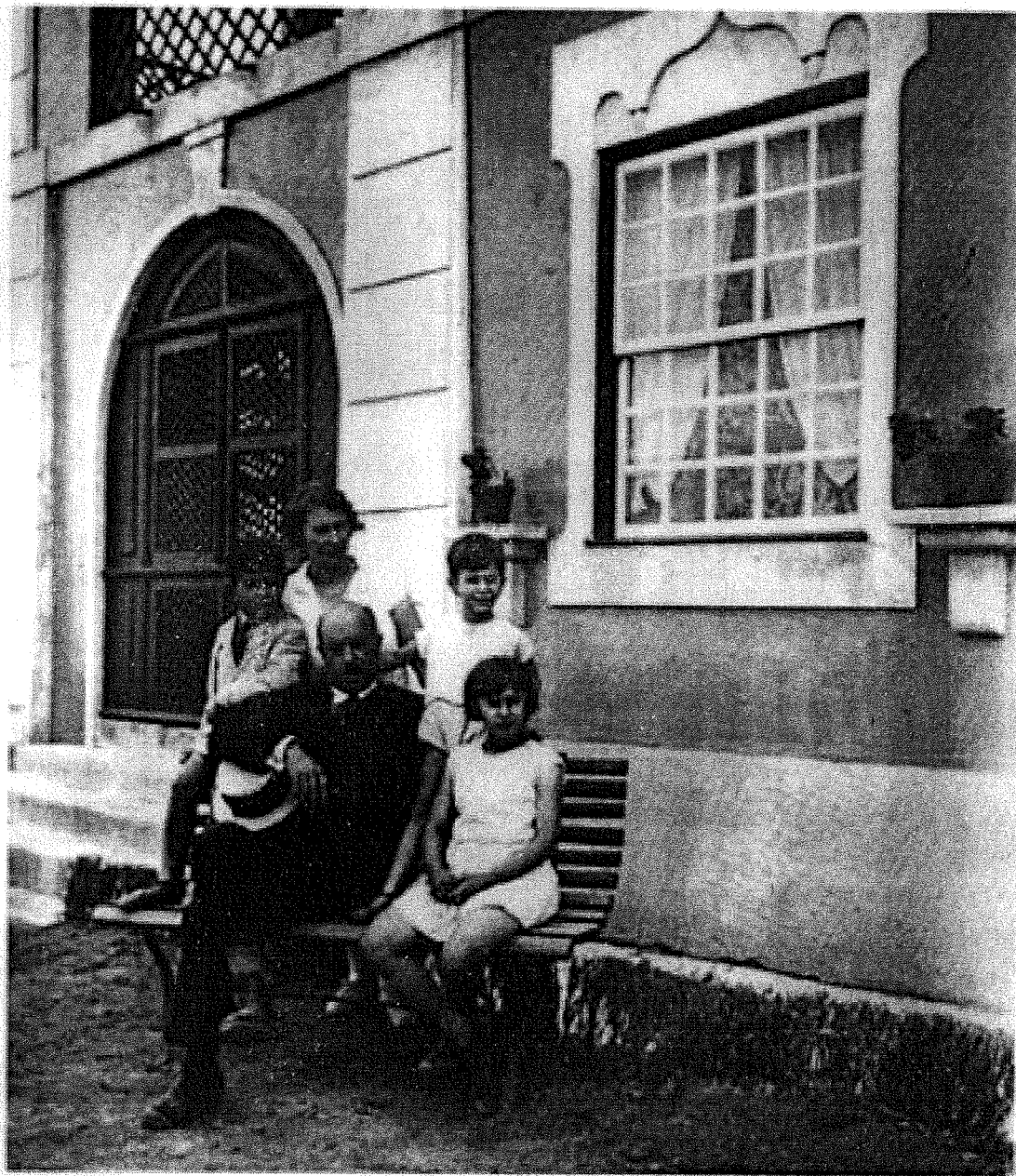
Jerónimo de Lacerda fervilha de ideias.

Desde o princípio do século que a Serra do Caramulo era conhecida pelos seus "bons ares", acolhendo nos casebres de madeira dispersos pela encosta "hóspedes com fraqueza" dos pulmões.

O acesso é difícil, na serra não existem estradas, o solo é pobre e rochoso não proporcionando o cultivo de bens essenciais.

É na posse destes dados que a 18 de Janeiro de 1920, no Salão Nobre

Academy
Mrs
Cados



1927 - A família.

Alcântara
J. J. J.
J. J. J.
Cados



1928 - Grande Hotel.

do Instituto de Coimbra reúne a Comissão Organizadora da "Sociedade de Propaganda do Caramulo", embrião de um arrojado projecto, que com o tempo se vai inteligentemente adaptando e evoluindo.

Preside à Comissão Organizadora o Dr. Guilherme Alves Moreira, professor da Faculdade de Direito e

Provedor da Misericórdia de Coimbra. Para essa comissão, vai o Dr. Jerónimo de Lacerda buscar homens ilustres como os Drs. Fernando d'Almeida Ribeiro, José de Castro Corte-Real — Conde de Fijó, José Pereira Jardim, José Pinto Loureiro, José de Sousa Menezes e Vasconcelos, António Caetano d'Abreu Freire

Egas Moniz, Elísio de Moura, Conde de Azevedo, António Eduardo Paes do Amaral e outros mais.

Quase um ano decorrido, a 4 de Dezembro de 1920, esta sociedade dá origem a uma outra, a Sociedade do Caramulo, SARL, com carácter comercial e cuja ideia é, ao tempo,

Alcides
Jr
Cados



Vista aérea do Caramulo.

a construção de um grande hotel perto das Paredes do Guardião.

Segundo as actas das sessões, por essa altura tinha-se já procedido à compra de terrenos, discutido e aceite os projectos, comprado pinheiros e madeiras de castanho e cerejeira para dar início aos trabalhos de construção.

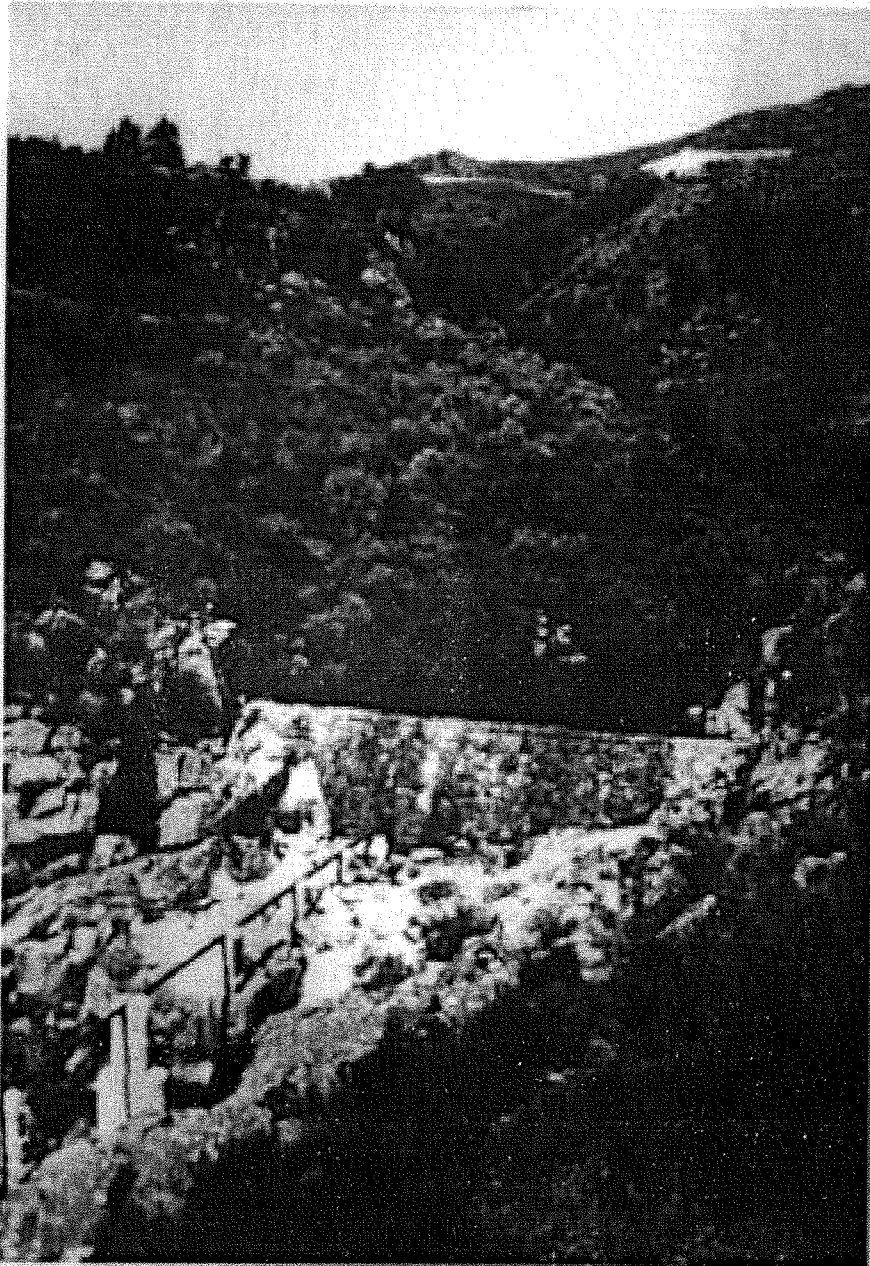
É em 8 de Junho de 1922 que o Grande Hotel abre as suas portas, na altura apenas a convalescentes sem tuberculose, registando o livro de entradas nesse dia os nomes de "Raul Pereira, Esposa e Creada", procedentes do Porto.

A afluência cresce muito nos meses seguintes e em breve vão

começar a chegar espanhóis e americanos, e mais tarde brasileiros, franceses e alemães.

Em 1923, Jerónimo Lacerda fixa residência com a família no Caramulo. Fica mais perto dos seus doentes e da obra que está a nascer. Com uma clara visão do futuro, compra todos os terrenos disponíveis

Alcides
Am
Cedros



1928 - Barragem da central eléctrica.

com o objectivo de os ceder mais tarde, a quem, convencido da qualidade e do êxito económico do projecto, ali quisesse investir.

Em 1925 o Grande Hotel deixa de fechar de Outubro a Março, o que leva a admitir que a partir desta data ele já não se destina apenas a pessoas "fracas" e passa a existir como sanatório.

Com efeito, é a partir daqui que a Serra vai sofrer as grandes transformações que farão do Caramulo um complexo sanatorial de vanguarda.

Projecta-se uma rede de estradas, largas para o uso da época, tanto no Caramulo, como de ligação com as vilas mais próximas, Tondela e Águeda.

Constroem-se muros e socacos, fertiliza-se e prepara-se a terra, cultivam-se hortas, plantam-se pomares.

A ideia é que o Caramulo sobreviva no essencial quase por si só, dando ao mesmo tempo trabalho aos seus habitantes e aos do concelho.

Criam-se os Serviços Florestais para que seja feita a florestação da serra, que surge exuberante e verde, protegendo o imenso vale de Bes-teiros.

Jerónimo de Lacerda pensa então na exploração de toalhas de água e manda abrir furos e minas no alto

Cleu
Os
Dr. Carlos

da serra, que vão alimentar uma rede de abastecimento aos sanatórios e casas particulares.

Faz construir uma pequena barragem para que também o Caramulo seja autónomo no fornecimento de energia eléctrica.

Um técnico enviado a Berlim estuda uma rede de esgotos. Na sequência surge um engenhoso centro de tratamento de lixo e esgotos, aproveitados para rega e adubo, pioneiro em termos de segurança sanitária. É o primeiro saneamento básico a nível nacional.

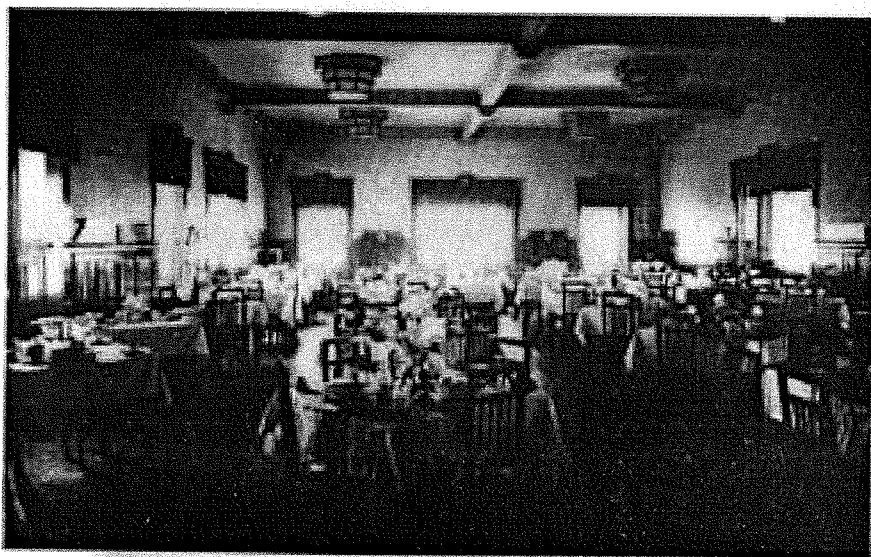
Num breve espaço de tempo vai-se cumprindo o plano integrado daquela que virá a ser a maior estância sanatorial da Europa. E a mais ousada.

Em 1928, o Grande Hotel passa a chamar-se, de acordo com os seus objectivos, Grande Hotel Sanatório.

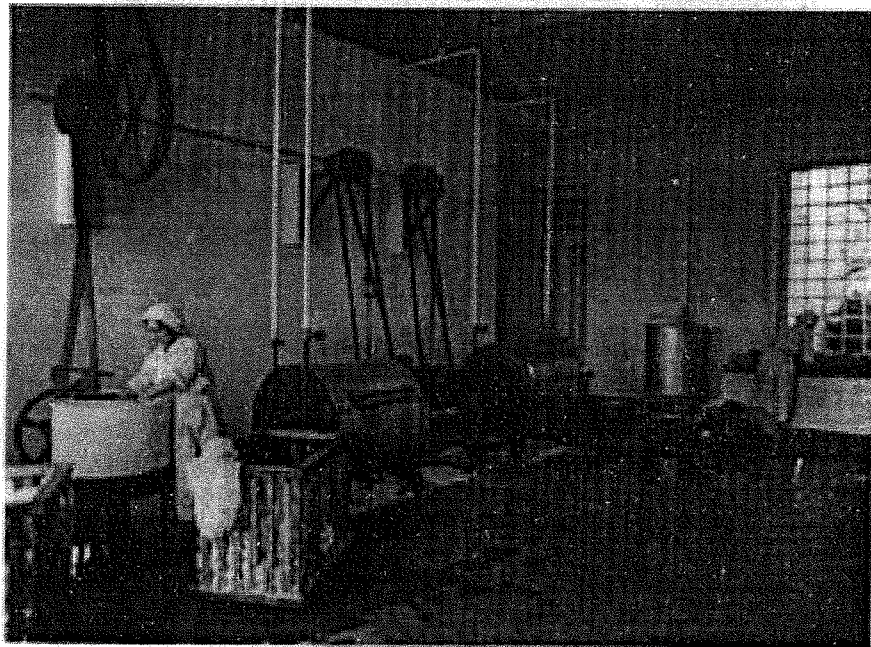
As curas são uma realidade. A tuberculose, esse mal que aflige a Humanidade durante a 1.ª metade do século, que atormenta e mata famílias inteiras, que atinge a dimensão de verdadeiro fenómeno social e económico, transportado para o romance, para o teatro, para as canções de rua, esse mal começa aí a ser prevenido e controlado de um modo mais consciente e sistemático.

1933 é o ano da passagem do Grande Hotel Sanatório a Grande Sanatório do Caramulo.

A ideia da construção de outros

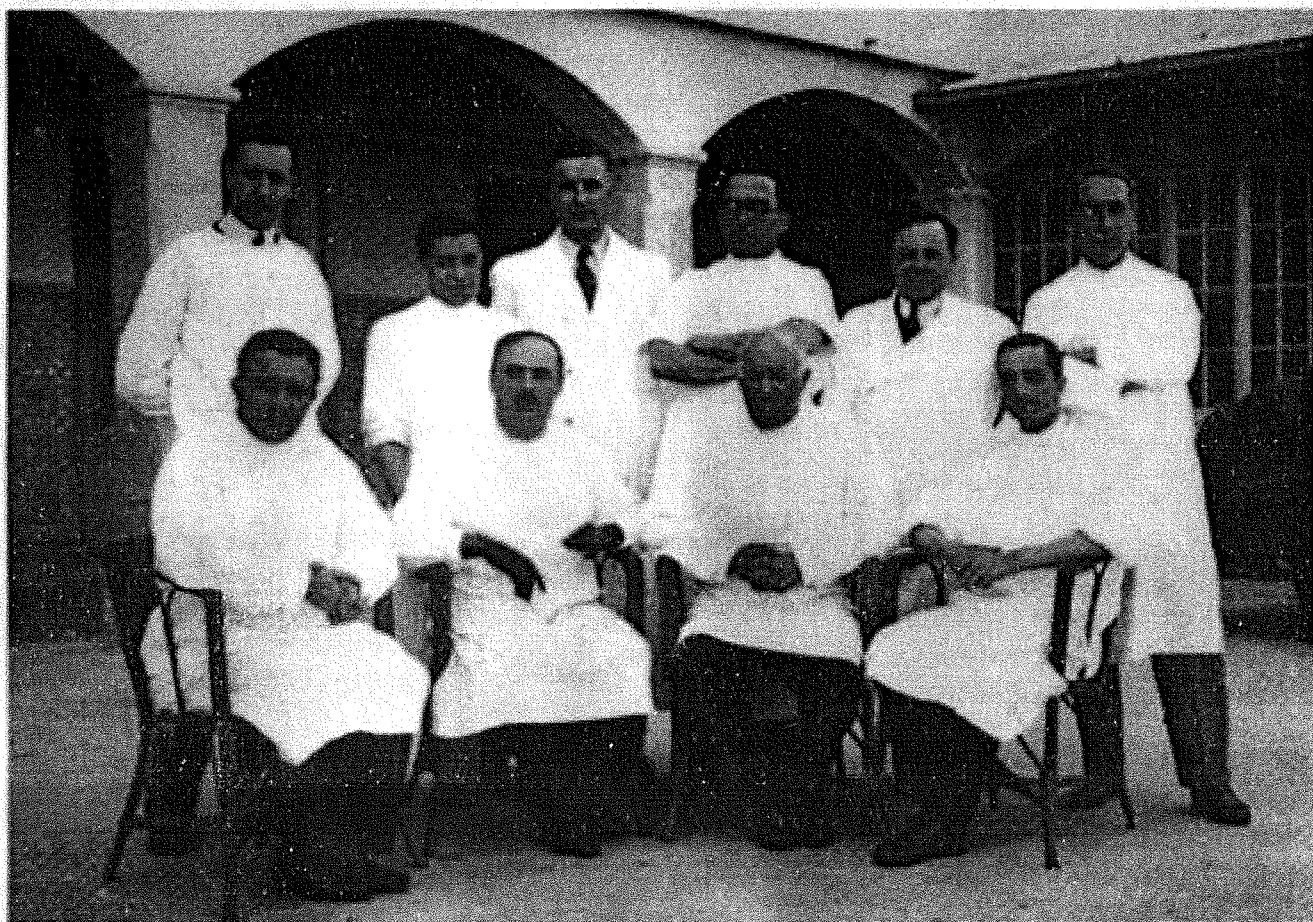


1938 - Sala de jantar do Grande Hotel Sanatório.



1938 - Lavandaria central.

Alcides
Gomes
Ferreira
Carlos



1937 - O corpo clínico com o cirurgião suíço Gustav Maurer.

sanatórios mais pequenos que entretanto tinham surgido em toda a encosta, deve-se, em parte, ao facto de o Estado, que na meia dúzia de sanatórios espalhados pelo país não consegue tratar os seus doentes, propor, por intermédio da Associação dos Funcionários Cíveis Tuberculosos (AFCT), ao Dr. Jerónimo de

Lacerda, amigo pessoal de Oliveira Salazar, um contrato, através do qual um determinado número de camas passa a ser ocupado por funcionários.

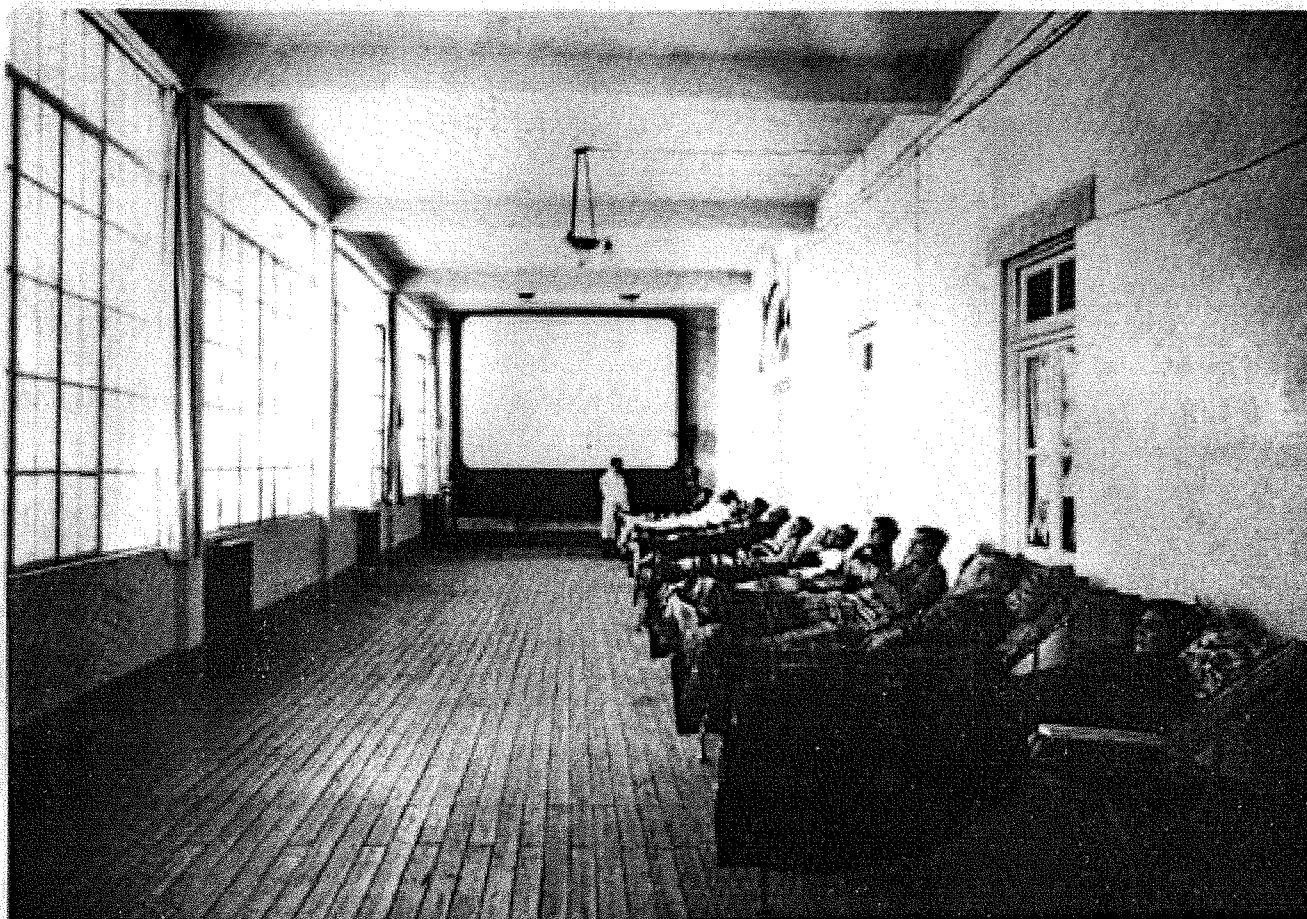
Prudentemente, no entanto, o controle clínico de todos os sanatórios, incluindo os que não lhe pertenciam, permanece sob a alçada do corpo clínico do Grande Sanatório.

Medidas sanitárias pioneiras são postas em prática:

Em 1931 tinha já surgido uma vacaria, com controle veterinário e matadouro próprio.

Em 38, uma central leiteira passa a analisar, pasteurizar e distribuir o leite da vacaria, assim como os outros milhares de litros aí chegados

Acab
João
Cados



1938 - Galeria de cura de inverno,

diariamente, com vista a um abastecimento único de todos os sanatórios.

Obrigatório para todos é também o uso da lavandaria central, onde a roupa é primeiramente esterilizada a vapor e em seguida lavada mecanicamente.

Uma rede de frio, com grandes

câmaras frigoríficas, garante a conservação dos alimentos. As sobras das refeições são apenas aproveitadas na engorda de suínos, animal que não se contamina com o bacilo de Koch.

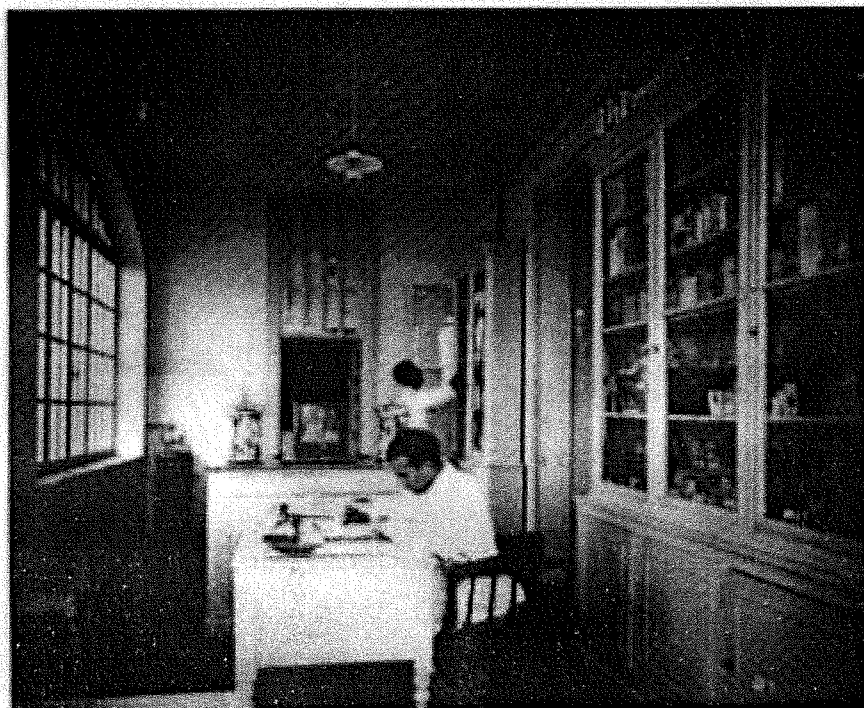
Entretanto o Grande Sanatório sofre alterações, remodela-se, alarga-se, moderniza-se.

Por outro lado, cada salto tecnológico a que o mundo assiste, tem pela mão de Jerónimo de Lacerda expressão no Caramulo:

A sala de cinema do Grande Sanatório passa 2 vezes por semana os filmes que entusiasмам a América e a Europa.

A rádio Pólo Norte, feita pelos

Clarell
João
Lacerda
Cados



Farmácia

doentes no final dos anos 30, emite a partir da estância, notícias e música.

Instala-se no Caramulo a primeira rede automática de telefones do país.

Um centro meteorológico envia diariamente para Lisboa dados sobre as condições atmosféricas locais.

A falta de carvão durante a 2.ª Guerra leva à montagem de uma central de vapor, que funciona com as aparas das serrações e madeira das matas do vale de Besteiros, e que faz, no Inverno, o aquecimento dos sanatórios e de algumas casas particulares.

O cemitério (1935), a estação de correios, a capela (1936), o primeiro colégio do ensino liceal de Tondela (1939), a escola primária (1941), o posto da polícia vão fechando o círculo.

Ao tempo, as duas únicas Juntas de Turismo do país são a do Caramulo e a do Estoril. A do Caramulo, criada em 1937, já existia desde 1923, mas de iniciativa local. Pretende-se com esta existência oficial fomentar o desenvolvimento da região através de um "imposto" pago pelos doen-

tes do Estado e pelos particulares.

O Caramulo é também, exemplarmente, o precursor de uma medicina social. A tuberculose não escolhe classe e a assistência social era um conceito mal definido e de prática insipiente. Em todos os sanatórios do Caramulo passa a tratar-se em cada 10 doentes 1 gratuitamente, dando-se preferência aos do próprio concelho.

Por outro lado, criam-se estruturas médicas para o funcionamento gratuito de consultas externas de clínica geral para os habitantes da região.

Existe também a Cantina, que dá de comer a todos os que aí acorrem em busca de trabalho, sem família e com fome.

Para estes constroem-se casas.

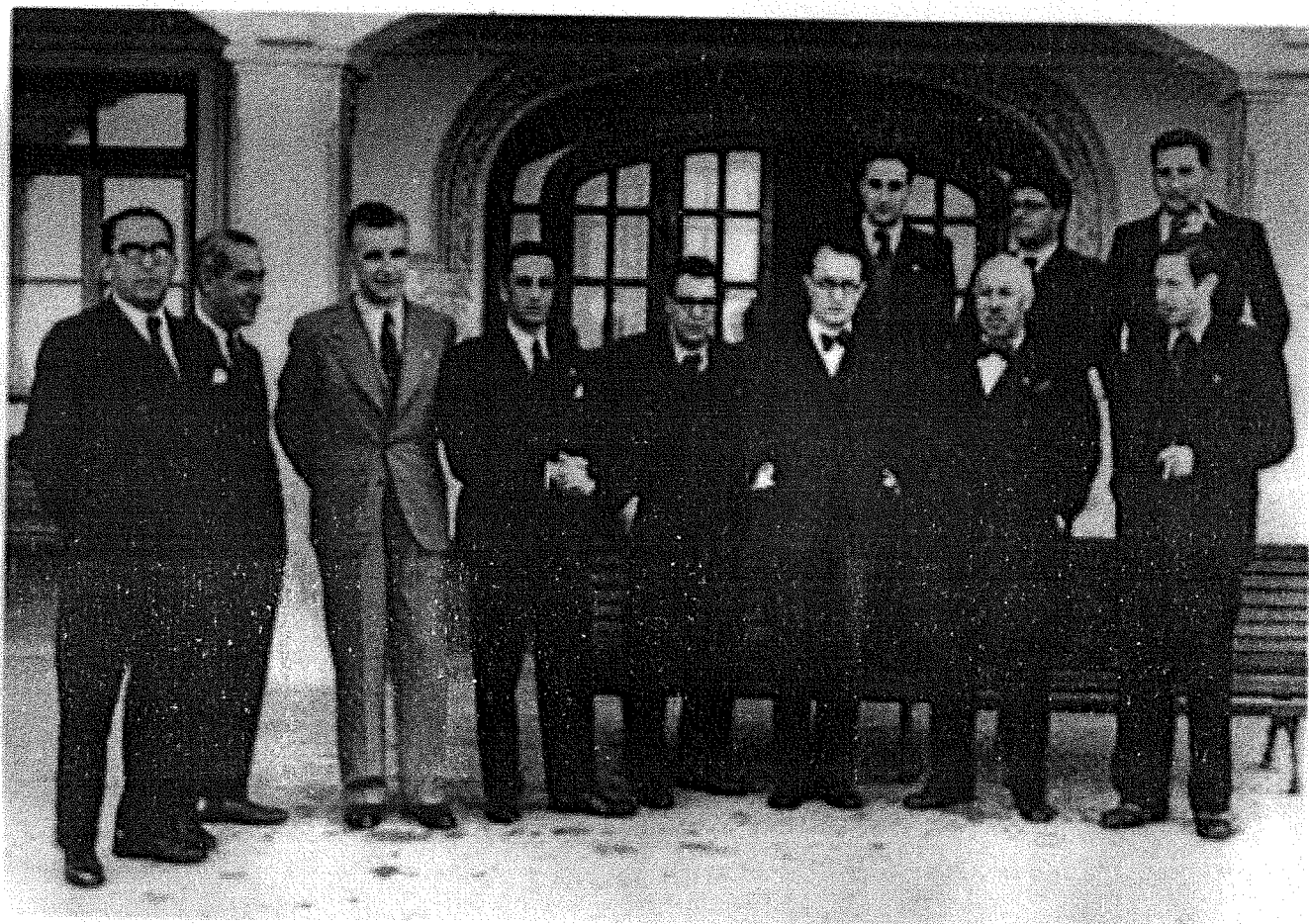
A estância do Caramulo, a 800 metros de altitude, comporta, por volta de 1938, cerca de 20 unidades sanatoriais com capacidade superior a 1100 camas.

Mas sem dúvida que o alcance científico desta obra, decisiva na luta antituberculosa dos anos 30, é o aspecto mais relevante.

O conhecimento da doença e os métodos e práticas da cura desenvolvem-se aqui através de incentivos que muito têm a ver com o meio académico que Jerónimo de Lacerda sempre frequentou.

A ideia de tratar a tuberculose

Cleel
Am
Carlos



1938 - Dr. Lacerda com Dr. Manuel Tápia e o corpo clínico.

passa a implicar o isolamento e o repouso do doente, só possível com o internamento.

O doente tem também por isso, ao seu dispor, na própria estância, após os exames de entrada e respectivo diagnóstico e encaminhamento, uma farmácia, um laboratório de análises, um centro radiológico, um esto-

matologista e outros serviços de clínica geral.

Cria-se uma secção cirúrgica especializada, onde são feitas operações que salvam muitos dos doentes. O tratamento com a colapsoterapia médica e cirúrgica, único processo eficaz, na época, no tratamento da tuberculose pulmonar, tem no Cara-

mulo a sua primeira escola, a nível nacional. Fazem-se as primeiras tomografias. Cirurgiões torácicos de renome viajam periodicamente até lá para operar os doentes.

Dois de entre eles dão grande prestígio à estância: O Dr. Luís Quintela, cirurgião dos H. C. de Lisboa, e o Doutor Bissaya Barreto, Professor

Alcântara
Dr. Carlos



1918 - Primeiro Curso de estagiários.

de Cirurgia da Universidade de Coimbra. Um grande número de médicos fixa residência na serra e aí vai ficar a viver mesmo para além da sua actividade profissional.

Com a chegada, a convite de Jerónimo de Lacerda, de Manuel Tápia, famoso fisiólogo espanhol, fugido da Guerra Civil de Espanha

e com uma vasta obra científica, o Caramulo consagra-se definitivamente como escola de pneumotisiologia.

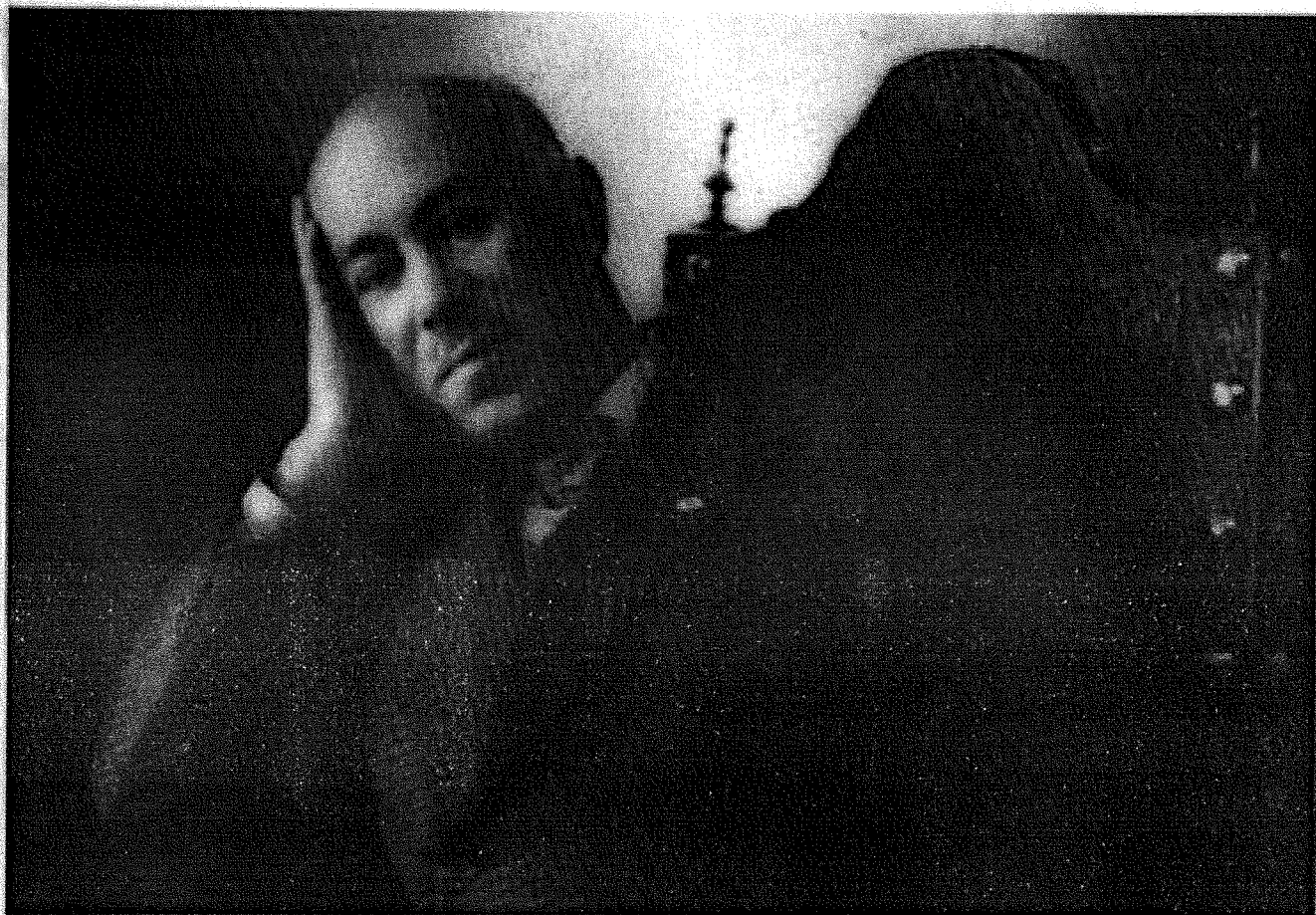
Sob a orientação dele e com um notável avanço para a época, começa a fazer-se com carácter permanente, a formação de fisiólogos, em pequenos cursos para estagiários

ou em cursos de carácter mais vasto.

O espírito científico que preside a todas as acções é da maior importância, quer para o estabelecimento dos princípios fundamentais da prevenção e do tratamento, quer para a divulgação dos novos conhecimentos.

Em 1938 organiza-se um congres-

Alcides
Oliveira
F. dos
Cados



so em que participam mais de 300 médicos. Seguem-se muitos outros. Os grandes nomes passam todos por ali, em conferências e palestras. Os cursos vão-se sucedendo, gratuitos e com alojamento. As especializações em França e Alemanha, nas mais diversas áreas, garantem a actualização das teorias e dos métodos.

Com o produto da venda de uma

edição portuguesa do seu Tratado de Tisiologia, Manuel Tápia oferece tratamento gratuito às crianças do Sanatório Infantil, entretanto construído por Jerónimo de Lacerda.

O tratamento da tuberculose, doença longa e de normas rígidas, vai também surgindo aqui cada vez mais humanizado e menos penoso. A alegria, o humor, a diver-

são destronam a solidão e o tédio. A biblioteca, a sala de jogos, a sala de cinema, o centro de rádio amadores, as zonas de convívio, os jardins, os parques verdes ajudam a esquecer a doença e criam boa disposição.

O carácter aberto e bem humorado de Jerónimo de Lacerda e o seu dinamismo são certamente

Cleer
Jus
Luz
Cados



1946 - Sanatório Jerónimo de Lacerda.

os grandes promotores desta nova postura psicológica perante a doença.

O rigor do clínico, o saber do pedagogo, a visão do higienista, as preocupações sociais do homem são as palavras que saltam, inteiras, em algumas conversas com antigos colegas e amigos.

Jerónimo de Lacerda, com apenas 55 anos, morre em Lisboa a 17 de Setembro de 1945, em consequência de um enfarto.

Em 1946 é dado o seu nome àquele que começou por ser o Grande Hotel.

Com a divulgação da vacina do BCG e com o aparecimento dos

antibióticos, estreptomicina e hidrazidas começa o declínio da Estância Sanatorial.

Emociona visitar os sanatórios.

Hoje daquele sonho quase utópico restam velhos edifícios trespassados de silêncios, em espera orgulhosa e vã, marcas de glórias passadas, sinais de fim de estação.

MOVIMENTO CIVÍCO DO TOURIGO E POUSADAS

Rua Inácio Pereira Viegas, Nº. 843 - 3465-195 - TOURIGO

e-mail: mocitopo@sapo.pt - Tel. 969400004

anexo 20
b
Claus
dos
Cados

ASSUNTO: Assembleia da Câmara de Tondela 23Fev2017

1 - Senhor Presidente, na qualidade de Porta Voz do Movimento Cívico do Tourigo e Pousadas, venho diante esta Assembleia mais uma vez apresentar o nosso profundo desagrado pelo abandono total da ex-Freguesia do Tourigo desde a tomada de posse do Executivo da União de Juntas do Barreiro de Besteiros e Tourigo.

2 - Senhor Presidente, durante estes quase 4 anos, praticamente nada foi feito na Ex-Freguesia do Tourigo. É um deliberado total abandono da parte do Executivo da União de Juntas na pessoa do seu Presidente Senhor José Hélder Viegas Alves que aproveitou esta oportunidade da União para satisfazer a sua vingança sobre um passado em que saiu derrotado, aquando a decisão do Tourigo ser Freguesia. E pode crer Senhor Presidente que o que dizemos é o sentimento da maioria das pessoas da Ex-Freguesia do Tourigo.

3 - E tudo nos conforta no que dizemos pois quando o Senhor Amadeu da Costa Ventura se demitiu do Executivo da União de Juntas pela razão que todos sabemos, a preocupação do Senhor Presidente da União de Juntas foi de tudo fazer para que não houvesse uma pessoa da Ex-Freguesia do Tourigo conforme estava determinado no Acordo Pré-Eleitoral de que o Senhor Presidente foi o "Garante". Veio-se a dizer que..... e o Senhor o disse aqui também, que quem decide é o Presidente da União, que escolhe as pessoas com quem quer trabalhar. Quando isso se faz normal e democraticamente, ainda se pode aceitar, mesmo passando sobre "Garantes", mas no caso contrário, como foi o que aconteceu, é intolerável. Fazer com que pessoas da Lista pensem a demissão para que a pessoa que queria que fosse eleita subisse na Lista e se encontrasse em posição de ser elegível não é democrático. Sabe Senhor Presidente, cedo ou tarde, tudo se sabe. Tudo isto foi combinado entre o Senhor Presidente José Hélder Viegas Alves, seus Assessores e pelo menos um Deputado da Assembleia da União de Freguesias. Sabe porquê Senhor Presidente???... Porque na Assembleia onde se fez essa Eleição, um Deputado estava ausente no estrangeiro e logo após o fim da Assembleia, recebeu uma chamada do Senhor Presidente da União de Juntas José Hélder Viegas Alves dizendo-lhe que tudo tinha corrido como estava previsto. Só que ele não sabia que esse Deputado não estava sózinho. O Senhor Presidente lembra-se que o questionei numa Assembleia em São João do Monte ao sujeito de represálias e o Senhor me respondeu que essa palavra nem devia existir???...

4 - Outro ponto que nos interessa acima de tudo é a transparência na atual Gestão da União de Freguesias do Barreiro de Besteiros e Tourigo e a compreensão de tudo aquilo que nos é dito, o que nos traz ao Processo do Lazer e Piscina do Tourigo. Várias versões, para não dizer histórias, nos foram contadas pelo Executivo da União de Juntas acerca deste assunto e continuamos sem resposta, tudo é virtual pois apenas se diz que....., mas nada é concreto. Ninguém viu o Projeto, nem os membros da Assembleia, nem a Comissão de Inquérito que foi constituída para verificar esse assunto, nem a População. E nós, deixe-me utilizar um provérbio popular, "não vamos mais em conversa fiada", principalmente da parte do Senhor

Presidente da União de Juntas que consideramos não ser uma pessoa séria e honesta na função que desempenha nesse Executivo pois quem falsifica Atas e por consequência as assinaturas que nelas constam e que se recusa por várias vezes a responder quando questionado sobre essa falsificação, não pode merecer jamais a nossa confiança.

*Alcides
Ferreira
Cados*

5 - Pedimos ao Senhor Presidente da Câmara se está bem ao corrente deste "Dossier" do Lazer e Piscina e se nos pode informar do que se está a passar e qual o seguimento que vai ser dado. Pensamos que nada deve ser feito sem a População ser consultada pois foi pedido só a uma Entidade para fazer um Projeto e as somas várias vezes anunciadas e que variam sempre, são extremamente exageradas. Nós não queremos que sejam começadas obras e que depois não sejam acabadas que fiquemos com um "mono" como aconteceu com o Centro de Dia de Barreiro de Besteiros onde foram gastos quase meio milhão de Euros e que nunca funcionou e que está abandonado. Através da Peritagem existente e com a topografia do Terreno, temos dados que nos permitem de saber que, sem grandes transformações e com custos moderados utilizando as infra-estruturas já existentes, pode-se pôr tudo dentro das normais e a funcionar. Já lá vão quase 4 anos e nada foi feito, há 4 anos que não podemos desfrutar das nossas instalações. A Comissão de Inquérito que averigou o Processo da Piscina, publicou um Relatório que fez distribuir em todas as caixas do Correio dos residentes no Tourigo. Nesse Relatório podemos verificar que em todas as perguntas formuladas, a Câmara Municipal descartou-se de toda a responsabilidade enviando para o Presidente da Ex-Junta de Freguesia do Tourigo toda a responsabilidade, mesmo se a Câmara Municipal de Tondela participou na elaboração do Projeto, no seu acompanhamento, participou em parte dos investimentos e mais tarde na Manutenção dos Equipamentos e Serviço aos Utentes, tendo sido o Senhor Arquiteto Fernando o responsável pelo acompanhamento das obras com a autorização do Executivo Câmaraário.

6 - Senhor Presidente, porque razão é que as nossas ruas no Tourigo e Pousadas onde foram feitos trabalhos, continuam por não serem acabadas mesmo depois de ter sido pedido ao Executivo da União de Juntas por várias vezes?..... Foi-nos dito que são trabalhos do âmbito da Câmara.....

7 - Senhor Presidente, seria possível que o Município fizesse uma intervenção na Estrada N-228 para repôr no lugar todos os sinais derrubados e roubados?..... E poderia o Município intervir junto das autoridades para que todos os proprietários de terrenos com árvores pôdres e inclinadas sobre a N-228 fossem contactados a fim de tomarem as devidas medidas para que não aconteça um dia um grave acidente?....

Obrigados pela atenção dispensada.

Tourigo, 23 de Fevereiro de 2017

O MOVIMENTO CÍVICO DO TOURIGO E POUSADAS

